

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Moedas Complementares na América Latina: Contributo para o debate sobre a
Multiplicidade Monetária

Roberta Schwambach

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador(a):
Doutora Heloísa Primavera, [Professora],
Universidade de Buenos Aires

Outubro, 2013

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Moedas Complementares na América Latina: Contributo para o debate sobre a
Multiplicidade Monetária

Roberta Schwambach

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador(a):
Doutora Heloísa Primavera, [Professora],
Universidade de Buenos Aires

Outubro, 2013

Outubro
2013

Moedas Complementares na América Latina:
Contributo para o debate sobre a Multiplicidade Monetária
Roberta Schwambach

Dedicatória,

A todos àqueles que como eu, acreditam num outro mundo possível.

Aos meus pais, que nunca permitiram que a *distância* fosse real.

Aos irmãos e amigos que a vida me presenteou.

Aos caminhos que percorri e me fizeram ser quem sou.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Heloísa Primavera, não apenas pelo trabalho conjunto materializado nestas páginas, como também por ter sido fonte de inspiração e informações no meu primeiro contato com o tema, lá na Feira de Economia Solidária de Santa Maria, Rio Grande do Sul em meados de 2009, e por diversos outros encontros que foram possibilitados a partir deste.

Agradeço ao Doutor Pedro Hespanha, coordenador do Grupo de Estudos de Economia Solidária do CES – Coimbra (Centro de Estudos Sociais) e aos colegas do grupo que me acolheram e auxiliaram na apresentação de partes desta pesquisa em conferências internacionais. Em especial à Karine Queiroz, que através da amizade e solidariedade fez com que as viagens mensais tivessem um gosto de estar indo para casa, a casa que ganhei em Coimbra.

Agradeço aos professores do curso de Economia Social e Solidária que nos fizeram embarcar num universo de descobertas. Aos colegas que carinhosamente acolheram a *brasileira* e me mostraram as tradições e costumes portugueses. À Marta Guerreiro que tantas vezes compartilhou uma taça de vinho embalada em discussões acaloradas sobre *o outro mundo possível* e ao Antonio Motta, que compartilhou momentos de descoberta e amizade em diferentes ocasiões.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento ao Doutor José Manuel Henriques, pela troca de ideias e projetos conjuntos, sempre acompanhadas pela cumplicidade que sentimos ao encontrarmos pensadores com os quais nos identificamos.

Finalmente, agradeço aos meus pais, que sempre me deram a liberdade de escolha e a possibilidade de acreditar nos meus sonhos e objetivos, à minha irmã Patrícia, que me cobrando dedicação me ajudou a chegar ao final deste trabalho. Aos amigos, Ana Toledo e Guilherme Reis, que compartilharam e compreenderam a minha ausência da vida londrina em prol deste projeto. A todos que, questionando sobre esta ideia de *moedas complementares*, me incentivaram com a sua própria curiosidade ao tema a ir mais longe nas explicações.

Resumo

Apesar de desejada por muitos, a moeda é uma grande fonte de desconhecimento. As teorias econômicas *tradicionais* não se dedicaram à uma importante questão da disciplina: porque a hegemonia de uma moeda única (criada a partir de dívida bancária, e com juros) nunca foi questionada? Será que não existem alternativas a esse verdadeiro oligopólio mundial do sistema monetário e financeiro? Sob a ótica da Teoria da Complexidade, questionamos o *design* do sistema financeiro e percebemos o porque da impossibilidade deste alcançar a sustentabilidade.

Mas é através de casos práticos, no contexto da América Latina, que percebemos que existe uma gama de alternativas no que hoje conhecemos como moedas complementares. As moedas complementares sempre co-existiram com o sistema *oficial*, e com a evolução dos meios de comunicação e a transformação da moeda em *informação* estes projetos ganharam força, bem como especializaram-se durante os últimos 20 anos de prática social.

Dois projetos mundialmente conhecidos – os Clubes de Trueque na Argentina e o Banco Palmas no Brasil – chamaram a atenção para o fenômeno na América Latina, mas são apenas o ponto de partida deste estudo, da mesma maneira que estes foram referências e *agentes* para a criação e consolidação de outros sistemas pelo continente.

São consideradas *dispositivos inovantes*, pois cada projeto diferencia-se dos demais conforme sua aplicação local, bem como são *tecnologias sociais* que podem ser reaplicadas através da cooperação entre agentes sociais empenhados em promover o desenvolvimento local. Surgem no seio de movimentos altermondistas e da economia solidária e tornam-se cada vez mais objeto de viva polêmica, na academia e na sociedade.

Palavras-chave: Moedas Complementares, América Latina, Movimentos Sociais, Economia Solidária, Teoria da Complexidade

Abstract

Although desired by many, money is actually a major source of ignorance. The *traditional Economic Theories* had not dedicated much to an important question of the discipline: why the hegemony of a single currency (created from bank debt and interest) was never questioned? Are there no alternatives to this real oligopoly in the world monetary and financial system? From the perspective of the Complexity Theory, we question the design of the financial system and realize it's inability to achieve sustainability.

But it is through case studies, in the context of Latin America, which we realize that there is a range of alternatives in what we know as complementary currencies. The complementary currencies always co-existed with the official system, and with the evolution of the media and the transformation of money into *information* this projects gained strength and has specialized itself for the past 20 years of social practice.

Two projects globally known - the *Clubes de Trueque* in Argentina and *Banco Palmas* in Brazil drew attention to the phenomenon in Latin America, but they are only the starting point of this study, the same way that these were references and agents for the creation and consolidation of other systems across the continent.

Considered as innovative *dispositives*, each project is different from the other concerning its local application, as well as they are *social technologies* that can be reapplied through cooperation between social actors engaged in promoting local development. They arise within altermundist movements and solidarity economy movements, and become increasingly the object of lively controversy and debates in academia and society.

Key-words: Complementary Currencies, Latin America, Solidarity Economy, Complexity Theory, Social Moviments

Índice

Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Índice	VII
Índice de Quadros	X
Índice de Figuras	XI
Glossário de Siglas	XII

PARTE I

1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E REFERENCIAL TEÓRICO	01
1.1 O problema de pesquisa e seu contexto	01
1.2 Aspectos conceituais e empíricos do problema de pesquisa	07
1.3 Apresentação do Trabalho e Métodos escolhidos	11
2 ECONOMIA, MOEDA E SUSTENTABILIDADE	13
2.1 O paradigma econômico	13
2.2 A instabilidade financeira e a moeda fiat	20
2.3 Os reducionismos econômicos e a existência de uma outra economia	22
2.4 Os desertos monetários e a standartização da vida	26
2.5 Os movimentos altermondistas e as redes de colaboração solidária	29
3 MOEDAS COMPLEMENTARES, SOCIAIS E LOCAIS	33
3.1 A complexidade da moeda: o meio de troca como mensagem	34
3.2 As moedas complementares em tempos modernos: tecnologia social	43

PARTE II

4 EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS COMPLEMENTARES NA AMÉRICA LATINA	
4.1 Argentina e a grande experiência de moeda social na América Latina	45

4.1.1	Contexto de aparição: a crise de 2001	45
4.1.2	Os Clubes de Trueque como forma de resistência econômica e social	50
4.1.3	A rede se transforma com o tempo	52
4.2	Experiências de moedas complementares no Brasil	55
4.2.1	Brizoletas e Glenetas: moedas municipais	55
4.2.2	O Vale Transporte de Curitiba	57
4.2.3	O Campino Real	59
4.3	As quatro famílias de moedas complementares no Brasil atual	60
4.3.1	Os Clubes de Troca no Brasil	60
4.3.2	As moedas de curta duração: feiras e eventos	61
4.3.3	Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento: experiência do Banco Palmas	62
4.3.3.1	Contexto de aparição: um bairro pobre que se contrõe	62
4.3.3.2	O surgimento de um Banco Comunitário: o método FOMENTO	65
4.3.3.3	Insights do Modelo	67
4.3.3.4	A inovação do Banco Palmas: a reconstrução da cadeia produtiva	70
4.3.3.5	A conquista do reconhecimento	74
4.3.3.6	A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento	75
4.3.4	A Rede Fora do Eixo	77
4.4	O Modelo C3 no Uruguai	80
4.4.1	Entendendo o Modelo	82
4.4.2	A inovação do Uruguai	83
4.5	O SUCRE como moeda complementar regional	84
 PARTE III		
5	A REGIONALIZAÇÃO COMO DESAFIO E POSSIBILIDADE	85
6	CONCLUSÃO	87
6.1	Implicações pessoais e projetos futuros	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		91
 ANEXOS		
ANEXO 01 – DESEMPREGO NA ARGENTINA		98

ANEXO 02 – O PROJETO FOMENTO GRAFICAMENTE	99
ANEXO 03 – METODOLOGIA DO PLIES	100
ANEXO 04 – PLIES DO CONJUNTO PALMEIRAS	102
ANEXO 05 – PARCEIROS DO BANCO PALMAS E INSTITUTO BANCO PALMAS	105
ANEXO 06 - ESTÁGIOS DE INCUBAÇÃO – INCUBADORA FEMININA DO BANCO PALMAS	109
ANEXO 07 – MAPA DA REDE DE BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO EM 2010	110
ANEXO 08 – MAPA DA REDE DE BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO EM 2013	111
ANEXO 09 – INFORMACOES LEVANTADAS SOBRE A REDE BRASILEIRA DE BCD	112
ANEXO 10 – MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL EM IMAGENS	116
ANEXO 11 – MAPA DE COLETIVOS DO CIRCUITO FORA DO EIXO	117
ANEXO 12 – ORGANOGRAMA DO CIRCUITO FORA DO EIXO	118
ANEXO 13 – MODO DE ORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO FORA DO EIXO	119
ANEXO 14 - MOEDAS COMPLEMENTARES DA REDE FORA DO EIXO	120

Índice de Quadros

Quadro 2.1 - Teorias que dão forma à Economia Social e Solidária	24
Quadro 4.1 – Desenvolvimento Histórico da Red de Trueque na Argentina	51
Quadro 4.2: Evolução da Renda Familiar Mensal no Conjunto Palmeiras entre 1997 e 2009	68
Quadro 4.3 – Volume de Crédito dentre as diferentes carteiras do Banco Palmas	71

Índice de Figuras

Figura 2.1 - O Paradigma Economico	13
Figura 2.2 - The Realm of Complexity	17
Figura 2.3 - Sustentabilidade Graficamente	18
Figura 2.4 - How the Banking Network Changed	19
Figura 2.5 – O efeito das Moedas Complementares para a sustentabilidade do sistema	20
Figura 2.6 - Economia Plural	23
Figura 2.7 - Rede de Corporações Global	28
Figura 3.1 - Archétipo da Deusa Mãe e suas sombras	38
Figura 3.2 – Carta de Archétipos, suas sombras e a energia Yin-Yang	39
Figura 3.3 – A economia sob a otica da complementariedade Yin-Yang	40
Figura 3.4 – Tipos de moedas emitidas e arquétipos de Yung ativos na sociedade	41
Figura 3.5 - Linha do Tempo das Moedas Complementares	44
Figura 4.1 – Ticket Trueque	54
Figura 4.2 - A Brizoleta	56
Figura 4.3 - O Vale Transporte	58
Figura 4.4 - O Campino Real	60
Figura 4.5 – O Mate	62
Figura 4.6 – Onde Compram os Moradores do Conjunto Palmeiras	68
Figura 4.7 – O Palmas	73
Figura 4.8 – O Cubo Card	79
Figura 4.9 - O Modelo C3 Uruguai	83
Figura 6.1 – Quadro de Moedas Sociais na America Latina	88

Glossário de Siglas

AC - Acre

AFNB - Associação Filatélica e Numismática de Brasília

AIDS – (HIV) Human immunodeficiency virus infection / acquired immunodeficiency syndrome

ALBA - Aliança Bolivariana para as Américas

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras

BCB - Banco Central do Brasil

BDC - Banco Comunitário de Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BR - Brasil

CAF - Corporacion Andina de Fomento

CE - Ceará

CEARAH - Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CFE - Circuito Fora do Eixo

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAIE - Confederación de Naciones Indígenas de Ecuador

CORDEL - Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local

EESs - Empreendimentos de Economia Solidária

ES - Espírito Santo

EUA - Estados Unidos da América

EZLN - Ejército Zapatista de Liberación Nacional

FAPAG - Fundo de Apoio a Projetos de Auto Gestão

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FDE - Fora do Eixo

FECOL – Fórum Econômico Local

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional
FSM - Fórum Social Mundial
FSSF - Fundação de Serviço Social
GDP - Gross Domestic Product
IADB - Inter-American Development Bank
IMF - International Monetary Fund
IPTU - Imposto predial territorial urbano
JK - Juscelino Kubitschek
LETS - Sistemas Locais de Emprego e Comércio
MG - Minas Gerais
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MT - Mato Grosso
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NAFTA - North American Free Trade Agreement
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGs - Organizações Não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPP - ONUDI - BID-FOMIN (uruguai)
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDCI - Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado
PIA - População em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
Plano Local de Investimento Estratégico (PLIES)
PNEA - População Não-Economicamente Ativa
PNES - Plenárias Nacionais de Economia Solidária
PR - Paraná
PT - Partido dos Trabalhadores
REDLASES - Red LatinoAmericana de Socio-Economia Solidária
RGT - Red Global de Trueque

RTS - Red de Trueque Solidario

SCM - Sociedades de Crédito ao Microempresário

SEL - Sistemas Locais de Trocas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPYME - Secretaría de la Pequeña y Mediana Empresa

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SMEs - Small and Medium Enterprises

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito (Brasil)

STRO - Social Trade Organisation

SUCRE - Sistema Único de Compensación Regional

TNC - TransNational Corporations

UFBa - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

USA - United States of America

USP - Universidade de São Paulo

VT - Vale Transporte

WIR - Wirtschaftsring-Genossenschaft

PARTE I

CAPÍTULO I : DELIMITAÇÃO DO TEMA E REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O problema de pesquisa e seu contexto

A primeira experiência com uma *moeda complementar*¹ na era moderna surgiu na Áustria, em meio à Crise de 1929. Irving Fischer declarou que a experiência da cidade de Worgl era “ le meilleur exemple de cette monnaie datée qu'il souhaterait voir introduire partout” (Derruder, 2005: 124), mas definitivamente não foi a única. A ideia do prefeito local de colocar em circulação *bonus-valor-trabalho* inspirou outras localidades, da França à Suécia e ainda 22 comunidades norte-americanas a tentarem implantar a técnica. Foi interrompida pelas forças nacionais, que acreditavam que aquilo se tratava de um *movimento separatista e revolucionário*.

Moedas sociais são substitutos da moeda oficial que permitem expressar-se (n)um mercado reprimido por falta de instrumentos de pagamento. Trata-se de moedas complementares às moedas oficiais, que são denominadas moedas sociais, quando produzidas e administradas por seus próprios usuários para distribuir a riqueza, em vez de concentrá-la, como tão bem o faz a moeda oficial graças ao mecanismo do juro bancário. Devem ser usadas como instrumentos de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro e são uma forma de empoderamento das pessoas. (Primavera, 2006)

Apesar de terem caído na *invisibilidade* da teoria econômica *tradicional*, diferentes sistemas monetários sempre co-existiram. O *British Museum* possui uma vasta coleção de *moedas* utilizadas para diferentes necessidades. Enquanto as moedas bem cunhadas em ouro eram para o comércio de longa distância e para pagamento de impostos, nas trocas diárias o cidadão comum utilizava-se de moedas *mal-feitas* e em materiais que não o escasso metal precioso. Muitos indivíduos podiam passar a vida inteira sem utilizar a moeda nacional, e não podemos imaginar que isso significava que ele nunca havia usado algum instrumento de pagamento, ou seja, uma moeda *local*. Braudel (2008) explica como os primeiros burgueses se beneficiavam deste duplo sistema monetário:

(...) depuis toujours, ils dépassent les limites 'nationales', s'entendent avec les marchands des places étrangères. Ils ont mille moyens de fausser le jeu en leur faveur, par le maniement du crédit, par le jeu fructueux des bonnes contre les mauvaises monnaies d'argent et d'or allant vers les grosses transactions, vers le Capital, les mauvaises, de cuivre, vers les petits salaires et paiements quotidiens, donc vers les Travail. (Braudel, 2008: .61)

1 No capítulo 03 faremos o debate a respeito da terminologia utilizada para referir-se a estas experiências, já que há diversos termos sendo empregados em diferentes regiões do mundo, por exemplo: moedas complementares, moedas sociais, moedas locais, moedas paralelas, etc. Por hora, consideremos que todos expressam um mesmo fenômeno social e econômico nas diferentes localidades e formatos.

Heloísa Primavera (2012a) cita Jérôme Blanc (1998) que afirma “... complementary currency initiatives are no exception in national exchange systems, but rather the rule: the author describes 465 different complementary initiatives to the national currencies in 136 countries in the period 1988-1996” (Primavera, 2012a). Esta pesquisa mostra que a realidade contradiz a teoria econômica que preconiza a moeda única; e considera *moedas paralelas* como;

Unidades de cobrança diferentes das unidades de cobrança nacional, ou também como meios de pagamentos que diferem dos meios nacionais, mas que dispõem de um poder de liberação legal, que dispõem de uma garantia de convertibilidade com a moeda central e que são emitidas sob um certo controle da autoridade monetária nacional (Blanc, s/d).

Blanc (s/d) enfatiza que as moedas de países economicamente mais fortes (como o dólar) não podem ser consideradas as únicas moedas a circularem paralelamente às *oficiais* de cada país, e segundo eles co-existem ao menos quatro *tipos* de moedas paralelas atualmente, sendo elas: (1) *derivadas de uma coletividade territorial*; criados dentro de um território, podem ser, por exemplo, bônus de privatização ou ativos da dívida pública; (2) *derivadas de organizações do tipo comercial ou administrativo*; emitidas por empresas, bancos ou outras organizações privadas, sendo o caso das milhagens aéreas, vales refeição e vales transporte. Representam cerca de 7% das iniciativas pesquisadas por Blanc; (3) *derivadas de coletividades de pessoas com vocação não-comercial*, sendo emitidas por pessoas de um determinado coletivo e sem intervenção do Estado, representaram cerca de 10% das iniciativas levantadas pelo autor; e (4) *de origem não especificamente monetários*; são objetos sem vocação monetária original, mas que ganham força de ativos – por exemplo cabeças de gado ou trigo.

O presente trabalho tem como foco, na classificação de Blanc (s/d), no estudo das moedas paralelas *derivadas de coletividades de pessoas com vocação não-comercial*, por se tratarem de moedas que surgem como ferramentas de desenvolvimento local, administradas por seus usuários e, portanto, consideradas *moedas sociais*.

Por muito tempo o tema da moeda foi tido como um *tabu* social², porém cada vez mais este instrumento monetário passa a ser redefinido e questionado tanto por cientistas sociais quanto por movimentos sociais, encontrando-se materializado em documentários, vídeos, livros, papers, notícias jornalísticas e informações de diverso teor. A necessidade de buscar *alternativas* no campo das ciências econômicas mobiliza não somente agentes sociais, como também teóricos em diferentes partes do mundo, apesar “(d)a dificuldade de qualquer alternativa de repensar livremente as bases da economia (que) provém do fato de a ortodoxia econômica ser sem dúvida hoje um dos discursos socialmente mais fortes sobre o mundo social, nomeadamente porque a formalização matemática lhe confere um ar de ostensivo rigor e neutralidade (...)” (Bourdieu, 2006: 305).

² Debateremos esta ideia da moeda como um tabu social no capítulo 03, tendo como referência o estudioso Bernard Lietaer.

Uma das principais *tecnologias* da economia, e peça chave para o seu funcionamento, a *moeda*, devido a esta falsa neutralidade conferida a ela, e apesar de ser *desejada por todos*, é uma enorme fonte de desconhecimento. Suas características, sua origem, sua importância e até mesmo suas funções são desconhecidas pela maioria dos indivíduos, que só percebem a real falta que as *moedas* fazem na vida social quando não as têm em seu entorno, nos chamados *desertos monetários*. Segundo Bernard Lietaer (2011), somos como peixes num aquário, e só percebemos a falta que as *moedas* nos fazem quando, sem elas, corremos o risco de parar de viver.

As moedas sociais podem ser percebidas de duas maneiras: teoricamente, são formas de recontextualizar o fenômeno social e antropológico da moeda, formas de lutar pela democracia monetária e até como práticas altermundistas contra o neoliberalismo e a *ditadura monetária* imposta internacionalmente pelos grandes grupos de bancos mundiais. Na prática, elas estão geralmente associadas a projetos que buscam reverter os efeitos perversos que a economia globalizada gera nos territórios, e como forma de manter a massa monetária no território onde a riqueza foi gerada, promovendo a produção, distribuição e consumo local.

Almost 30 years after the pioneering initiative of Michael Linton³, we may consider that there are over 10,000 different complementary currency systems and social currencies in all regions of the planet. Their uneven development, although incipient, if their overall numbers are considered, reveal nothing more than the presence of something which has come to remain in terms of a mechanism capable of facing the scarcity of money which is already present as an inevitable chronic phenomenon of the current economic and financial system. (Primavera: 2012a)

A escassez da moeda torna-se um problema crônico em diversas regiões do mundo, no que Heloísa Primavera (2002) classifica como *desertos monetários*;

... espaços sociais em que não há dinheiro suficiente em circulação para que as populações possam se organizar e desenvolver, muito menos para que possam promover investimentos. Muitas vezes não há nem o suficiente para que as pessoas consigam suprir suas necessidades básicas. Isso ocorre pelo fato das atividades econômicas se encontrarem em níveis ínfimos; os agentes econômicos perderam seu dinamismo ..." (Primavera, 2002: 50)

As constantes e recorrentes crises do sistema levam cidadãos, coletivos, ONGs e governantes a repensarem a utilização do instrumento monetário, inventando novos formatos *complementares* que possam suprir necessidades que o sistema monetário *oficial* se mostra incapaz. Segundo Paul Singer (2003), "O caso das crises financeiras e políticas revela a perda de confiança em certas instituições, que não corresponderam à confiança nelas depositada (como foi o caso dos bancos argentinos, após a crise de 2001/2002), e impõe mudanças de comportamento cuja evolução pode levar à criação de novas instituições".

Esta perda de confiança no sistema econômico, financeiro e monetário pôde ser sentida, no final da década de 90, em todo o continente Latino Americano. As políticas impostas pelo FMI⁴ e BM

3 A iniciativa referida é o Ithaca Hour, moeda complementar mais antiga do continente Americano, mais informações podem ser obtidas em <http://www.ithacahours.com/>

4 Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)

para liberarem *ajuda externa para o desenvolvimento* ficaram conhecidas por seus fracassos, e tiveram como resultado o aumento da desigualdade econômica, da concentração do capital, do aumento do número de pobres e da consolidação de territórios de exclusão social profunda.

A fuga dos banqueiros internacionais do território argentino, quando a explosão da crise de 2001 levou milhares de cidadãos às ruas nos famosos *panelaços*, mostrou a falta de responsabilidade do atual sistema financeiro frente à população e aos próprios órgãos públicos nacionais. Não somente as instituições políticas e financeiras foram postas à prova, mas também a própria validade do *papel-moeda* utilizado era questionado pela sociedade. Outra fuga mostraria a desconexão da economia com o território: mega indústrias e grupos econômicos de uma hora para a outra não tinham mais padrões, que foram-se embora juntamente com os dólares, e a população passou a perceber a importância da produção e troca de produtos e serviços entre si, tanto quanto a importância da moeda para a vida em sociedade.

Naquele momento explodia também na Argentina o movimento social em torno *dos Clubes del Trueque*, espaços onde surgia o conceito de *prossumidores*⁵ que utilizam *bônus* para trocar produtos e serviços entre si. Criavam um *sistema monetário alternativo*, com o uso de moedas complementares. Expoente na América Latina, espalhou seu modelo pelo território e influenciou a formulação de distintas experiências com moedas sociais e complementares no continente, tema que buscamos tratar neste trabalho, na busca por respostas à nossa pergunta de partida;

“Como surgiram e qual o status atual das diferentes experiências de moedas sociais na América Latina? Podemos perceber o florescimento de uma nova engenharia monetária construída desde o Sul?”

Segundo Jérôme Blanc (2010), as moedas complementares se desenvolveram bastante em finais de 1980, e hoje envolvem aproximadamente um milhão de pessoas em 4.000⁶ projetos de diferentes moedas complementares espalhados em 40 países, principalmente na América Latina e Japão. De acordo com o contexto territorial em que estão inseridas, as moedas complementares apresentam características específicas, e por isto são entendidas como *tecnologias sociais (dispositifs innovants*, como as classificam Jérôme Blanc e Marie Fare (2010)), apresentando uma enorme variedade de formatos ao longo de sua história, têm em comum a vontade de fazer com que “la monnaie retrouve sa fonction de moyen et non de fin, un moyen au service de l’échange et de la création de richesse” (Viveret, 2010: 81).

5 “Prossumidor” (*produtor + consumidor*) é um neologismo criado para representar a figura do indivíduo que tanto produz quanto consome na economia local, enfatizando a importância dos indivíduos estarem inseridos nos processos econômicos, e portanto, sendo agentes sociais. Posteriormente surgiu também o termo “prossumator” (*produtor + consumidor + ator*) que agregava a importância dos indivíduos participarem dos processos decisórios e de gestão da própria economia.

6 A diferença entre os números apontados por Primavera (2012a) e Blanc (2010) incorrem na diferença temporal de seus estudos, bem como na impossibilidade de se saber com exatidão o número de experiências com moedas complementares no mundo, justamente por sua invisibilidade nos meios de comunicação, institutos de pesquisa e dados oficiais dos países onde estão inseridas.

Blanc (2010) aponta três objetivos principais das moedas complementares, *que* as diferenciam do sistema monetário *tradicional*, e as posicionam como tecnologias sociais na teoria e prática da economia social e solidária e como potentes ferramentas do desenvolvimento territorial endógeno; (1) ***buscam promover a economia local***, no intento de resistir à desterritorialização da atividade econômica, ou seja, visam encorajar a produção e consumo localmente; (2) ***buscam incentivar uma dinâmica econômica local***, sendo contrárias à acumulação e concentração de riqueza (algumas têm inclusive o 'juro negativo'), oferecem suporte para a distribuição de rendimentos com oferta de créditos e a crescente inclusão de novos agentes econômicos; (3) ***transformam a própria natureza da troca***, ao valorizarem capacidades produtivas de indivíduos que não são tidos como *produtivos* pela economia de mercado. Neste sentido, se apropriam do termo 'prossumidor', quando modificam a *troca* ao definir, com seus próprios parâmetros, unidades de contas e valores para o que é trocado, inclusive delimitando o que é permitido ou não de se vender nesta *moeda complementar*.

Dois projetos de moedas sociais referênciam nesta área de estudos estão na América Latina: Os *Clubes del Trueque* na Argentina e os *Bancos Comunitários de Desenvolvimento*, a partir do modelo do *Banco Palmas* no Brasil. Apesar das diferenças substanciais entre os dois modelos, é interessante perceber as aproximações entre eles, considerados a primeira geração de moedas complementares na América Latina.

Muitos imaginam que as moedas complementares são fenômenos de países subdesenvolvidos, nos quais a extrema pobreza e a falta de recursos e estruturas financeiras localmente *permitem ou impulsionam* a população a agir com criatividade para solucionar seus problemas. Esta é uma afirmativa bastante errônea já que sistemas com moedas complementares surgiram, nas últimas décadas, em vários países ao redor do mundo, a partir do Canadá (1982) e Estados Unidos (1992), chegando a vários projetos que tomam forma na Europa (principalmente França, Alemanha e Inglaterra). A expressividade deste movimento na América Latina, no entanto, têm impressionado diversos teóricos, e chamado a atenção para este fenômeno de recontextualização monetária. Conforme declara Jérôme Blanc;

Such currencies therefore cannot be seen just as a corollary of underdevelopment, as they first appeared alongside existing forms of economic, social and political organization in Western countries. Several factors explain why the South is so out of step with the North. The first and more general explanation relates to the weakness of civil society and intermediary social organizations, as opposed to traditional societies that are independent of the state, in the South, where democracy is weak. In Argentina and Brazil, where the 'social currencies' movement is, in contrast, very strong, there has been a successful return to democracy, and civil society is both powerful and structured. (...) A third explanation is that the countries of the South have a different relationship with money and solidarity. (Blanc, 2010: 309)

As moedas sociais inserem-se em um movimento mais amplo de *alternativas* à globalização, e concretamente funcionam, conforme veremos nos exemplos reais, em interação com diversos agentes sociais já presentes no território em situação de falta de liquidez monetária: indivíduos,

ONGs, OSCIPs, rádios e jornais comunitários, pequenos comerciantes, estudantes, universidades, bem como em interação com empresas de todo tipo. Ao lado dessa massa monetária complementar, elas promovem o aparecimento de novos movimentos e organizações sociais no território em que atuam. Caracterizam-se, igualmente, pela conexão internacional com outros sistemas de moedas complementares ou agências de fomento ao desenvolvimento ligadas ao tema;

Except in a few isolated cases (Argentina, Mexico and Brazil), the initiative behind community and complementary currency systems in the South therefore comes from outside rather than inside the communities concerned. The development of the internet has done more than any other factor to encourage the rapid spread, and often the 'viral' nature, of community and complementary currency systems since the 1990's. The increasingly widespread use of English, the development of web sites and subscriber lists, and the organization of conferences with a dedicated international audience, their inclusion in broader agendas (such as World or Regional Social Forums), and the support lent them by what can be very active NGO's (Alliance for a Responsible, Plural and United World, Aktien Strohaln, New Economics Foundation, Schumacher Society ...) have all helped to structure the movement at the international level and to lend it credibility, especially in the eyes of what are now described as 'alter-globalization' networks (...) Expertise, action-based research and studies of the systems' impact are becoming more widespread. Because they have been able to activate international networks and debates, community and complementary currency systems have gradually ceased to be amateurish, and are becoming more systematic and professional. (Blanc, 2010: 309-310)

A América Latina passa por profundas transformações políticas e culturais decorrentes de uma *'viragem à esquerda'*, como se referem diversos pensadores contemporâneos. A expressividade dos movimentos altermundistas, bolivarianos e de integração regional com o mote *"Nuestro Norte es el Sur"* tornam cada vez mais evidente a vontade de operar mudanças nas estruturas econômicas, sociais e políticas da região. Ao mesmo tempo que a tentativa de fazê-lo mostra as dificuldades no caminho. As moedas complementares florescem neste terreno fértil.

É também bastante interessante perceber em *"Au coeur de la monnaie"* de Bernard Lietaer (2011), as relações entre o sistema monetário, o inconsciente coletivo e os tabus sociais⁷. Lietaer mostra a relação entre o aparecimento de moedas complementares e uma maior preocupação social com questões de longo prazo, como a preservação ambiental e a educação, ligadas ao arquétipo feminino. Não seria por acaso, então, o surgimento de cada vez maior número de moedas complementares de tipo social na América Latina e do aumento das preocupações (e direitos) dados à natureza, ou a Pacha Mama dos bolivarianos. Veremos cada um destes panoramas neste trabalho, ao mesmo tempo em que abordaremos alguns dos sistemas de moedas sociais do continente.

7 Faremos este debate no capítulo 03.

1.2 Aspectos conceptuais e empíricos do problema de pesquisa

Novos paradigmas surgiram a partir de uma “*descolonização do pensamento*”, como gosta de referir-se Milton Santos (1926-2004), ou através do surgimento de *novas epistemologias do sul*:

Epistemologia é toda a noção ou ideia, reflectida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e actores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias (...) Assim sendo, qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto em termos de diferença cultural como em termos de diferença política. (Boaventura de Souza Santos, 2010: 9)

Economistas como Celso Furtado (brasileiro, 1920-2004) e Raul Prebisch (argentino, 1901-1986) entre outros, trabalharam juntos na formulação de um novo paradigma – a *Teoria da Dependência*, através da qual repensaram o fenômeno do subdesenvolvimento e da própria economia política. Esse corpus teórico foi mostrado ao mundo através da formação da CEPAL⁸.

A grande contribuição do pensamento da CEPAL foi a de combinar uma concepção ampla do processo de desenvolvimento econômico, com suas implicações sociopolíticas, com um lúcido entendimento do desequilíbrio inerente às relações centro-periferia. Foram essas duas características do pensamento cepalino que o diferenciaram da “economics” anglo-nórdica. Esta, através de um alto e bem-sucedido esforço de matematização da economia – o que em si mesmo é absolutamente necessário e correto -, foi levada a uma insuficiente compreensão dos fatores sociais e políticos, operando num universo de abstrações quantitativas. (Jaguaribe, 2000: 54)

A busca pelo entendimento do quadro social e político dos países latino americanos levou à noção de que o subdesenvolvimento é “(...) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (...)” (Furtado, 1961: 180). A partir da percepção de que a história econômica dos países do centro/periferia eram bastantes distintas, Celso Furtado (1998) buscou clarificar que o desenvolvimento deveria ser “(...) expressão da capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade”. Há alguns anos estamos presenciando o aparecimento de cada vez maior número de movimentos alternativos, que buscam produzir (e compreender) novas formas de desenvolvimento local e social na própria interação entre seus indivíduos.

⁸ Comissão Econômica para América Latina e Caribe, formada em 1948 pelo Comité Economico e Social das Nações Unidas. A CEPAL é uma organização que reúne grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Postulava que a industrialização era o principal caminho para a superar o subdesenvolvimento dos países da América Latina. Celso Furtado foi um de seus principais economistas, e coordenou ações da Cepal em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, na elaboração do estudo que ficou conhecido como “*Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira no período de 1955 a 1960*”. Esse estudo serviu de base para elaboração do Plano de Metas, implantado por Jucelino Kubitschek que, entretanto, não considerou como prioridade uma de suas principais recomendações: a reforma agrária. JK preferiu construir Brasília, que não estava no esboço de Furtado, isolando a vida política do país no cerrado.

Celso Furtado fez duras críticas ao controle econômico global por grandes conglomerados econômicos, mostrando como estes passaram a controlar as instituições políticas e os rumos de '*desenvolvimento*' dos países latino-americanos. Esta arquitetura econômica global anestesiou a formação de uma *economia real* nos territórios, e gerou um enorme desequilíbrio territorialmente.

Inúmeras correntes teóricas e movimentos práticos, tanto críticos quanto em busca de *soluções originais*, surgem cada vez com maior força. *Os indignados* de Madri ou os *Occupy's* ao redor do mundo mostram que um setor crescente da população mundial não quer mais *suportar* uma economia controlada por poucos e extremamente desigual. Mas tudo isto não é novo. Pelo contrário, Eric Toussaint (2008) aponta que “para algunos el origen fue la batalla de Seattle contra la OMC, en 1999, parece más apropiado considerar muchas otras fechas anteriores como hitos en el camino de la resistencia a la mundialización neoliberal. En este sentido, es importante el año 1989”.

Em 27 fevereiro de 1989 a população venezuelana fez um levante como nunca visto na história daquele país, contrários à aplicação de um plano de ajuste estrutural, concebido pelo FMI e o governo de Carlos Andrés Pérez. Os acontecimentos da recente história da Venezuela decorrem em muito desta data. 1989 foi também o ano do bicentenário da Revolução Francesa e Paris presenciou mobilizações contrárias ao G7 que tinham como mote a anulação da dívida externa do Terceiro Mundo. Eric Toussaint (2008) segue o histórico, e aponta três acontecimentos sociais de 1994:

(1) Em 1º de Janeiro se iniciou o levante Zapatista em Chiapas, México. Indígenas, descendentes dos Maias, diziam “*nos sublevamos y tomamos las armas, pero deseamos no tener que usarlas*”, declaravam guerra ao acordo da NAFTA, criado naquele ano, e ao governo corrupto e neoliberal mexicano, e buscaram a autonomia dos seus territórios. Defendem a gestão democrática e a participação direta do cidadão, a partilha da terra e da colheita. Organizaram escolas, saúde, exército. Mas o movimento EZLN, na voz do Subcomandante Marcos ecoava em outras tribos. Entre 2001-2005 formou-se a Confederación de Naciones Indígenas de Ecuador (CONAIE) e Evo Morales, aymara e dirigente político-sindical, foi eleito na Bolívia como o primeiro Presidente indígena de uma nação Latino Americana (posteriormente outros Presidentes Latino Americanos seriam também representantes das classes populares);

(2) Madri foi palco das comemorações do 50º aniversário do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O tema: “*as outras vozes do Planeta*” reuniu vários movimentos sociais, sindicatos, feministas, ecologistas e outros, que posteriormente se reuniram em Lyon 1996, Seattle 1999 e mais tarde no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre 2001, seguindo a agenda de mobilizações *altermundistas*.

(3) *Toussaint* relembra-nos de que nos anos 93-94 se falava do milagre Asiático, do milagre Mexicano, do milagre Tcheco. A crise no México 94 foi o começo de crises sucessivas que golpearam o Sudeste Asiático (97-98), a Rússia (98), o Brasil (99) e a Argentina e Turquia em 2000-2001.

A América Latina torna-se palco privilegiado para o aparecimento de novas ideologias do sul, como se refere Boaventura de Souza Santos (2010). Por um lado, as *Veias Abertas da América Latina* (Galeano, 1971) consolidaram uma desigualdade social gritante, vários setores importantes da economia sendo controlados por multinacionais privadas que sugam os recursos naturais e financeiros e deixam um rastro de destruição ambiental e social. Esse poder transpassa a esfera econômica, e consolida-se através do controle político e midiático dos países. Porém, do outro lado, as comunidades locais⁹, sem o suporte de um Estado Social estruturado, e nas mãos de um sistema (neo)liberal precocemente imposto na região, tiveram que buscar alternativas para seus problemas, e lutar pela sua história.

Do lado vicioso, temos os riscos da agricultura intensiva, dos produtos transgênicos, a degradação da qualidade dos alimentos, as ameaças contra a qualidade de vida, a estandarização dos estilos de vida, a degradação da natureza, dos meios urbanos, da biosfera e da sociosfera, o desemprego de longa duração e a “crise” do estado de bem-estar ... Do lado virtuoso, temos a busca de qualidade, em particular por meio da agricultura biológica, a supremacia do ser sobre o ter, a vontade de salvaguardar a diversidade biológica e cultural, os esforços para regenerar a biosfera, a importância crescente das políticas da cidade, a revitalização dos campos, a valorização do local e da subsidiaridade ... A confrontação destas duas ordens de questões apela a uma tomada de consciência do gênero humano em relação aos problemas globais e fundamentais. É a segunda mundialização – a dos direitos e dos deveres, a da cidadania ativa – que está em causa. (Martins, 2007: 498)

A Teoria da Libertação, de Paulo Freire (1921-1997) empoderava os indivíduos como agentes de mudança e resistência local, numa quase *psicanálise-social* que explicitava que “É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação” (Freire, 1996: 92). Suas teorias sobre a pedagogia da libertação mostravam o quanto era importante que cada sujeito refletisse sobre sua situação e buscasse formas de mudar seu futuro. Elas podem ser consideradas uma das bases para o surgimento da Economia Solidária na América Latina, na medida em que buscavam discutir;

a problematidade do amanhã, tornando-a tão óbvia quanto a carência de tudo na favela, ir tornando igualmente óbvio que a adaptação à dor, à fome, ao desconforto, à falta de higiene que o eu de cada um, como corpo e alma, experimenta é uma forma de resistência física a que se vai juntando outra, a cultural. Resistência ao descaso ofensivo de que os miseráveis são objeto. No fundo, as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são *manhas* necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos” (Freire, 1996: 87)

As transformações que iam se operando no interior de cada indivíduo não poderiam ter respostas somente na transformação pessoal. Paulo Freire defendia o processo coletivo de educação, e portanto, ao reunirem-se com outros, na mesma situação, revelavam respostas criativas para a situação que lhes havia sido tão duramente imposta. Da mesma maneira que as pequenas vitórias individuais eram espelho para outros indivíduos próximos àquele, os grupos e comunidades que se organizavam e criavam '*um outro mundo possível*' eram espelho para outras. Emergiam, em diferentes latitudes, exemplos a serem seguidos, ideias a serem implantadas e as chamadas '*boas*

⁹ Por comunidades locais entendemos uma diversidade de atores sociais que foram se auto-organizando e consolidando importantes movimentos sociais, variam entre etnias indígenas, movimentos dos trabalhadores sem terra, quilombolas, movimentos culturais tradicionais, movimento dos trabalhadores, etc

práticas' para o desenvolvimento local.

Edgar Morin afirma que as ideias são como vírus, e facilmente são transmitidas pelas diferentes *cabeças/grupos* do corpo social. Devido à revolução tecnológica, a comunicação entre diferentes grupos sociais que operacionalizavam mudanças em seus territórios tornou-se concreta, e cada vez maior número de movimentos comungavam do mesmo interesse de construir um “*outro mundo possível*”. Mostraram uma diversidade de *possíveis* respostas às inúmeras crises do sistema global no *Fórum Social Mundial* e outros espaços *sociais/públicos* internacionais. Estes movimentos, locais e com preocupações diversas – ambientais, sociais, de participação política, direitos humanos, etc – respeitam o lema ambientalista “*Pensar globalmente, agir localmente*”, e precocemente entenderam que se fortaleceriam justamente na diversidade que possuíam. Dentre os diferentes movimentos, estava presente a economia solidária e as moedas sociais.

A economia solidária é um movimento internacional, e segundo Jean-Louis Laville (2004, 2010) teve diferentes impulsos para sua aparição na América Latina e na Europa¹⁰. Na América Latina surgiu da necessidade de se gerar rendimentos e diminuir a exclusão social, sendo organizada na interação entre grupos sociais marginalizados pelo sistema capitalista e agentes sociais (Universidades, ONGs, movimentos sociais), que passaram a reivindicar políticas públicas em seu favor, mostrando que a economia é um importante fator de *coesão social* e que o *desenvolvimento territorial* deveria basear-se nos recursos endógenos e integrar os agentes econômicos locais. Na Europa a economia solidária está ligada às ideias de *multiplicidade* econômica de Polanyi, através da qual se percebe a existência da economia capitalista ao lado da economia pública e da economia social.

Estas também são premissas dos projetos que utilizam-se de moedas sociais. Mais adiante veremos as co-relações entre economia solidária e moedas sociais e complementares, até porque este '*casamento*' aconteceu com bastante intensidade no Brasil. Porém, devemos estar cientes de que em outras regiões as moedas complementares não estão diretamente ligadas à economia solidária, apesar de haverem muitas similaridades entre ambas as teorias que dão base para os dois temas. Nossa perspectiva pessoal é a de que ambas caminham juntas no desenvolvimento de uma economia mais humana, e percebemos ao longo da pesquisa que muitos dos projetos estudados realmente mostram a ligação entre ambas, o que não desconecta estes projetos das outras *economias* (pública e privada) existentes no mundo *real*.

10 Jean-Louis Laville e Genauto França Filho apresentaram a comparação entre Brasil e França, em seus olhos expressões do movimento da economia solidária em cada um dos continentes supracitados.

1.3 Apresentação do Trabalho e Métodos escolhidos

Esta dissertação nasce a partir deste contexto de reivindicações e mobilizações em prol de uma economia mais humana. A tentativa de explicar fenômenos sociais tão complexos quanto inspiradores me fez voltar os olhos para a teoria econômica, e perceber que sua teoria estava demasiado distanciada dos anseios e necessidades humanas reais. Portanto, a primeira parte deste trabalho destina-se a entender o porque o paradigma econômico *tradicional* é incompatível com a sustentabilidade do sistema econômico e financeiro, para então, no segundo capítulo aprofundar os conhecimentos a respeito das moedas complementares e as teorias que a dão suporte.

A segunda parte do trabalho é dedicada a revisitar experiências de moedas sociais na América Latina, passando pelos Clubes de Trueque na Argentina, Banco Palmas no Brasil, modelo C3 no Uruguai e Rede Fora do Eixo, entre outros. O Capítulo 5, em vias de conclusão, mostra como o localismo monetário pode gerar novos processos de regionalização e uma *outra* globalização.

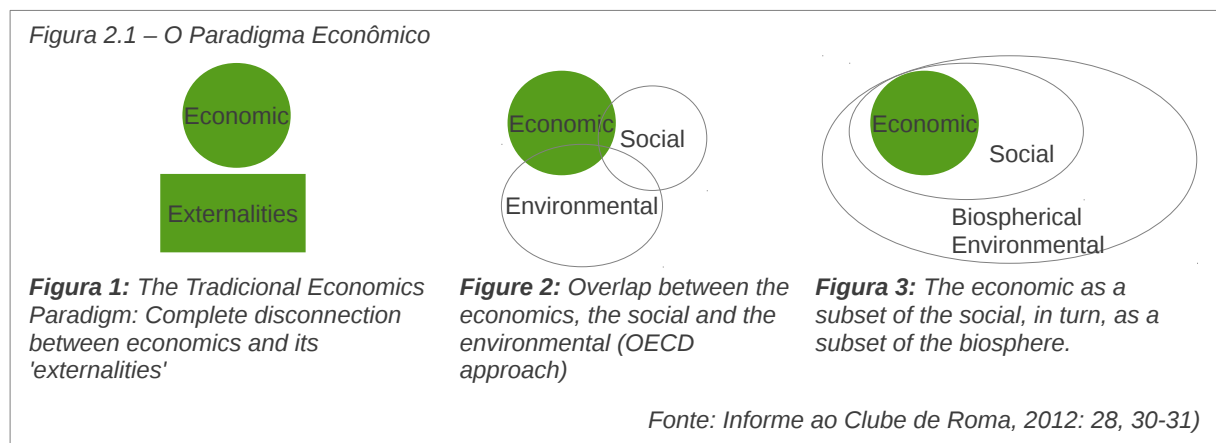
2 ECONOMIA, MOEDA E SUSTENTABILIDADE

2.1 O paradigma econômico

Paradigma é o modelo conceptual através do qual se busca compreender a realidade, avaliando seu desempenho e agindo conforme seus interesses e convicções. Uma das maiores dificuldades ao se debater a *economia*, é exatamente o fato dela 'esconder' ou 'neutralizar' o paradigma que a constrói como campo de estudos e ações;

The cononical definition was provided by the philosopher of science Thomas Kuhn in *The Structure of Scientific Revolutions* (1965). He defines a scientific paradigm as an epistemological pattern, a mental framework that specifies a series of *what's* and *how-to's*: *what* is to be observed and scrutinised, and by implication what is to be overlooked; the kind of *questions* that are supposed to be asked or ignored; *how* these questions are to be structured; *how* results of scientific investigations should be interpreted. (Informe ao Clube de Roma, 2012: 27)

Qualquer conhecimento é baseado em um paradigma, e inevitavelmente os economistas devem falar através de um, ainda que *criem um novo paradigma*, como foi o caso de Celso Furtado e outros pensadores da Escola da Dependência, por exemplo. Segundo este informe, existem três formas de observar a relação entre a teoria econômica e o mundo natural, sendo representadas graficamente na figura 2.1



A maioria das escolas de economia continua apoiada sob o paradigma da *Tradicional Economics* (Figura 1), bem como este também é o teorema implicitamente utilizado pela mídia e empresas tradicionais. Este paradigma considera a teoria econômica como um campo de estudos completamente *selfcontained* e portanto, todas as outras variáveis são irrelevantes, sendo classificadas como externalidades da economia. As externalidades podem ser *positivas* (o desenvolvimento tecnológico decorrente da pesquisa na indústria) ou *negativas* (a poluição que afeta a saúde, os desastres ambientais, etc).

The mainstream paradigm harbours the notion that economic agents themselves do not have the capacity to interpret reality, do not care for cultural or spiritual traditions, and have no non-materialistic values or deep-lying psychological structures (such as archetypes or an unconscious mind). Such a view has contributed to what Karl Marx and Karl Polanyi a century later saw as the '*disembedding*' of the economy from the rest of society and from nature or an autonomisation of narrowly economic matters, linked to production and circulation, with respect to the broader contexts of social and environmental issues. (Idem, 2012: 29)

Sob esta ótica econômica foram construídos os *instrumentos* que medem o *desenvolvimento* de um país, como o PIB, que é calculado com base nos bens e serviços trocados no mercado (já que assumem que não existe economia fora dele). Assim, um trabalhador dos serviços sociais que se ocupe dos cuidados de um idoso é contabilizado neste cálculo, porém se o mesmo serviço for prestado por um familiar, e logo, através da dívida intergeracional, o mesmo será inexistente para a economia, inclusive improdutivo. Da mesma forma, um acidente nuclear como o de Fukushima torna-se um valor positivo, já que promoveu gastos econômicos;

Toute destruction, dès lors qu'elle génère des flux monétaires (réparation, soins, assurances, remplacement, etc.) est comptabilisée positivement. Toute activité non monétaire, en revanche, aussi vitale ou essentielle soit-elle au lien social (tâches domestiques, éducation des jeunes enfants, soin bénévole de personnes âgées, etc), est invisible dans nos comptes. (Viveret, 2010: 88)

Percebendo a inadequação do paradigma econômico tradicionalista para interpretar a realidade cada vez mais complexa em que vivemos, a OCDE propôs o modelo de interação entre o econômico, o social e o meio ambiente (*Figura 2*), porém este modelo ainda deixava uma grande margem para espaços construídos como '*unicamente econômicos*' bem como para interpretações isoladas de fatores econômicos, sociais e ambientais, que somente interagem em algumas intersecções. Recentemente o Informe ao Clube de Roma (2012) propôs um novo enquadramento para o paradigma econômico, (*Figura 3*) no qual;

In this paradigm, the field of economics is *fully embedded* as a subsystem within the social – and the latter, in turn, is a subsystem of the biosphere. This 'nested hierarchy' of the environment, the social and the economic has been called a *growth hierarchy* as opposed to an 'oppression hierarchy'. In a growth hierarchy, each successive level includes and transcends its predecessor – the latter, exists only thanks to its social infrastructure and human society exists only because a sufficiently healthy biosphere sustains it. Thus, while in some cases it may be possible to study economic phenomena such as financial flows without *explicitly* modelling all components of the underlying social and environmental contexts, the contexts can never be *assumed away*. The extent to which an economic event or institution influences social organisation, human motivation and/or the environment must be taken into account in this paradigm. (Informe ao Clube de Roma, 2012: 30-31)

A diferença entre a Figura 1 e a Figura 3 é que aquilo que eram consideradas *externalidades* na primeira tornam-se o próprio contexto no qual as atividades econômicas tomam lugar na Figura 3. Observando as figuras também entendemos o porque a *economia tradicional* não consegue lidar com as questões ambientais (externalidades) mais urgentes e dificilmente poderiam nos explicar ou promover a sustentabilidade.

Mas todos falam da necessidade de se pensar (e agir para) a sustentabilidade hoje. Existem milhares de definições sobre o que seria um desenvolvimento sustentável, dentre elas citamos a

definição contida no Relatório de Brundtland;

The World Commission on the Environmental and Development defined a sustainable society as one which 'satisfies its needs without limiting the prospects of future generations' Moreover, 'Sustainable development is growth in well-being without physical growth. It is a process and not a state, and therefore does not necessarily imply that the population or economy rate are static or stagnant' (Our Common Future, 1989: 200).

Neste conceito e em diversos outros podemos perceber dois aspectos importantes a serem considerados: os impactos ambientais do sistema econômico e o próprio conceito de desenvolvimento humano. Já estão mais do que comprovados os problemas decorrentes dos impactos da economia no meio ambiente, e ainda que diversas empresas e organizações se preocupem em modificar seus parâmetros de uso, descarte e reciclagem de recursos, ainda estamos na chamada '*ecologia de sacola*', pois a economia ainda é desconectada do ambiente, (Fig. 1). A incapacidade do sistema econômico *tradicional* de promover um desenvolvimento sustentável recai sob o fato de basear-se na competitividade entre agentes econômicos e a necessidade de um crescimento constante, representados em última instância pelo mecanismo dos juros bancários.

Ao mesmo tempo, uma crescente demanda por produtos e serviços *responsáveis* com o meio ambiente leva não só ao desenvolvimento de novas tecnologias (energias renováveis) mas também modificações na própria estrutura de negócios (fair trade, empresas sociais, etc). Estas demandas também recaem sobre o segundo aspecto, de desenvolvimento humano (educação, cultura). Neste contexto; "... sustainable development can be defined as augmenting man's capacity for choice now, while preserving the options available for future generations. In such an interpretation, the 'prospects of future generations' involve not only the ecological aspects, but also the social, economic, cultural and governance underpinnings necessary for a good quality of life" (Idem, 2012: 37).

Durante a Conferência Ambiental *Rio 92* a '*Carta da Terra*' definiu uma série de princípios necessários para avançarmos em direção a um desenvolvimento justo e sustentável e resumidamente tratam de quatro fatores: (1) respeito e cuidado a todos os aspectos da vida em comunidade; (2) integridade ecológica; (3) justiça econômica e social e (4) democracia, não-violência e paz. Os 8 Objetivos do Milênio, editados em 2000 pela ONU, definiam ações para o desenvolvimento até 2015, sendo elas (1) acabar com a fome e a miséria; (2) educação básica de qualidade para todos; (3) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) Melhorar a saúde das gestantes; (6) combater a AIDS, a malária e outras doenças; (7) qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e (8) todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Ambas viam a potencialidade de ações em diversos níveis (comunitário, regional, nacional, internacional) e apesar de avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento, ainda há um longo caminho a percorrer se desejamos realmente construir uma sociedade sustentável, e isto passa pelo próprio debate do paradigma econômico em que vivemos. Na visão da economia *tradicional* a sustentabilidade é contraproducente, e atualmente não há dinheiro para o setor *social*.

"Nenhum problema pode ser resolvido pelo mesmo grau de consciência que o gerou."

Albert Einstein (1879 – 1955)

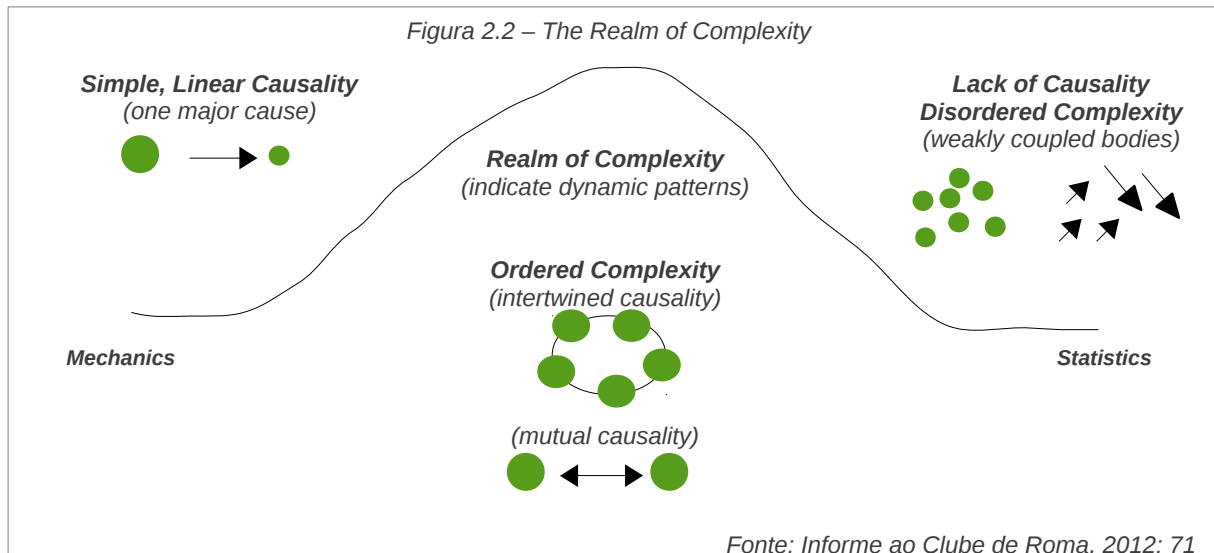
Até hoje poucos economistas questionaram o monopólio de uma moeda única. A *economia tradicional* observa o dinheiro como um instrumento neutro na economia. Segundo o Clube de Roma (2012) três fatores contribuíram para a consolidação do que eles chamam de '*monetary blind spots*'; (1) a *hegemonia de uma moeda única*; através da consolidação deste sistema desde a Babilônia, Grécia e Império Romano até a Renascença e sociedades Modernas; (2) a *guerra ideológica entre capitalismo e comunismo* que durante todo o século XX gerou inúmeros trabalhos debatendo diferenças entre ambos os sistemas, mas ambos não debateram a questão de um monopólio da moeda centralizada e baseada em dívidas; e (3) um *status quo* institucionalizado, através do papel dos Bancos Centrais Nacionais, da criação do FMI e BM em 1944 e recentemente o estabelecimento do Banco Central Europeu.

All schools of economic thinking view the monopolistic creation and circulation of a single currency as a given. It is no more questioned than the fact of having one moon rotating around the Earth. There is wide assumption that all advanced civilisations have used a monopolistic, centrally issued fiat currency because it is the most efficient arrangement. Therefore, the overwhelming majority of economists whether the classical, neoclassical, Austrian, Keynesian or neoliberal persuasion, do not see the need to question the currently established monetary *modus operandi*. This notion even extends to the Marxist paradigm ... even adherents of the Ecological Economics paradigm – the one espoused in this Report – are frequently unaware of how central the assumption of a single, all-purpose, bank-debt-driven currency is when it comes to the very problems they seek to address. (Informe ao Clube de Roma, 2012: 39)

A invisibilidade do tema consolidou-se não só nos livros de economia e história mas também nas ações públicas e privadas em relação à moeda. Algumas experiências com moedas complementares foram duramente reprimidas pelo poder central durante o século XX, e somente recentemente alguns países acordaram para as possibilidades de uso do instrumento monetário de diferentes maneiras – como veremos nos exemplos elencados. A hegemonia da moeda é controlada por oligopólios privados mundiais considerados '*too big to fail*', e que hoje representam enormes riscos para a sociedade. As inúmeras crises deste sistema aprovam para o fato de que há algo errado com o *design* deste modelo.

A *economia tradicional* classificou a economia como um sistema de interações fechado, supostamente não recebendo inputs e outputs do exterior (o que já comprova-se errôneo haja visto o número de *resgates* ao sistema econômico e financeiro feito por Governos e pagos, finalmente, com tributos à população). "Advancements in recent decades in a number of domains – from systems theory, complexity theory and information theory, to the study of natural ecosystems and what makes them sustainable – have contributed to a new theoretical scaffold for economics" (Lietaer & Belgin: 2012: 118).

Este novo campo teórico que se abre interpreta a economia como um sistema complexo de interações entre os agentes que dele participam; “A system can therefore be labelled complex if, and only if, it has two characteristics: a high diversity of components and a dense network of interactions between these components. As Beinhocker and others have shown, this is certainly the case with economic processes”. (Informe ao Clube de Roma: 2012: 73). Graficamente demonstramos na Figura 2.2 como os sistemas variam conforme as características de seus mecanismos de causalidade;



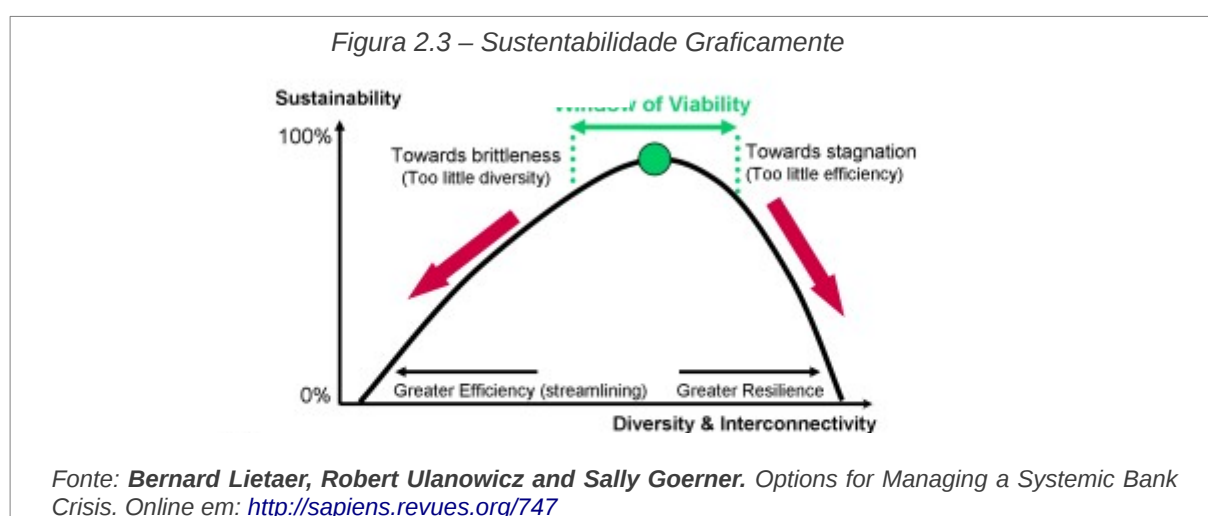
Quando o paradigma *econômico tradicional* foi construído e disseminado mundialmente acreditava-se que a maioria dos sistemas eram fechados, porém hoje novos avanços científicos, tecnológicos e teóricos nos levam a perceber que a realidade é completamente oposta: a maioria dos sistemas são complexos (até a Terra está recebendo inputs através da energia do Sol, por exemplo).

Economies, like natural ecosystems, are also complex flow networks. They consist of millions of businesses and productive activities whereby outputs of one entity serve as inputs to others and to consumers, in a vast web that processes and circulates energy, information, and resources through practically the whole planet (Lietaer & Belgin: 2012: 118)

Independentemente dos componentes ou da natureza dos fluxos trocados no sistema (seja matéria orgânica na natureza, moedas na economia ou elétrons em um sistema elétrico) existem padrões que se repetem. Exatamente pela existência destes padrões é que há a possibilidade de se estudar a sustentabilidade do sistema econômico, monetário e financeiro *emprestando* conhecimentos das ciências naturais. Ou seja, os mesmos padrões que demonstram a sustentabilidade de um sistema natural podem também explicar outros sistemas, como a economia.

Decades of studying natural ecosystems have led to a sophisticated mathematical understanding of how a network structure affects an ecosystem's long-term viability. This depends on a balance between *efficiency* and *resilience*. Efficiency, also called throughput efficiency, measures the ability of a system to process volumes of the relevant matter-flow, energy-flow and/or information-flow. Resilience measures the ability of a system to recover from a disturbance, an attack or a change in the environment. (Informe ao Clube de Roma, 2012: 78)

Sob esta óptica, pode-se observar a sustentabilidade de qualquer sistema mensurando sua *eficiência versus* sua *resiliência*, duas forças opostas e complementares. A resiliência aumenta conforme a diversidade e interconectividade entre diferentes componentes do sistema aumenta, já que diferentes vias de conexão podem ser utilizadas no caso de quebras. De maneira oposta, a eficiência aumenta com a diminuição da diversidade e com a unificação dos processos. O ponto de equilíbrio do sistema é descrito como '*window of viability*', que curiosamente demanda mais resiliência do que de eficiência, como podemos observar na Figura 2.3¹¹. Assim, a eficiência só é interessante para a sustentabilidade até certa medida;

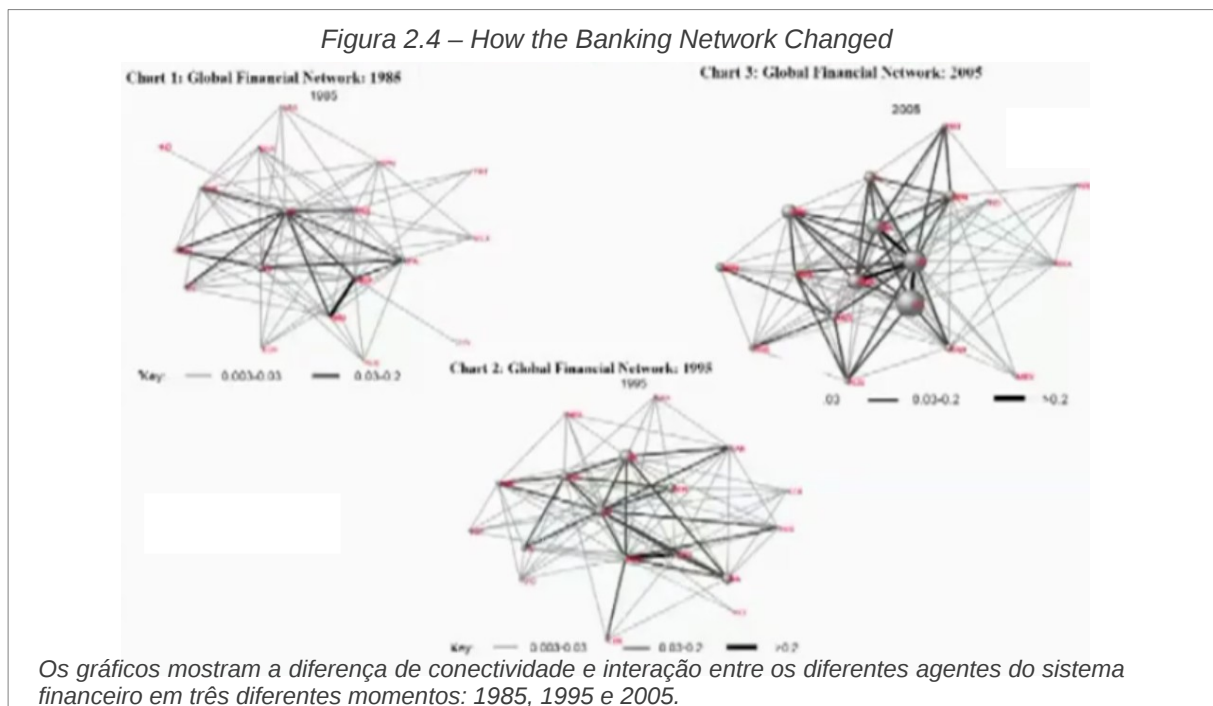


“In short, poorly connected networks are fragile, brittle and may collapse when they meet an unexpected challenge; while overly connected networks tend to become stagnant. The key to a successful sustainability strategy is therefore the appropriate balance, in all complex flow systems, be they corporations, ecosystems, or economies.” (Informe ao Clube de Roma, 2012: 82).

Dirk Helbing¹² demonstrou graficamente o aumento da conectividade e da concentração (eficiência) do sistema financeiro que a cada nova crise especializa-se ainda mais. Este afunilamento do sistema financeiro global nas mãos de poucos grupos bancários torna-se extremamente perigoso para a sustentabilidade do sistema, que torna-se cada vez mais frágil. Como uma teia de aranha, a quebra de uma destas grandes *conexões* pode significar a queda de todo o sistema, que vê-se cada vez mais sem alternativas em quais sustentar-se em momentos de crise de algum de seus pontos.

11 **Bernard Lietaer, Robert Ulanowicz and Sally Goerner**. *Options for Managing a Systemic Bank Crisis*. Acessado em <http://sapiens.revues.org/747> em 08 de Outubro de 2013, as 16h20.

12 **Dirk Helbing**: *Rethinking Economics Based on Complexity Theory*. Talk given at the Latsis Symposium 2012 "Economics on the Move" in Zurich, see <http://www.multimedia.ethz.ch>. Acessado em youtube at <http://www.youtube.com/watch?v=6fzpJNKiYq0> em 08 de Outubro de 2013, as 16h.



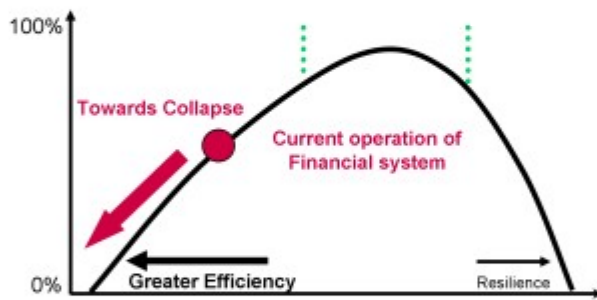
Nesta visão, a sustentabilidade econômica e financeira depende de maior diversificação de instrumentos/agentes, que conectados entre si possam promover uma maior resiliência para o sistema. Porém, estamos estagnados em um paradigma econômico que advoga o *mercado livre* mas que na realidade promove a formação de oligopólios super-eficientes;

Global dependence on large agribusinesses presents a similarly serious threat. A mere ten to twelve companies now control over 80 percent of the world's food supply of cereals, grains, meat, dairy, edible oils, fats, and fruits. Such consolidation may, as some economists claim, represent the most efficient path from resource to consumer. But the global food system is left with few options should political, economic, microbial, or climate-change-induced events disrupt one or more major pathways. Consolidation of this kind puts all of one's eggs in a single basket; it errs on the side of efficiency and courts disaster by eliminating resilience. (Lietaer & Belgin: 2012: 128)

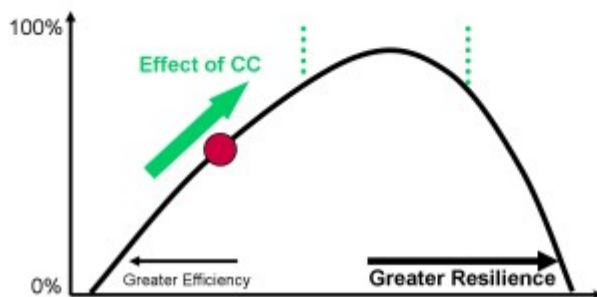
A eficiência do sistema econômico e financeiro é inegável; "... in the USA, the ten largest banks now control 42% of the market, compared to 28% before the 2008 crisis. This pattern is the perfect demonstration of what are known as 'autocatalytic forces' in natural ecosystems – forces that automatically lead to systemic crashes. The very institutions that were 'too big to fail' are made grow bigger still." (Informe ao Clube de Roma, 2012: 83). A hegemonia da moeda única (fiat), no entanto, começa a ser questionada. Graficamente¹³ vemos que este movimento em direção a uma maior especialização e eficiência nos levará a novas crises, bem como, ao contrário, a promoção de uma maior diversidade econômica e monetária seriam a melhor alternativa para alcançar a sustentabilidade sistêmica.

¹³ Bernard Lietaer, Robert Ulanowicz and Sally Goerner. Options for Managing a Systemic Bank Crisis. Acessado em <http://sapiens.revues.org/747> em 08 de Outubro de 2013, as 16h20.

Figura 2.5 – O efeito das Moedas Complementares para a sustentabilidade do sistema



A cada nova crise financeira, as autoridades financeiras investem em ampliar a eficiência do sistema, através principalmente da especialização e oligopólio de bancos mundiais.



A busca por sustentabilidade financeira passa, então, por uma mudança de paradigma no qual uma variedade de meios de pagamento aumenta a resiliência do sistema.

Fonte: **Bernard Lietaer, Robert Ulanowicz and Sally Goerner.** *Options for Managing a Systemic Bank Crisis.* Online em: <http://sapiens.revues.org/747>

2.2 A instabilidade financeira e a moeda fiat

Atualmente, cerca de 97% do *dinheiro* que circula globalmente só existe em números. Dos aproximados \$1.3 trilhões trocados diariamente nos mercados estrangeiros de câmbio, mais de 90% são puramente especulativos¹⁴, num jogo perigoso e excitante no qual os *players* não têm qualquer preocupação com as empresas ou países nos quais estão *(des)investindo*.

Your money's value is determined by a global casino of unprecedented proportions: \$2 trillion are traded per day in foreign exchange markets, 100 times more than the trading volume of all the stockmarkets of the world combined. Only 2% of these foreign exchange transactions relate to the "real" economy reflecting movements of real goods and services in the world, and 98% are purely speculative. (Lietaer: 2011)

Neste *cassino global*, "according to the IMF ... there were 145 banking crises, 208 monetary crashes and 72 sovereign-debt crises between 1970 and 2010. This represents a total of 425 systemic crises, an average of more than 10 countries getting into trouble each year! This crises have hit more

14 "This statistics are derived from the total daily foreign exchange transactions as reported every three years by the BIS, and compared to Global Annual Trade divided by the number of days". Dados apresentados por Bernard Lietaer em "*The Terra TRC White Paper*" acessado em 10 de Fevereiro de 2013, às 4h20. http://www.scribd.com/fullscreen/31636027?access_key=key-2bl3i0sqj31mkpdaiqfql

than three-quarters of the 180 IMF member countries....” (Informe ao Clube de Roma: 2012: 51).

Independentemente do estágio de desenvolvimento e das políticas econômicas aplicadas nacionalmente, o cenário de crise têm sido mais a regra do que a exceção no mundo atual. A facilidade com que estas crises contagiam outras economias, como o Efeito Tequila que a partir do México desencadeou crises em toda a América Latina, amplia os riscos de uma resessão mundial. Num paradoxo em que as condições locais são distintas (culturais, sociais, políticas, etc) e ao mesmo tempo bastante *globalizadas* (presença de multinacionais, direcionamentos internacionais, etc) fenômenos de crise econômica e financeira bastante parecidos acontecem em diferentes territórios.

A *arquitetura financeira global* tal como conhecemos hoje foi se estruturando ao longo das últimas décadas, e apontamos três momentos importantes para a sua consolidação; (1) Em 1971 o Presidente dos EUA, Richard Nixon, numa decisão unilateral, acabou com o padrão-ouro, iniciando assim uma era em que a comunidade internacional não possuía mais um padrão de referência para a moeda ou uma unidade de conta internacional (como centímetros para comprimento e watt para eletricidade). A taxa flutuante de câmbio possibilitou que uma moeda *mude* de valor de um momento ao outro. (2) Na década de 80, a dupla Thatcher e Reagan embarcou em um programa de desregulamentação do sistema financeiro, e através do *Baker Plan* obrigaram outros 16 países em desenvolvimento a aceitarem as novas regras, que possibilitaram que novos sujeitos participassem do *jogo financeiro especulativo* à nível mundial, e (3) O desenvolvimento tecnológico, que permitiu a criação de um mercado financeiro global totalmente integrado e em funcionamento 24h/7, e através do qual a economia de um país pode ser alterada em poucas horas¹⁵.

Essa *arquitetura financeira global* só foi possível a partir de uma profunda transformação sofrida pelas moedas nacionais, em dois importantes momentos: em 1971 com a queda do padrão-ouro e a posterior junção entre tecnologia da informação e sistema monetário que resultou no que chamamos de *moeda-informação*. “This shift to electronic money has been described as one of only two exceptional innovations over the 5,000-year course of money’s history, the other occurring when the printing of paper began to supplement the minting of coins” (Davis, 1994: 646). Estes dois movimentos desconectaram a moeda da economia real (onde bens e serviços são trocados), e lhe conferiram um valor em si mesma.

(...) o que é próprio do sistema hipercomplexo em crise é desencadear soluções novas, e estas podem ser tanto imaginárias, mitológicas ou mágicas, como pelo contrário, práticas e criativas. Deste modo, a crise é potencialmente geradora de ilusões e/ou atividades inventivas. Duma maneira mais geral, a crise pode ser fonte de progresso (solução nova, para além das contradições ou double-binds, aumentando a complexidade do sistema) e/ou fonte de regressão (solução aquém das contradições, levando o sistema a um estado de menor complexidade). (Morin: 1975, 138 -139)

15 Davies, Glynn (1994), *A History of Money from Ancient Times to the Present Day*, Cardiff: University of Wales Press: 646

2.3 Os reducionismos econômicos e a existência de uma outra economia

O não-debate da economia e seu distanciamento de outras ciências sociais e políticas, e da vida real dos indivíduos, provocou o que Jean-Louis Laville caracterizou como *reduccionismo da teoria econômica*, levando a sociedade como um todo a *esquecer-se* o que realmente significa o termo *oeconomics* (do grego: *oikos*= casa + *nomics* = gestão);

Uma compreensão estreita e discriminatória da economia domina o nosso senso comum, graças a três reducionismos introduzidos desde o séc. XIX pela economia neoclássica e seus axiomas utilitaristas: a) a redução de toda economia à economia de mercado; b) a redução de todo mercado ao mercado auto-regulado; c) a redução de toda empresa econômica à empresa capitalista (Laville, 2004)

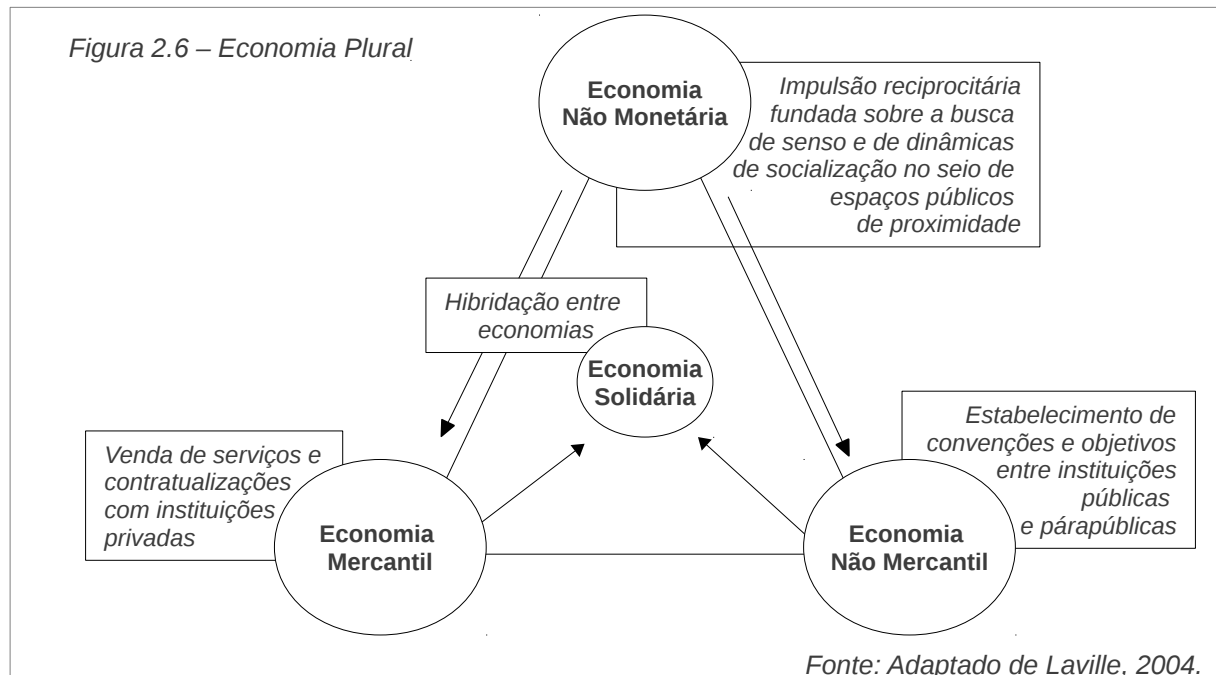
Estes reducionismos e sua consolidação através das estruturas de poder solidificaram um sistema econômico hegemônico cada vez mais afastado da realidade social, controlada por poucos¹⁶, com crises sistêmicas que estouram bolhas especulatórias em dias de *stress dos mercados financeiros* e acabam por modificar a vida de milhões de pessoas. Porém, o capitalismo não pode ser considerado sistema único de produção, pois, segundo Paul Singer (2004), ao seu lado existem;

i) a produção simples de mercadorias - unidades autônomas de produção, individuais ou familiares; ii) a economia pública - em que o estado presta serviços ou fornece bens; iii) a economia doméstica - actividades produtivas e distributivas realizadas no espaço doméstico e familiar, visando o auto-consumo dos seus membros; iv) a economia solidária - formada por empreendimentos vários de auto-gestão; v) a economia da dádiva - reciprocidade, que não se distingue pelas relações de produção, mas pelas relações de solidariedade que tece e reproduz. (Singer, 2004: 5-9)

A percepção de que existe uma multiplicidade de *economias* que interagem entre si é a base da *teoria de economia plural* defendida por Jean-Louis Laville e demais pensadores que seguem a linha teórica de Karl Polanyi, que por sua vez deixou um legado importante para a antropologia econômica. Laville (2004) apresenta o seguinte gráfico para explicar a ligação entre as diferentes economias existentes na sociedade;

Como desdobramento do trabalho de Polanyi, devemos associar, a cada uma destas três economias, um princípio de comportamento: à economia mercantil, o interesse individual, à economia não-mercantil, a obrigação, e à economia não-monetária, um 'impulso recíprocatório' que nada mais é do que a lógica da dádiva. (França Filho & Laville: 2004, 186)

16 A este respeito, indicamos a leitura de Naomi Klein (1999) No Logo.



Segundo Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009) o termo *economia solidária* foi cunhado na década de 1990, quando diversas iniciativas (de cidadãos, consumidores e produtores) passaram a ser organizadas em torno dos princípios de cooperação, gestão partilhada e autonomia. Através da primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho financeiro, estas novas iniciativas fomentaram a criação de *espaços públicos de proximidade*, que por sua vez fortalecem a participação direta dos indivíduos nas instituições (tanto nas quais empregam sua força de trabalho quanto frente as quais sejam clientes, ou ainda na participação cidadã);

As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc (Laville e Gaiger, 2009: 162)

Tendo impulsos diferentes para seu aparecimento, a economia solidária tornou-se um movimento internacional. O movimento da Economia Solidária na Europa adveio do pluralismo político-cultural em sua formação histórica, numa mistura entre as ideologias dos socialistas utópicos (Robert Owen, Henri Saint-Simon, Charles Fourier, Proudhon, Marcell Mauss e seus discípulos), dos pensadores do Cristianismo Social (Le Play, Raffeisen, etc) e dos Solidaristas (representado principalmente por Charles Gide); evocando a longa história associativa dos trabalhadores desde o começo do século XIX, a qual apresentamos resumidamente no Quadro 2.1.

Muito embora suas diferenças significativas, relacionadas a cada contexto de sociedade, um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das atividades econômicas, e, ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam estes de natureza social, política ou cultural. (França Filho & Laville: 2004, 16)

Quadro 2.1 - Teorias que dão forma à Economia Social e Solidária	
Autores	Principais ideias
Sismondi (1773 - 1842)	Em 1819 publicou os “Nouveaux principes d’économie politique”, onde privilegia a repartição equitativa da riqueza. Como contraproposta às teorias da “mão invisível” avança com fundamentos de uma política económica ao serviço do bem-estar colectivo.
Le Play (1808 - 1882)	Engenheiro, economista, sociólogo, conselheiro de estado, foi responsável pelo início da via de uma economia social “católica” que tenta conciliar comunidade, propriedade e patronato. Defendia as sociedades de socorros mútuos, as associações operárias e, simultaneamente, a hierarquia da obediência aos “chefes naturais”.
Charles Gide (1847-1932)	Economista que nas suas intervenções e nas suas obras consagra a própria expressão de “economia social”. Desenvolve o princípio do cooperativismo, impulsionando-o como movimento à escala mundial a partir da Escola Cooperativista de Nîmes, que fundou. Utiliza o conceito de economia, enquanto ciência das necessidades do homem e da sua satisfação. Foi responsável, em 1900, pela organização do pavilhão sobre Economia Social, na Exposição Universal de Paris.
Saint-Simon (1760-1825)	Aristocrata, matemático, foi um pensador do industrialismo, considerando que uma nação deve ser gerida como uma empresa, cabendo ao Estado – administrador – o papel de coordenador do esforço do progresso – indústria. Todas as pessoas tinham que trabalhar e tinham que ser remuneradas segundo as suas capacidades. Apenas os velhos, os doentes e as crianças é que não trabalhavam. Preconizou a associação como meio de socialização dos cidadãos (os cidadãos deviam agrupar-se e organizar-se em função de produzir e ter interesses comuns).
C.Fourier (1772-1837)	Engenheiro, caixeiro-viajante e mercador é igualmente um promotor do associativismo, mas mais no sentido dos falenstérios – faz desenho de um projecto produtivo e social, criando em 1832, perto de Paris, o primeiro falenstério (associação de pessoas livres, aproximadamente 1.500, onde todos tinham que trabalhar, atribuindo a cada um uma tarefa e um tempo de trabalho, remunerado de acordo com a agradabilidade do mesmo). Critica o sistema capitalista, de assalariados sem direitos, acreditando numa sociedade de harmonia (amor, amizade, paixão, atracção – junta prazer e interesse).
Robert Owen (1771-1858)	Inventor de máquinas, empresário de uma grande fábrica têxtil (New Lamark, Glasgow, Reino Unido), desenvolveu uma política social inovadora, protectora no seio da sua empresa (os filhos dos trabalhadores deviam ir para a escola; garantir trabalho em tempo de crise; ideia de descanso ao Domingo; cuidado e descanso às mulheres grávidas). Tentou criar uma comunidade nos Estados Unidos (New Harmony); com a sua acção e visão, lançou as bases de uma cooperação comunitária (com a ideia das aldeias de interesse de produção comunitária), e chamou a atenção para a noção de circuitos económicos curtos (pondo em causa os intermediários), bem como para a necessidade da busca do “preço justo”. Defendia a criação de cooperativas e não concordava com a ideia de que os recursos fossem ilimitados.
Cabet (1788-1858)	Dizia-se comunista e defensor do pensamento igualitário – todas as pessoas são iguais e a sociedade devia basear-se nessa perspectiva. Idealizou uma sociedade “Hicária”, que duraria 50 anos a ser estruturada, a partir do fomento de diversas medidas, funcionando como uma espécie de república colectiva, onde todos viveriam e tudo seria igual (comida, vestuário, formação, etc.).
Proudhon (1809-1869)	Defendia a capacidade dos homens para se organizarem a partir de baixo para cima; preconizava, pois, uma revolução social, a sociedade progressiva. Pensava que o melhor caminho para lá chegar era o mutualismo (com base na troca de bens) – imaginou um banco de troca que assentasse no crédito mútuo e gratuito e que organizasse a circulação da riqueza (em 1849 operacionaliza o seu projecto fundando o “Banque du Peuple P.J. Proudhon et Cie”). Defendia igualmente uma “economia de auto-determinação”, “economia de dupla qualidade” (na qual o indivíduo era reconhecido como “consumidor e produtor, comprador e vendedor, empregador e empregado”), uma economia não governamental, ou seja, uma economia libertária – “anarquista” (a sociedade não precisa de um controlo – Estado – funcionando de forma comunal, de responsabilidade colectiva e individual, associando-se as pessoas para produzirem em conjunto).
FONTE: Gouveia(2009), Originalmente adaptado de: Coutinho 2003; Jeantet 2003; Estivill 2005.	

Um longo debate se coloca a respeito da diferença entre a Economia Social e a Economia Solidária, principalmente nas escolas europeias, sendo que muitos afirmam que houve uma redefinição de conceitos quando a primeira tornou-se uma *extensão* do Estado e passou a ser demasiadamente dependente deste, algo que seria posto em cheque com a fundação da Economia Solidária. Para o momento, podemos simplificar radicalmente a questão afirmando que a grande diferença entre ambas é a autonomia frente ao Estado e a tônica que a segunda coloca sobre os processos democráticos (de gestão interna e participação na sociedade) bem como novos olhares

sob a questão ambiental e de sustentabilidade, somente adicionados recentemente. Por outro lado, na América Latina,

... sempre subsistiram práticas econômicas escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social (...) alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital (Laville e Gaiger, 20009: 163).

A América Latina possui uma longa história de resistência e organização social, da qual emergem conceitos como da Economia Popular e da Teologia da Libertação (Paulo Freire, Leonardo Boff) que servem de sustentáculo para a nova teoria da Economia Solidária. “A economia popular é a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres que não vivam da exploração da força de trabalho alheio tentam garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais” (Icaza e Tiriba, 2009: 150). Já a Teoria da Libertação ganhou adeptos em todo o mundo ao colocar o sujeito no centro do processo histórico de desenvolvimento (tanto individual, quanto social) e ao tornar-se conhecida metodologia de educação e compreensão do mundo que nos entorna.

No Sul, a questão primordial consiste em assegurar as condições materiais indispensáveis à sobrevivência daqueles que jamais foram efetivamente integrados à economia de mercado e ao gozo dos direitos sociais, mediante alternativas de trabalho, renda e serviços ancoradas na matriz popular associativa e nas suas lutas de resistência. Ao Norte, trata-se, em suma, de enfrentar a crise do Estado-providência, a obsolescência e a falta de dispositivos eficazes de proteção social, de reagir à exclusão a partir da capacidade de iniciativa e de engajamento solidário. Do ponto de vista sistêmico, ambas as perspectivas demandam uma *instituição social* da economia que a subordine às prioridades coletivas, sancionadas sobre fundamentos éticos por meio de uma deliberação política. (Laville e Gaiger, 2009: 167)

Segundo o Professor Paul Singer, atual Secretário Nacional de Economia Solidária no Brasil, o fenômeno da economia solidária se traduz em “(...) um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva do capital e participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da entidade promotora da atividade.” (Economia Solidária em desenvolvimento, 2003). Cinco grandes traços caracterizam a economia solidária,

i) **pluralidade de recursos com vista à sustentabilidade** (entre o mercado, através da venda ou prestação de serviços, os poderes públicos, através de várias formas de subsídios, e os recursos provenientes das práticas recíprocitárias como o trabalho voluntário); ii) **autonomia institucional** (independência das organizações em relação ao controlo por parte de outras instituições); iii) **democratização dos processos de decisão** (as organizações perfilam mecanismos de decisão interna baseados em ideais de participação dos seus membros); iv) **sociabilidade comunitária-pública** (as organizações desenvolvem um modo de sociabilidade próprio, ao misturarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais); v) **finalidade multidimensional** (ao lado da dimensão económica as organizações têm outros fins, como a dimensão social, cultural, ecológica e política; o económico serve como meio para a realização de outros objectivos - sociais, políticos, ecológicos, etc.) (Laville e Filho, 2004: 167-169)

Um exemplo bastante emblemático são as Cooperativas de Catadores (de lixo), que desde o princípio perceberam o valor que aqueles materiais poderiam ter na cadeia de produção, e proporcionaram com que, no Brasil, mais de 90% dos materiais recicláveis encontrassem destinações

apropriadas. A exclusão dos indivíduos levou-os a encontrar soluções criativas para inserirem-se na economia, e ao mesmo tempo fez com que o país se tornasse mais sustentável. Trata-se, portanto, de percebermos que as atividades econômicas fazem parte de um tecido social mais amplo;

A circulação dos bens segue a dos homens, das mulheres e das crianças, dos festins, dos ritos, das cerimônias e das danças, até as das piadas e das injúrias. No fundo ela é a mesma. Se damos as coisas e as retribuimos é porque nos damos e nos retribuimos “respeitos” - dizemos ainda “delicadezas”. Mas também é que damos a nós mesmos ao darmos aos outros, e, se damos a nós mesmos, é porque “devemos” a nós mesmos – nós e o nosso bem – aos outros. (Mauss, 1950: 140)

Num quadro dramático de degradação ambiental e social, causado em grande parte pela *economia tradicional*, cada vez mais pessoas acordam para a necessidade de criarem-se formas de fazer com que esta circulação de bens realmente siga a circulação da vida social, como dizia Marcel Mauss. A crescente gama de necessidades não satisfeitas através do mercado – muitas vezes por falta de recursos financeiros individuais e Públicos – como por exemplo o cuidado com os idosos numa sociedade cada vez mais envelhecida, a educação integral e ao longo da vida ou/e a preservação de tradições culturais e ambientais – fazem com que diferentes respostas surjam no seio das comunidades, como é o caso do uso de moedas complementares e sociais e o fomento ao empreendedorismo local e à economia solidária.

2.4 Os desertos monetários e a standartização da vida

John Maynard Keynes no seu livro *The General Theory of Employment, Interest and Money*, cita o problema levantado pela Câmara dos Comuns da Inglaterra nos anos de 1621, quando a falta de dinheiro paralisava a indústria textel do país propulsor da Revolução Industrial, e conclui que “there has been a chronic tendency throughout human history for the propensity to save to be stronger than the inducement to invest” (Keynes, 1982: 348); questionando-se sobre os problemas decorrentes deste processo. Keynes atestou o reaparecimento do mesmo problema em outros períodos/loais, “Several years later (1701 and 1706), for example, French merchants and statesmen complained of the prevailing scarcity of coin (disette des espèces) as the cause of the high interest rates, and they were anxious to lower the rate of usury by increasing the circulation of money.”, o que demonstrava sua preocupação pelo processo (recorrente) de problemas econômicos gerados pelo mecanismo dos juros monetários, bem como apontava para a importância da circulação monetária.

Ladislaw Dowbor (2001) recentemente concluiu que “é esta associação de aumento de lucros com investimento estagnado, desemprego crescente e salários em queda que constitui a verdadeira causa de preocupação”, o economista brasileiro refere-se aos dados do Relatório da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad) de 1997, que traz uma análise precisa de que nas últimas três décadas, a concentração de renda aumentou dramaticamente no Planeta,

desequilibrando profundamente a relação entre lucros e salários (entre os que têm dinheiro e os que não o têm). Segundo este relatório, o maior problema é que os lucros não resultam em investimentos, mas são desviados para especulações financeiras, gerando estagnação da economia.

Keynes, e muitos depois dele, reconheceu a importância do trabalho de Silvio Gesell (1862-1930) e lamentou seu fatídico esquecimento por parte dos intelectuais de sua época, enfatizando a potencialidade de seu projeto da *moeda carimbada*, que funcionaria com *juros invertidos*, como forma de aumentar a *velocidade de circulação* da moeda na economia, o que poderia representar uma maior abundância de trocas entre as pessoas e por consequência, desenvolvimento local, como defendido na Fábula das Abelhas de Mandeville (1723);

... Mandeville conclui: “A grande arte para tornar uma nação feliz, e o que chamamos florescente, consiste em dar a cada um a oportunidade de estar empregado; e, para isso alcançar, o primeiro cuidado de um governo deve ser promover toda a espécie de Manufaturas, Artes e Ofícios que a criatividade humana possa inventar; o segundo, estimular a Agricultura e a Pesca em todos os seus ramos, a fim de que a Terra inteira seja, como o Homem, levada a contribuir. É por esta Política, e não pela fútil regulamentação da Prodigalidade e da Frugalidade, que se pode esperar a grandeza e a felicidade das Nações, porque, suba ou desça o valor do Ouro e da Prata, a satisfação de todas as Sociedades sempre dependerá dos Frutos da Terra e do Trabalho dos Homens; coisas que, juntas, compõem um Tesouro mais firme, mais inexaurível e mais real que o Ouro do Brasil ou a Prata de Potosi. (Keynes, 1982)

Ao contrário da nação florescente que Mandeville descreve, a realidade atual de muitas regiões do Globo as classificam como “*desertos monetários*”,

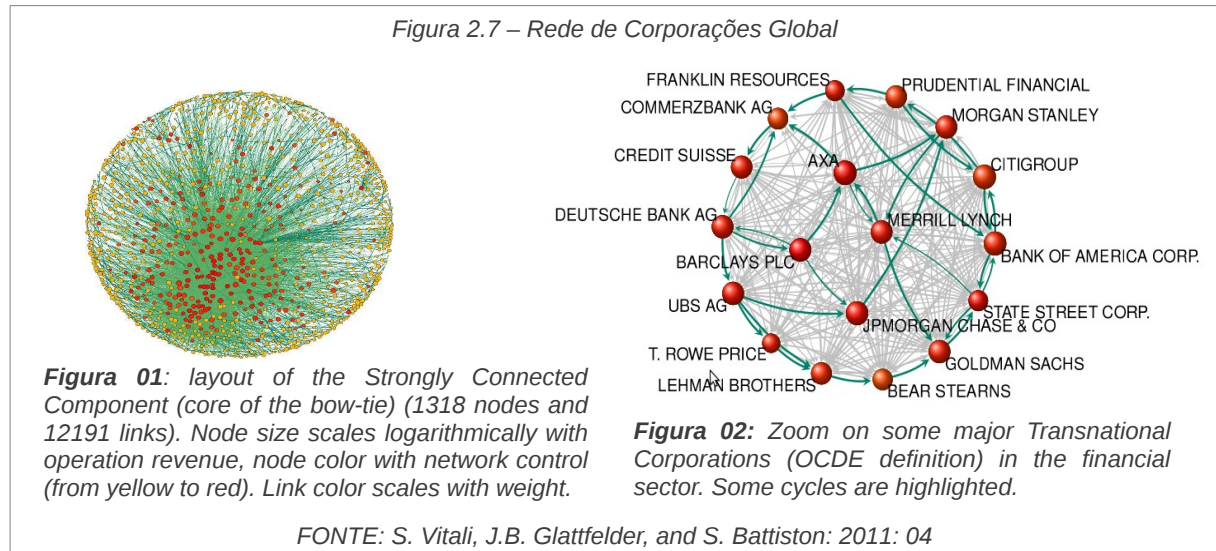
... espaços sociais em que não há dinheiro suficiente em circulação para que as populações possam se organizar e desenvolver, muito menos para que possam promover investimentos. Muitas vezes não há nem o suficiente para que as pessoas consigam suprir suas necessidades básicas. Isso ocorre pelo fato das atividades econômicas se encontrarem em níveis ínfimos; os agentes econômicos perderam seu dinamismo ... (Primavera, 2001: 50)

Patrick Viveret (2010a: 69), relembra que, “comme le soulignait déjà Jacques Duboin, rien n'est plus absurde qu'une situation où il existe un désir de produire et d'échanger, des humains pour le faire, des matériaux et des techniques pour le réaliser et que tout cela soit rendu impossible par l'absence de crédit”. Mas é exatamente isto que acontece atualmente: em todos os territórios existem necessidades insatisfeitas e recursos não utilizados, mas não existem moedas, nem crédito suficiente

Em uma analogia com o meio ambiente, um deserto monetário é um local onde existe tão pouca *água=moeda* que nenhuma *planta=empresa/empreendimento* consegue sobreviver. A existência de uma *monocultura=oligarquia* de grandes empresas no território faz com que estas suguem os *nutrientes=créditos/moedas* e/ou trabalhadores e/ou clientes, impossibilitando o surgimento de outras empresas. Como uma floresta de araucárias, a Terra fica tão empobrecida que não surgem outras árvores, arbustos ou flores. As pessoas estão tão convencidas de que o mercado capitalista é a única opção existente, que muitas vezes acabam imobilizadas com a falta de perspectivas de criar oportunidades 'fora' dele.

Torna-se cada vez mais inegável o controle que grandes conglomerados econômicos¹⁷ detém mundialmente. Integrando-se através de estratégias horizontais e verticais de controle dos mercados, consolidaram um verdadeiro oligopólio de marcas.

... the core holds collectively a large fraction of the total network control. In detail, nearly 4/10 of the control over the economic value of TNC2s in the world is held, via a complicated web of ownership relations, by a group of 147 TNCs in the core, which has almost full control over itself. The top holders within the core can thus be thought of as an economic “super-entity” in the global network of corporations. (S. Vitali, J.B. Glattfelder, and S. Battiston: 2011: 06)¹⁸



As pessoas são cada vez mais reféns da economia formada por grandes multinacionais que impõe seu modo de produção, sua standartização de produtos e marcas, sua standartização da cultura e dos territórios. A perda de diversidade das espécies comestíveis de plantas é apenas um dos exemplos, talvez o mais absurdo. Todos os outros já são mais do que conhecidos. Filmes de hollywood, notícias da Reuteurs, sapatos da Adidas, Futebol através da SkyTV, telefonia móvel pela TIM. Viagens com a BritishAirlines e férias no Caribe. O lanche no McDonalds, as compras no WalllMart e a Heineken pra gelar na Brastemp. As compras no shopping center e as montanhas de lixo, que se compra e que se vê nos jornais. As falsas promessas de políticos, os rombos nos cofres públicos, a exploração dos trabalhadores e o sempre distante, sonho de consumo.

Ainda que diversos estudos demonstrem, como Ladislau Dowbor (2006) que 80% dos empregos são gerados nas micro e pequenas empresas, os governantes latino americanos

17 Neste estudo, são consideradas TNC: Corporações Internacionais através das definições da OCDE “ [...] comprise companies and other entities established in more than one country and so linked that they may coordinate their operations in various ways, while one or more of these entities may be able to exercise a significant influence over the activities of others, their degree of autonomy within the enterprise may vary widely from one multinational enterprise to another. Ownership may be private, state or mixed”.

18 “Uma análise das relações entre 43.000 empresas transnacionais concluiu que um pequeno número delas - sobretudo bancos - tem um poder desproporcionalmente elevado sobre a economia global. A conclusão é de três pesquisadores da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça. Este é o primeiro estudo que vai além das ideologias e identifica empiricamente essa rede de poder global” Fonte: Carta Maior, http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18798 em 29 de outubro de 2011 às 12h20.

acreditaram durante muito tempo que, ao atrair sucursais destas empresas multinacionais, fomentariam o desenvolvimento. Mas a realidade mostrou-se bastante diferente.

Não há dúvida de que, na ponta do lápis, mil hectares de tomate permitirão uma produção a custo unitário mais baixo. É a lógica microeconômica. No entanto, se somarmos os custos do êxodo rural, do desemprego, da criminalidade, da poluição química, dos desequilíbrios políticos gerados pela presença de megapoderes econômicos, não há dúvida de que a sociedade como um todo terá uma produtividade menor.” (Dowbor, 2006: 26).

E neste sentido devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só, como nos diz Milton Santos (1996). “O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro o mundo como ele pode ser: uma outra globalização”.

A fábula da globalização não pode mais ser sustentada da mesma maneira em que na época que Milton Santos escrevia. A evolução dos meios de comunicação e sua utilização para fins contestatórios ao próprio sistema tornaram muito mais difícil para as classes dominantes manterem a ideologia sem questionamentos das massas. Os indivíduos dentre os *créatifs culturels* criam novas formas de ação coletiva, e a construção de uma outra globalização passa por uma mudança profunda do “Changer d'ère, le triple changement d'ère. Cette expression joue sur l'homophonie du mot 'air' en rapport avec le défi écologique, 'aire' avec le bouleversement du territoire et 'ère' avec le changement d'époque historique”. (Viveret, 2010: 58-59).

2.5 Os movimentos altermondistas e as redes de colaboração solidária

O Fórum Social Mundial (FSM) não é um evento, é “um processo permanente de busca e construção de alternativas¹⁹”. Realizado pela primeira vez em 2001 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o Brasil inaugurou oficialmente o que hoje convencionamos chamar de movimento altermundista.

Le mouvement altermondialiste occupe une place aussi importante aujourd'hui que le socialisme aux premières décennies de la société industrielle. L'un et l'autre luttent avant tout contre la direction capitaliste de l'économie et de la société. L'un et l'autre, par conséquent, ont attaqué et attaquent un mode de développement plutôt qu'un type de société défini par des formes de production, d'organisation et d'autorité. (...) le mouvement altermondialiste est un élément central de notre époque, parce qu'il s'oppose directement à la globalisation en tant que prétention à éliminer toutes les formes de régulation sociale et politique de l'activité économique. (TOURAINÉ, 2005: 47-48)

Espaço aberto para o debate, não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil, e não têm caracter deliberativo, ou seja, é um espaço “que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela

19 Retirado da Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, acessado em http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1 no dia 05 de maio de 2012, as 16h20.

construção de um outro mundo²⁰”, visa promover o encontro entre estas, que podem, entre si, desenvolver ações e deliberações conjuntas. O lema **um outro mundo é possível** torna-se realidade concreta na prática cotidiana de seus participantes, que interagem num espaço internacional que;

Procura fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade, que aumentem, tanto na esfera da vida pública como da vida privada, a capacidade de resistência social não violenta ao processo de desumanização que o mundo está vivendo, e reforcem as iniciativas humanizadoras em curso pela ação desses movimentos e entidades²¹.

Uma destas articulações foi a formação, em 2001, do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, como espaço de interação entre os diversos movimentos sociais, políticos e econômicos que já vinham se organizando em torno da economia solidária de maneira desarticulada, e que assim, consolidam o “*movimento da economia solidária*”, baseado na “*unidade na diversidade*”;

Tal processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES). Entre tantas questões, as plenárias tiveram o papel fundamental de discussão com o governo Lula na inserção de políticas públicas para a Economia Solidária na plataforma de governo. O resultado deste diálogo foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego em junho de 2003. Concomitantemente a isso, na III Plenária Nacional foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), como espaço da sociedade civil que não se confundisse com o espaço público-estatal que seria a SENAES. (Hespanha e Mendonça dos Santos, 2011: 91-92)

Segundo relata o secretário da SENAES, Paul Singer (2009), uma das principais políticas públicas da SENAES é a formação em economia solidária (tanto para os gestores públicos quanto para a sociedade civil). Com estas ações constantes e em várias regiões do país, a economia solidária tornou-se mais conhecida dentro do próprio Estado, o que proporcionou que “A SENAES (fosse) convidada a fazer parcerias com 22 ministérios em programas comuns de resgate social de populações marginalizadas por meio do fomento de empreendimentos de economia solidária”.

Uma importante ação, realizada em conjunto entre a SENAES, o CNES e o FBES, foi a realização do Mapeamento da Economia Solidária. Realizado pela primeira vez entre 2003-2007, e que atualmente está em sua segunda edição, alimentou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), e produziu o Atlas da Economia Solidária que revelou no país um total de 22 mil EESs (Empreendimentos de Economia Solidária), que associavam cerca de 1,7 milhão de pessoas (2% da força produtiva do país) e movimentavam anualmente cerca de R\$ 6 bilhões. Dados como estes permitem avaliar o tamanho e o peso econômico e social da economia solidária no Brasil, bem como entender suas características, o que nos permite acreditar que;

(...) a economia solidária avança em número de iniciativas, em diversidade e complexidade e em auto-conhecimento sobre a sua dinâmica, seus problemas, seus limites e suas possibilidades. Da experimentação de unidades econômicas autogeridas, aos poucos a formação de redes solidárias e de políticas públicas co-construídas entre sujeitos coletivos e agentes estatais/externos começa a dar corpo, lentamente, a uma outra economia, ainda subsidiária, ainda subordinada à lógica do mercado capitalista, mas revolucionada nos fundamentos de suas relações sociais de produção (...) a economia solidária começa a sair das sombras do desconhecido (ou do *inexistente fabricado*) para tornar-se objeto de viva polêmica – na academia, no Estado, nos movimentos sociais. (Hespanha e Mendonça dos

20 Idem.

21 Idem

Santos, 2011: 77-78)

O *Banco Palmas* integrou o FBES desde sua criação, bem como participa ativamente destas instâncias deliberativas e de debate, insitando a formulação de políticas públicas em apoio à utilização de moedas sociais, à implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e ao fomento às finanças solidárias no país, conforme veremos mais adiante.

Heloísa Primavera e outros atores sociais argentinos alimentaram o debate acerca das moedas complementares no seio do Fórum Social Mundial bem como dali surgiu também a Red LatinoAmericana de Socio-Economia Solidária (REDLASES). Percebemos, então, que a economia solidária e as moedas sociais na América Latina são projetos que caminham juntos, complementando-se e retroalimentando-se na busca por uma transformação da sociedade.

(...) podemos nos referir à revolução das redes com dois sentidos. No primeiro deles trata-se de um processo real, que está progredindo por toda a parte no enfrentamento desta globalização capitalista neoliberal e na construção/afirmação do projeto de um outro mundo possível, como nos atesta a pujança dos Fóruns Sociais Mundiais. No segundo caso podemos tratar da revolução das redes como uma proposta estratégica – elaborada desde a reflexão sobre essas práticas concretas e seus referenciais teóricos – que visa conectar a infinidade de organizações populares desta parcela emergente da sociedade civil, tais como movimentos, associações, sindicatos, ONGs, partidos políticos, etc., e particularmente os empreendimentos solidários de produção, comercialização e financiamento, bem como as organizações de consumidores, em um complexo movimento de realimentação capaz de fornecer ao conjunto dessas organizações e integrá-las em crescimento consistente, autossustentável, antagônico ao capitalismo e às várias práticas de dominação política e cultural, a fim de promover o bem-viver das pessoas. (Mance, 2002)

A partir da ideia de que o consumo é o elo final da cadeia de produção, e que, “O ato de consumo, portanto, não é apenas econômico, mas é também ético e político.”, Euclides Mance (2002) propôs que pensássemos a economia de maneira sistêmica e integrada em redes.

Desde as últimas décadas do século XX, tem-se verificado o surgimento e/ou propagação de numerosas práticas de colaboração solidária no campo da economia, entre as quais se destacam a renovação da autogestão de empresas pelos trabalhadores, cooperativismo popular, fair trade ou comércio equo e solidário, organizações solidárias de certificação e etiquetagem, agricultura ecológica, consumo crítico, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio (LETS), sistemas locais de trocas (SEL), sistemas comunitários de intercâmbio com moedas sociais impressas em papel ou operadas em formato digital com SmartCards ou via websites, economia da comunhão, sistemas de microcrédito, bancos do povo, bancos éticos, bancos comunitários, grupos de compras solidárias, movimentos de boicote, difusão de softwares livres, feiras solidárias e comércio eletrônico solidário, entre outras. (...) cobrem os diversos segmentos das cadeias produtivas (consumo, comércio, serviços, produção, finanças e desenvolvimento tecnológico) começaram a despertar recentemente para ações conjuntas em rede. (Mance, 2008)

Um dos *instrumentos* que podem ser utilizados para fomentar as redes de colaboração solidária as quais Euclides Mance se refere são as tecnologias da informação e os sistemas de moedas complementares. Uma rede é formada quando diversos agentes econômicos *solidários* locais passam a cooperar entre si no intuito de buscar respostas às necessidades e interesses de cada um dos seus membros.

Trata-se de uma tese bastante interessante e que vem sendo testada em diferentes projetos. Os sistemas de moedas complementares podem ser observados sob esta ótica, e o Banco Palmas é um exemplo concreto de como uma rede de colaboração local pode ser autogestionada buscando crescimento sustentável²². Outro projeto que vem ganhando atenção no Brasil (e fora dele) é a Rede Fora do Eixo. A articulação em rede de mais de 250 coletivos e organizações culturais espalhados por todo o país possibilitou a troca de serviços e produtos culturais entre cada uma das células, e a proporção que suas ações puderam tomar atraiu investimentos que isolados não teriam acesso.

²² Aprofundaremos este assunto no Capítulo XXX. Ver também o Anexo 03 e 04 sobre o PLIES – Plano de Investimento Local realizado no Conjunto Palmeiras e que claramente mostra esta gestão e coordenação de ações de uma rede de economia solidária local.

3 MOEDAS COMPLEMENTARES, SOCIAIS E LOCAIS

Seja no seio da própria economia capitalista, na economia pública ou na economia solidária, novas formas de facilitar as trocas de bens, serviços e saberes foram inventadas (ou adaptadas) conforme as necessidades locais, as tecnologias disponíveis, os anseios políticos, sociais e econômicos a serem perseguidos, as preocupações culturais e ambientais dos seus proponentes.

L'existence des monnaies parallèles comme fait monétaire permanent s'oppose au principe d'exclusivité monétaire nationale. ... On dira qu'une monnaie, conçue comme système, est une *monnaie intégrée* dès lors qu'elle couvre l'ensemble du champ des pratiques de compte et paiement sur le territoire national. Le principe d'exclusivité monétaire nationale signifie que l'objectif de l'autorité publique est que la monnaie qu'elle institue soit intégrée. Cet objectif est utopique dès lors qu'existe de façon permanente un ensemble diversifié des monnaies parallèles. (Blanc: 2000: 92)

Diferentes termos já foram utilizados para tratar deste fenômeno. Jérôme Blanc (2000) elegeu o termo de *moedas paralelas*, por serem unidades de contas ou meios de pagamento diferentes daqueles inscritos no sistema monetário nacional. Hayek (1978) empregou o termo de *monnaies de fait (moeda de fato)*, por tratarem-se de moedas aceitas, por livre consentimento, pelos atores econômicos concernidos. Também encontramos os termos *moedas complementares*, no sentido de sua função complementar ao sistema monetário tradicional, ou *moedas alternativas*, por representarem realmente uma alternativa à falta monetária. Também pode ser utilizado o termo de *monnaies plurielles*, que faz referência direta à economia plural estudada por Jean-Louis Lavoie. Ainda identificamos os termos de *moedas afetadas*, *moedas de proximidade* e *moedas eletrônicas*.

Nos parece bastante interessante considerá-las, como Jérôme Blanc e Bernard Lietaer, *moedas paralelas e/ou complementares*, por tratarem-se de um meio de trocas que convive com as *moedas oficiais* (nacionais e internacionais), bem como tem o sentido de complementar algumas das funções que a moeda oficial deixou de cumprir;

Ces systèmes ne remplacent pas les monnaies nationales conventionnelles mais ils les complètent. Les gens les utilisent pour résoudre des problèmes que les monnaies conventionnelles se sont constamment montrées incapables de résoudre: le rétablissement des liens dans les communautés, la création de travail utile et gratifiant, une écologie durable ou l'attention aux seniors dans une société vieillissante. (Lietaer, 2011: 18)

Heloísa Primavera cunhou o termo de *moedas sociais*, sendo este o termo preferencial entre os teóricos latino-americanos, por tratarem-se de instrumentos de pagamento geridos por seus próprios usuários, bem como referência à *economia social e solidária*.

Moedas sociais são substitutos da moeda oficial que permitem expressar-se um mercado reprimido por falta de instrumentos de pagamento. Trata-se de moedas complementares às moedas oficiais, que são denominadas moedas sociais, quando produzidas e administradas por seus próprios usuários para distribuir a riqueza, em vez de concentrá-la, como tão bem o faz a moeda oficial graças ao mecanismo do juro bancário. Devem ser usadas como instrumentos de reconceitualização do fenômeno antropológico e social do dinheiro e são uma forma de empoderamento das pessoas. (Primavera, 2001)

Apesar de ser um campo de estudos relativamente novo e ainda um tanto invisível, as moedas complementares já fazem parte do dia a dia da maioria das pessoas. As milhas das companhias aéreas, os vales refeição/alimentação e os descontos em forma de *pontos em cartões de usuário* são alguns exemplos.

Nosso foco de estudos serão os diferentes modelos de moedas complementares e sociais já implementados ou em andamento na América Latina. O que nos importa perceber neste momento é como estas novas formas de utilização e percepção da moeda podem alterar não somente a economia local onde aparecem, mas a sociedade em sentido mais amplo, já que;

Experiências realizadas com a moeda social permitem desvelar ideologias, pois explicitam a disputa de poder que se dá em torno de sua forma e processo e o poder que a instituição monetária concentra. Trabalhar com a moeda social implica a tomada de posição por parte do utilizador, o qual, no mínimo, passa a refletir sobre a “naturalidade” que lhe é imposta acerca do dinheiro – já que terá de administrá-lo -, o que já é, em si, deveras subversor e, portanto, criativo. (Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, 2009: 259)

Assim, as moedas sociais tornam-se instrumentos de contestação da tirania do mercado e do poder centralizado do capital, e reivindicam a construção de uma *outra economia*, baseada nas potencialidades locais e na sustentabilidade territorial. Segundo Heloísa Primavera (2002), tornam-se “*negócio de cidadania: construção de cidadania social e política a partir da cidadania econômica*”. Sendo efetivo instrumento de trocas econômicas, resistência social e política;

Le refus est triple: refus de la logique de mondialisation qui se traduit par une fuite de revenus créés localement vers d'autres lieux, refus de la logique économique peu soucieuse de l'environnement local, refus d'une monnaie officielle gagée sur un immense réservoir de dettes. A *contrario*, ces expériences de monnaies locales revendiquent le développement des localités, le caractère soutenable du développement promu, l'ancrage de la monnaie locale sur le travail de la population locale et l'absence de dette comme gage de la monnaie locale. (Blanc, 2000: 205)

Se inicialmente a aparição de moedas complementares foi principalmente correlacionada com períodos de crise econômica, período em que ficam mais explícitas as mazelas geradas pela falta de dinheiro na sociedade, podemos dizer que com a intensificação da concentração monetária e econômica existem hoje comunidades (e países) inteiras que vivem no que caracterizamos como *desertos monetários*, numa constante crise, que não pode mais ser considerada *periódica*, mas passa a ser vista como uma disfunção profunda do nosso sistema econômico e monetário.

3.1 A complexidade da moeda: o meio de troca como mensagem

Conforme vimos anteriormente, os desertos monetários são o resultado do que podemos chamar de *violência da moeda*, o lado perverso deste mecanismo econômico. Cada vez mais em evidência, a moeda, como tudo, pode ser observada sob duas ópticas: uma boa e uma ruim. Obviamente que é bom e necessário que existam meios de facilitar as trocas e, de certa maneira, que estas trocas sejam pacificadoras; o próprio termo '*pagar*' do latim '*pacare*' significa '*pacificar*', e foi daí

que Montesquieu originou sua teoria do *'doce comércio'*, como alternativa à guerras e conflitos.

Por outro lado, a moeda tornou-se fonte de desigualdade e violência social. Ao tornar-se objeto de desejo, a moeda gerou miséria física naqueles que não a possuem, tal como (frequentemente) também miséria moral àqueles que a possuem em excesso. Esta ambivalência da moeda, como vetor de paz e violência, pode ser também observada em sua abstração. “D'un côté, cette abstraction permet son universalisation et facilite l'échange au loin dans l'espace (cas des grandes monnaies convertibles) ou dans le temps (par l'épargne et l'investissement). Mais cette monnaie qui permet l'échange au loin finit aussi par détruire l'échange de proximité”. (Viveret, 2010a: 47).

Para Patrick Viveret (2010a) a moeda é um elo de ligação entre os indivíduos de uma sociedade. Um instrumento para facilitar as trocas econômicas através do mercado, mas também um elo político (é a autoridade política que emite, ou autoriza a sua emissão por outros) e mesmo elo simbólico de uma sociedade, como atestam as figuras presentes nas notas e moedas nacionais. As *moedas* foram criadas antes mesmo da escrita, já que os primeiros traços, que foram encontrados no Egito eram anotações que mostravam balanços de contas entre os comerciantes locais.

Se observarmos nosso sistema monetário atual (a moeda como crédito bancário – conhecida como moeda fiat) percebemos que cada nota e moeda (crédito de quem a possui) é equivalente ao débito de outrem. Porém, para além da informação expressa no sistema monetário (créditos e débitos) a moeda carrega em si outras informações, digamos, um tanto subliminares.

Bernard Lietaer, especialista em sistemas monetários, realizou um estudo que nos leva “Au coeur de la monnaie”, no qual buscou mostrar a ligação entre Sistemas Monetários, o inconsciente coletivo, os arquétipos de Jung e os tabus sociais. Algumas descobertas reveladas neste livro são bastante pertinentes para nossa análise, e por isto as apresentaremos brevemente nesta seção. “Notre proposition de départ est que le type de monnaie utilisée dans une société est le reflet de l'inconscient collectif de cette société” (Lietaer, 2011: 31).

Simplificadamente vamos expor as ideias de Lietaer, organizando-as em quatro subdivisões; (1) os arquétipos e suas sombras na psicologia de Jung, a representação do humano em cinco arquétipos e a relação Yin-Yang na teoria monetária; (2) o arquétipo feminino e sua ligação à moeda; (3) as moedas Yin-Yang: a sustentabilidade exige a complexidade e (4) a imagem da Virgem Negra, as moedas complementares e o desenvolvimento local na América Latina.

(1) os arquétipos e suas sombras na psicologia de Jung, a representação do humano em cinco arquétipos e a relação Yin-Yang na teoria monetária; “Ma définition des archétypes est simple: un archétype est une image récurrente qui modèle les émotions et les comportements humains et qui peut être observée au travers du temps et des cultures” (*Idem*, 2011: 33). Os arquétipos são acompanhados pelo que os psicanalistas chamam de sombras; “Je définirai une

ombre comme la manière dont un archétype se manifeste quand il est refoulé” (Ibdem, 2011: 37).

Têm-se também que as sombras sempre aparecem em pares opostos, que mantêm entre si uma relação de medo uma com a outra, mas também de complementariedade, tal como o Yin-Yang, do taoísmo, que “Dans le contexte spécifique monétaire et social de ce livre, la notion de Yin-Yang se rapporte, entre autres qualités, aux polarités de coopération-compétition, égalitaire-hiérarchique, intuitive-logique, féminine-masculine”;

La pertinence de cette polarité Yin-Yang des ombres avec le système monétaire est la suivante: les deux émotions-clés que tous les marchés financiers modernes révèlent, la cupidité et la peur de la pénurie, sont clairement reliées entre elles par la peur. En outre, la cupidité, la nécessité d'accumuler sans cesse, est définitivement une énergie de type Yang, tandis que la peur du manque est Yin. Ces émotions possèdent donc tous les traits des ombres. Elles sont devenues tellement universelles dans le monde actuel que nous les considérons comme allant de soi (Lietaer, 2011: 43).

Utilizando-se de uma carta simplificada da psique humana, desenvolvida por Robert Moore e Douglas Gillette, baseada no quarteto de Jung, ou seja, uma estrutura que comporta os quatro principais arquétipos (O Soberano, o Guerreiro, o Amante e o Mágico), Bernard Lietaer percebeu que “Avec ces archétypes et ces ombres comme éléments de base, on pourra ébaucher une carte de la manière dont les humains ont tendance à agir entre eux et sur le monde qui les entoure” (Ibdem, 2011: 32). O *arquétipo do Soberano* é a força que integra o centro da psique; é andrógono, e quando está sã mobiliza, aceita e integra a força dos outros arquétipos. Suas sombras são o Tirano (Yang) e o Abdicador (Yin). “Le Guerrier protège ce qui doit l'être, développe pour le bien commun et détruit ce qui doit être éliminé pour permettre la floraison de nouvelles vies et formes” (Ibdem, 2011: 51), representa a disciplina, a aceitação e a força; suas sombras são o sádico (Yang) e o Masoquista (Yin). O Amante é o poder de empatia e de conectividade ao outro e a tudo ao nosso redor; é particularmente sensível à arte e à beleza e representa o prazer sensual sem culpa, suas sombras são o Amante Dependente (Yang) e o Amante Desamparado (Yin). Inúmeras formas de dependência são patologias sociais em nossos dias (tabagismo, workaholics, narcóticos). “Le magicien maîtrise la connaissance et la technologie dans le monde matériel par les métiers, les sciences et les technologies, ainsi que dans les mondes virtuels (chamans, guérisseurs...” (Ibdem, 2011: 53); suas sombras são a energia de Appollo (eu sei tudo – Yang) e a energia de Dionysio (caótica – Yin).

Au niveau collectif, nous avons également des organisations qui incarnent ces énergies archétypales. Par exemple, le gouvernement joue le rôle du Souverain; l'armée et les entreprises portent en elles la majeure partie de l'énergie du Guerrier; le monde académique, la science, la technologie et la religion performant les activités du Magicien. L'Amant est exprimé par les arts (...) (Lietaer, 2011: 54)

Mas Lietaer percebeu que lhe faltava algum elemento para poder compreender seu objeto de pesquisa, as moedas na economia, e através das sombras percebidas como fatos recorrentes na sociedade atual, chegou ao arquétipo da Deusa-Mãe ou Provedora, que sempre esteve relacionado aos objetos utilizados como meios de trocas (cabeças de gado, conchas), bem como foi um dos arquétipos mais reprimidos na sociedade ocidental;

(2) o arquétipo feminino e sua ligação à moeda; A adoração à imagem de uma Deusa Mãe, Mãe Terra ou Provedora é tão antiga quanto a invenção da pintura. Base da cultura de inúmeras civilizações, é representação do divino em suas formas proeminentes, representando a fertilidade do feminino, da sexualidade e da proteção à prole.

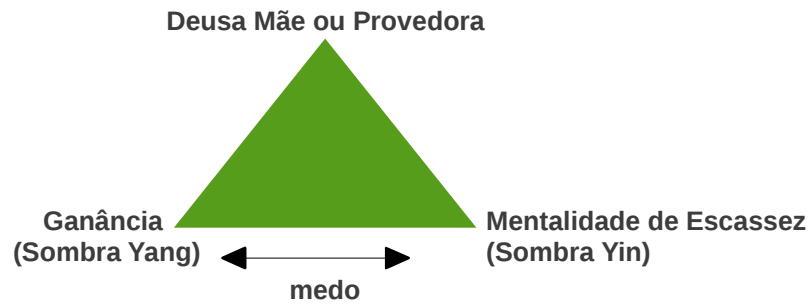
Mais ne voir dans la Déesse Mère que les seules images de la sexualité, de la fertilité et du soin des enfants serait une vision réductionniste. Elle connecte le corps humain et la terre au mystère du sacré. Elle célèbre le processus des cycles temporels de la vie même, dans toutes ses formes, tout renouvellement et croissance; le paradoxe de la vie et de la mort de tout changement, de même que de tout continuité. (Lietaer, 2011: 62)

A moeda é aqui definida como um acordo de uma comunidade para utilizarem algum objeto como meio de pagamento, e aparece na história humana principalmente em dois formatos: a cabeça de vaca e a concha. Homero descrevia a riqueza em cabeças de vaca e ainda hoje se utiliza a terminologia como medida de valor “*vale mil cabeças de gado*” em diversas regiões. O termo inglês *pecuniary* vem do latim *pecus = bétail = cabeça*, enquanto que *fee (taxa)* vem de *vieh = betail* em germânico antigo. O termo *capital* deriva diretamente *capus, capitis = cabeça* em latim. O rito sagrado das vacas é tão antigo que nossa galáxia chama-se Via Láctea, referência direta ao leite, e portanto ao seio, da mulher e da vaca. Ambas fontes de nascimento, renovação e morte.

As conchas, que também aparecem como objetos preferíveis como meio de pagamento, “le coquillage appelé cauri a été, de toutes les formes de monnaie, une monnaie bien plus répandue et pour une durée bien supérieure aux autres formes y compris même les métaux précieux” (Ibdem, 2011: 73). As conchas, em sua forma de vulva, são ligadas à água na qual são formadas e a fertilidade específica deste elemento. Tradicionalmente ligada ao prazer sexual, à prosperidade e a fecundidade. “Pour les Aztèques, le dieu Lune Tecaciztecatl, signifiant littéralement ‘*celui du coquillage*’ possède de nombreux attributs: le processus de la naissance et de la génération. Il est représenté par une vulve. Il est intéressant de noter que le cauri est également associé à la mort, parce que sa vie utile en tant que monnaie commence après la mort de son habitant originel” (Idem, 2011: 75). Entre outras referências históricas de moedas ligadas ao arquétipo feminino, Bernard Lietaer (2011) cita a adoração dos romanos à Junon Moneta (daonde deriva o termo moeda);

Quand les Romains installèrent leur première fabrique de monnaie dans les sous-sols en forme de grotte du temple de Junon Moneta, ils ne firent pas autre chose que de perpétuer une connexion avec l'archétype des mystères du féminin et de l'abondance qui remontait à des millénaires avant la fondation de Rome. En résumé, nous avons là une sérieuse preuve que l'invention de la monnaie n'a pas seulement eu lieu à l'époque où l'archétype de la Déesse Mère était vénéré, mais que toutes les premières formes de monnaie furent un attribut direct de cet archétype. (Lietaer, 2011: 82)

Figura 3.1 – Archétipo da Deusa Mãe e suas sombras

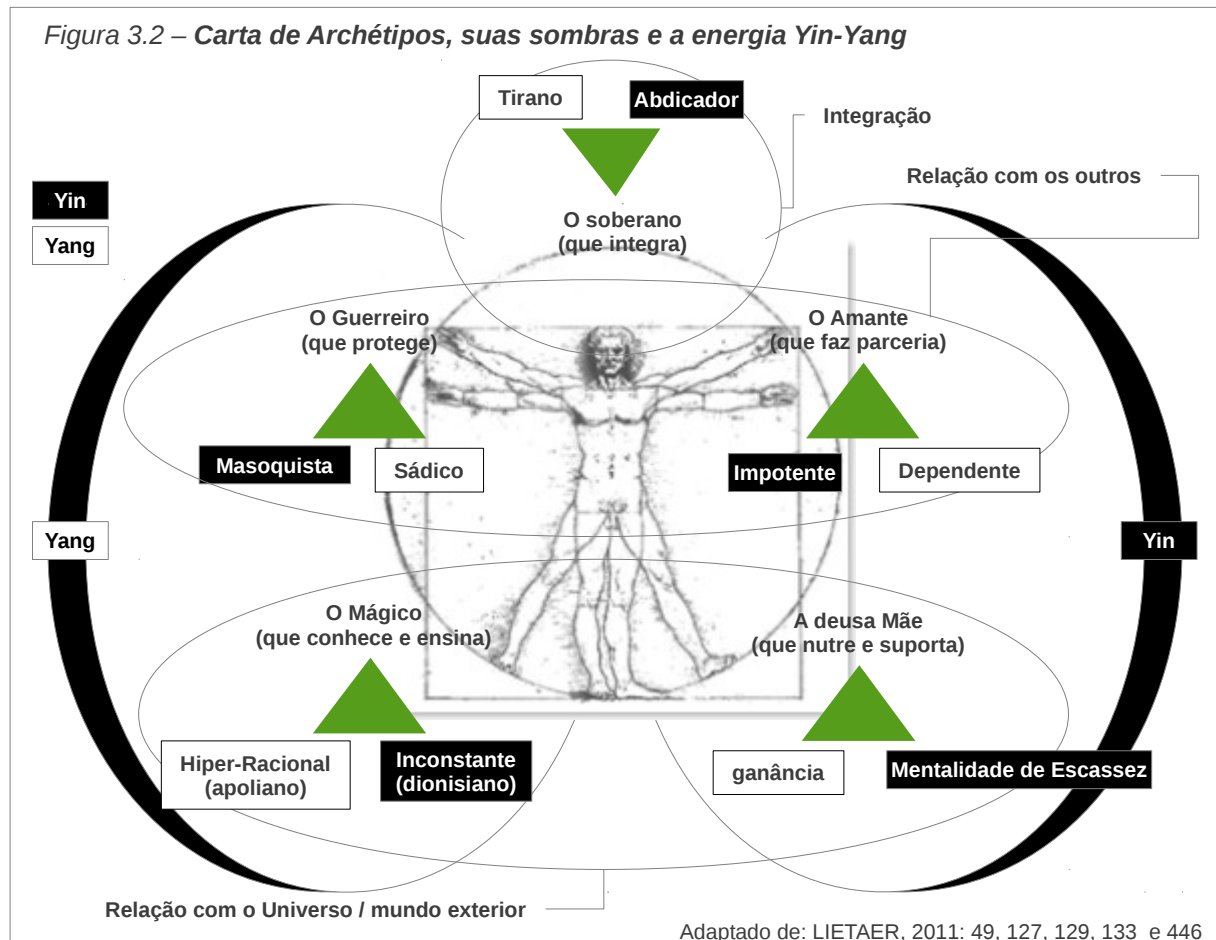


Referência: LIETAER, 2011: 56

Se um archétipo é reprimido pela sociedade, ele desaparece da mitologia dominante, e se revela em suas duas sombras, não somente como sintomas psíquicos, como também físicos individualmente e como coletivo social; e “on peut prédire que le système monétaire qui devrait émerger d'un inconscient collectif où l'archétype de la Déesse Mère était refoulé serait marqué par les ombres de cet archétype. Il est logique que le système monétaire 'moderne' récompense systématiquement, par des intérêts, les gens qui sont disposés à accumuler de l'argent” (Lietaer, 2011: 121), e conclui;

Quand Adam Smith écrit ses livres *Theory of Moral Sentiments* (1758) et *Wealth of Nations* (1776), qui coïncident avec la période durant laquelle les dernières sorcières furent brûlées en Europe, il remarqua que dans toutes les sociétés 'modernes', le désir systématique des individus pour accumuler était 'pratiquement' universel. Il devait par conséquent considérer la cupidité et la peur de la pénurie comme émotions normales dans les sociétés civilisées. Moralement, il n'approuvait pas la cupidité, mais il estimait qu'on ne peut pas s'opposer à un comportement 'normal'. 'Normal' n'est pas la même chose que 'naturel', mais Adam Smith n'a pas fait cette distinction. (Lietaer, 2011: 120)

Bernard Lietaer (2011) constroi sua carta da psique humana incorporando à estrutura quádrupla de Jung (Soberano, Mágico, Amante e Guerreiro) o archétipo da Deusa Provedora, ou Mãe-Terra (Pacha Mama para os andinos). Esta carta, sobreposta aos conceitos Yin-Yang, tais como suas sombras graficamente apareceria assim;



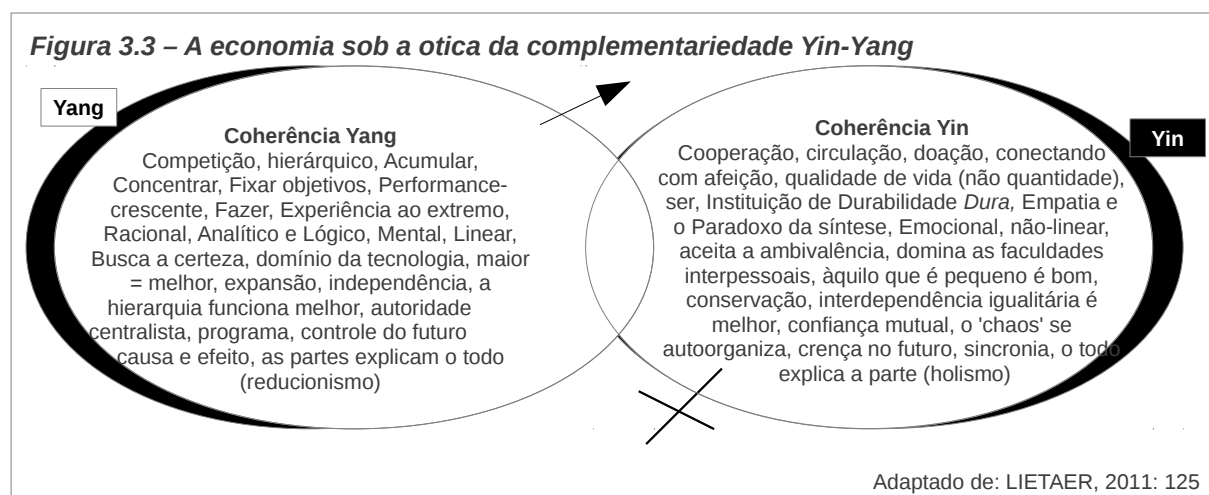
O gráfico possibilita a percepção de que não só a sociedade atual pode ser analisada com este conjunto de arquétipos, como também nos mostra claramente o excesso de energia Yang em nossa realidade social. Conforme Jung e seus discípulos, uma sombra aparece sempre que um dos arquétipos é reprimido socialmente. A repressão do feminino (caça às bruxas, invisibilidade da mulher na economia) não só causaria o aparecimento de sua sombra (ganância) como também geraria *vibrações* e *interações* com os outros arquétipos, que também apresentariam-se com maior quantidade de energia Yang (hiper-racional; dependente; sádico e tirano).

Je propose de démontrer que des systèmes de monnaie sensiblement différents se manifestent selon le féminin soit honoré ou non dans la société (...) lorsqu'on classifie les sociétés historiques selon le fait qu'elles répriment ou honorent le féminin, deux modèles de systèmes monétaires émergent. Chaque fois que l'archétype féminin a été réprimé comme cela a été le cas à peu près tout au long de notre histoire occidentale, un monopole de monnaies qui jouent simultanément le rôle de moyen d'échange et de réserve de valeur a tendance à émerger (...) La caractéristique commune à tous ces systèmes est qu'ils tendent à encourager fortement l'épargne sous forme d'accumulation de monnaie (...) de plus, les intérêts positifs encouragent également une vision à court terme dans le choix des investissements²³. Par contre, dans les rares cas où le féminin a été honoré dans une civilisation 'avancée', deux systèmes monétaires complémentaires sont apparus, et une de ces monnaies avait inmanquablement ce qui nous semble être une caractéristique inhabituelle qui décourageait activement l'accumulation de

23 Trataremos sobre esta relação entre juros e investimentos à curto prazo, bem como a respeito das moedas 'sem-juros' ou com 'juros-negativos/juros invertidos' e sua relação à investimentos à longo prazo na parte XXX sobre **Dinheiro e Sustentabilidade: reservas para o futuro**.

richesse sous la forme de cette monnaie. Bref, la monnaie en question opérait uniquement comme un simple moyen de paiement et d'échange, et n'était pas utilisée comme valeur de réserve. Le résultat était que ce moyen d'échange circulait librement (...) (Lietaer, 2011: 143-144)

(3) As moedas Yin-Yang: a sustentabilidade exige a complexidade; “Quando o masculino e o feminino se combinam, todas as coisas se realizam com harmonia”. O Yin-Yang representa, na filosofia oriental, as dualidades da vida. Forças opostas ou contrárias interconectadas e interdependentes do mundo natural; cada uma dando a possibilidade de existência da outra na própria relação entre elas. Várias dualidades (feminino e masculino, luz e escuridão, alto e baixo, quente e frio, fogo e água, vida e morte, etc) são manifestações físicas do conceito Yin-Yang. Podem ser entendidas como complementares, e não opostas, que interagem para formar um todo que é maior que cada parte separadamente; efetivamente um sistema dinâmico. Ainda que tudo possa conter um pouco do Yin e um pouco do Yang, um dos dois aspectos será mais eminente dependendo do objeto observado. Bernard Lietaer apresenta esta dualidade nos aspectos pertinentes para esta pesquisa:

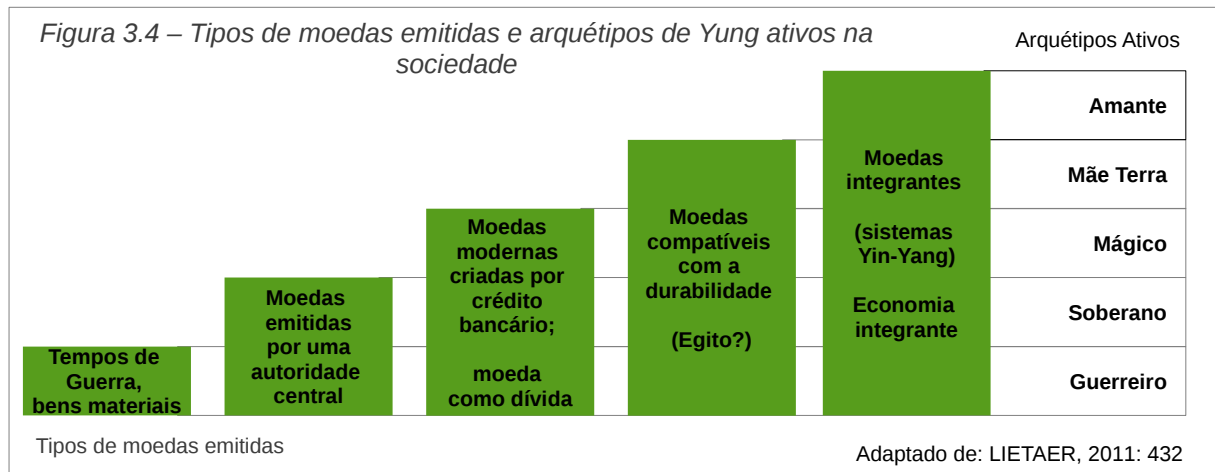


Esta concepção da economia sob a ótica do Yin-Yang pode, ainda, ser aplicada às moedas. Segundo Bernard Lietaer (2011) as moedas nacionais têm características *Yang*: hierárquicas, estimulam a competição, a acumulação monetária (através dos juros) e por isto mesmo são normalmente utilizadas para o comércio longínquo – no tempo e espaço. Já as moedas *Yin* seriam as chamadas '*moedas complementares*'; que incentivam a cooperação e a circulação de bens e serviços entre agentes que têm afeição, confiança mútua e solidariedade entre si, bem como almejam melhorar a qualidade (e não a quantidade) de vida e consumo dos seus participantes, e portanto são utilizadas nas trocas de proximidade e na vida comunitária. Para comprovar sua teoria, Bernard Lietaer analisa dois períodos na história;

À l'exception d'une mise en application pratiques durant les années 1930 (com os esforços de Silvio Gesell), il faut revenir au milieu du Moyen Âge pour trouver un cas précédent significatif. Jusqu'à présent, je n'ai découvert que deux périodes au cours desquelles des monnaies à surestarie ont été utilisées à long terme: pendant plus de deux siècles de ce que nous appelons ici le Moyen Âge Central em Europe (XX au XII siècle) et pendant bien plus de mille ans dans l'Égypte dynastique. (idem, 2011: 194-195).

Não entraremos no debate de cada um destes períodos e das descobertas feitas por Lietaer ao estudá-los pois isto tornaria-se deveras extensivo neste momento, mas para o leitor interessado indicamos a leitura de suas obras. Nosso interesse é utilizar esta teoria para analisar nosso universo de estudos, as moedas complementares na América Latina.

Cada vez mais o continente se volta para o culto da Pacha Mama, além de outras expressões de culto à Natureza, o que poderia ser visto como uma pista para a confirmação desta teoria dos arquétipos nos dias atuais. Somente uma incursão ao terreno, na qual as pessoas concernidas nos projetos de moedas complementares fossem argúidos poderia nos dar clareza se há realmente indícios destes comportamentos YIN nestas comunidades e indivíduos que se utilizam das moedas complementares localmente. Em vias de conclusão, apresentamos a Figura 3.4 que mostra como, de acordo com os arquétipos ativados socialmente, diferentes tipos de moedas surgiram na sociedade:



Em tempos de guerra (ou em prisões) a energia do Guerreiro cria formas de relacionar-se com o outro através de bens materiais necessários, que ao mesmo tempo que dão respostas à necessidades também pacificam (o comércio como agente de paz). Tão logo exista uma autoridade central ela determinará a forma como as pessoas farão as trocas comerciais, inclusive para manter controle sobre elas e ganhar tributos. É a segurança de uma 'força superior' que integra a todos de uma nação, estas moedas geralmente figuram as imagens dos Soberanos. O mágico aparece quando os bancos descobrem o dinheiro *fiat*, e a criação de moedas é tão simples quanto a impressão de papéis, que sejam assinados pelo Soberano e aceito por todos. Bastante interessante neste sentido é o trabalho de Hans Christoph Binswanger; 'Quando o papel-moeda é criado, o ouro que está debaixo da terra deve ser 'elevado' à superfície sem trabalho e posto em circulação' (Binswanger, 2011: 65), trata-se da energia do mágico sendo ativada na sociedade.

A aparição de moedas que mostrem a ativação do arquétipo da Deusa Mãe apareceram em poucos períodos da história e são bem pouco relatadas, caracterizas como moedas Yin, ou moedas complementares, reaparecem com bastante intensidade neste final de século XX e início de XXI, ao mesmo tempo em que o feminino volta a ser cultuado. Este já é um campo de suposições, bem como o

é a crença de que poderíamos ainda evoluir para uma sociedade onde *moedas integrantes*, ativadas com a energia do Amante, operariam trocas com moedas tanto YIN quanto YANG em equilíbrio, honrando e fomentando diferentes comportamentos econômicos e por isto mesmo, tendo uma maior sustentabilidade econômica, ainda inalcançado.

Como em qualquer questão das ciências sociais, é bastante complicado traçar uma linha direta entre causa e efeito, mas há estudos que mostram que esta relação existe, tal como vamos demonstrando neste capítulo. Também é claro que o sistema monetário é tanto causa quanto efeito do sistema econômico (e suas crises) em que vivemos e das mazelas e benefícios que o mesmo tem gerado mundo afora. Se aceitamos esta teoria de que os sistemas monetários geram (e são gerados) pelos archétipos presentes em nossa sociedade, talvez nos fique mais claro o porque certos comportamentos, naturalmente refutáveis, são tidos como 'normais' em nossa sociedade. Não só o tipo de moeda será determinado pelos archétipos, como também inúmeras *psiques* sociais podem ser relacionadas à uma repressão da energia Yin de maneira geral (todos os ombros Yang ficam mais fortes), e da Mãe-Terra e Amante em particular (também seus ombros Yang ficam mais fortes). Consumismo e narcisismo, Individualismo e Competição, Stress e Surtos de Histeria, todos podem ser relacionados ao desequilíbrio dos archétipos humanos (tanto no indivíduo quanto na sociedade).

(4) Virgem Negra e a Pacha Mama no contexto Latino Americano; as descobertas feitas por Bernard Lietaer são bastante impressionantes, principalmente se pensarmos que, atualmente, há uma renovação do pensamento ambientalista, não só na América Latina, mas com forte expressão neste continente, e através do qual percebemos uma maior integração do ser humano (e da sociedade) à natureza e aos ciclos naturais da vida. A Constituição do Equador²⁴, em 2008, foi a primeira a reconhecer os *direitos* da Pacha Mama (Mãe-Terra em quéchua), seguida por legislações parecidas aprovadas na Bolívia e na Venezuela.

Art.71. - La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos (...) Art.72. - La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados. (Constitucion del Ecuador, 2008)

Bernard Lietaer aponta outra importante referência em seu livro, a imagem da virgem negra. Esta imagem sempre foi bastante polêmica dentro da Igreja Católica, e ao mesmo tempo que é um fenômeno incompreensível (daonde aparecem as imagens e porque) é também bastante recorrente. A imagem da virgem negra surgiu com intensidade em diferentes regiões da Europa entre os séculos X ao XIII, e é ligada ao culto da Mãe-Terra. Ela é honorada em mais de 500 templos em todo o mundo, e algumas das maiores catedrais francesas foram construídas em seu nome, inclusive Reims e St Michel, além de receber as maiores pelegrinagens, como Santiago de Compostela na Espanha.

24 Documento disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/constitutions/ecuador/ecuador08.html>

Mesmo com a repressão da Igreja ao seu culto, a Virgem Negra tornou-se figura de culto nacional em diversos países, entre eles a Polônia (inclusive João Paulo II era seu fiel), na Catalunha, (Virgem de Montserrat), no México (Nuestra Señora de Guadalupe), na Bolívia conhecida como Virgem de Copacabana, no Equador com a Nuestra Señora del Quinche, Cuba com a Nuestra Señora de Regla de Cuba e também no Brasil, com a Nossa Senhora de Aparecida, maior santuário de peregrinação no país.

A percepção do aumento das peregrinações para louvar a Virgem Negra, bem como os direitos garantidos e as honras prestadas à Mãe-Terra ou Pacha Mama voltaram a ser temas e ações recorrentes de grande número da população latino americana levam-nos a acreditar que estamos passando por um período de mudanças profundas na sociedade.

Os economistas *tradicionais* muitas vezes não conseguem explicar o fato de comunidades se levantarem para defender a conservação ambiental impedindo a exploração de recursos locais, fato que dificilmente acontecia a alguns anos atrás, quando estas populações ainda *acreditavam* nas fábulas da globalização. Assim, torna-se essencial percebermos como a economia influencia a organização social e as motivações que ela gera em cada indivíduo.

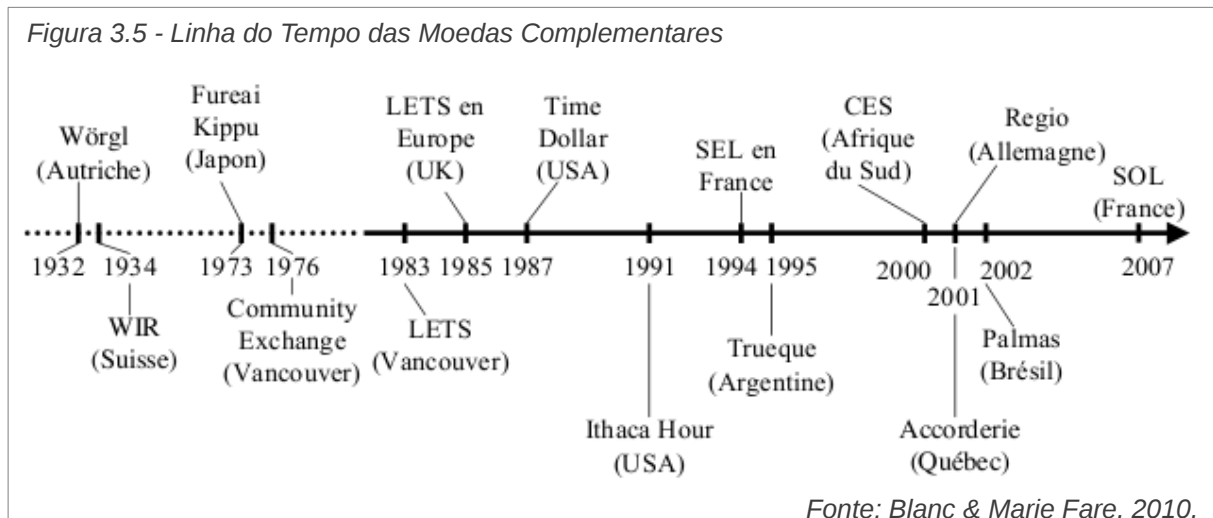
3.2 As moedas complementares em tempos modernos: tecnologia social

Jérôme Blanc e Marie Fare (2010) perceberam as moedas complementares enquanto dispositivos inovantes, já que cada nova experiência diferenciava-se das anteriores, numa constante mutação do mecanismo *dinheiro*. Propuseram uma linha do tempo apontando as experiências emblemáticas do período estudado;

The number of community and complementary currency systems is increasing as they spread to more and more countries. But as they spread, they take different forms. They obviously have to adapt to local conditions, but they also take different forms because they activate a culture of experimentation and because they lead to a growing awareness that a currency is a flexible instrument that can be adapted to ends that can also be defined by civil society. (Blanc, 2010: 308)

Os autores enumeram as iniciativas de moeda complementar mais expressivas de cada período, e objeto de estudo de inúmeras pesquisas, exatamente por terem sido *modelos que inspiraram outros a surgirem*. Apresentam experiências inseridas numa economia capitalista (o modelo WIR) tanto quanto experiências que se inserem na economia solidária. A diversidade de modelos também é notável: apresentam modelos de moedas complementares que mantêm lastro com a moeda oficial de seus países (como o Banco Palmas e o Ithaca hours) bem como outras que condenam esta prática (como o SEL na França).

Figura 3.5 - Linha do Tempo das Moedas Complementares



Nosso objetivo neste trabalho é perceber os diferentes modelos de moedas sociais e complementares que surgiram na América Latina entre este período em que o Trueque emergiu com força na Argentina e o modelo do Banco Palmas foi consolidado, seguindo o desenvolvimento destes projetos na América Latina até atualmente. Apresentaremos ao final deste trabalho nossa própria linha do tempo das moedas sociais complementares da América Latina.

Com o aumento do número de moedas sociais, bem como a repercussão desta prática como ferramenta para o desenvolvimento territorial endógeno, as mesmas passaram a ser entendidas como *tecnologias sociais*, que são “produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (REDE, 2012) cada vez com maior legitimidade para serem difundidas por novos atores sociais em outros territórios, espalhando um novo formato de desenvolvimento não hegemônico e bastante diverso entre si em diferentes países latino americanos.

Passaremos neste momento ao estudo de alguns dos mais expressivos modelos de moedas sociais na América Latina, contextualizando sua aparição, evidenciando seu formato, conquistas e desafios enfrentados, bem como buscando entender sua influência e conexões com outros sistemas de moedas sociais que surgiram na região.

PARTE II

4 EXPERIÊNCIAS DE MOEDAS COMPLEMENTARES NA AMÉRICA LATINA

The monetary authorities have to be convinced that they are not in competition with national currencies and that they complement them because they make possible developments that cannot be facilitated by national currencies alone. (...) Local authorities must be convinced that such schemes can make a contribution to local development and can enter into partnerships without coming under any centralized control – and this is a problem that applies to every aspect of the social economy. (...) It is also an essential precondition if government and parliamentarians are to change existing legislation or, if need be, introduce new legislation. (Blanc, 2010: 310-311)

4.1 Argentina e a grande experiência de moeda social na América Latina

Os Clubes de Trocas da Argentina podem ser considerados como a primeira experiência duradora de moeda social no continente Latino Americano, tendo envolvido cerca de 10% da população argentina nesta experiência inovadora que surgiu da necessidade de criarem-se meios de trocas para a circulação de mercadorias em um território completamente desmonetizado;

Entre 1995 - 2001, os clubes (de trocas) tiveram um desenvolvimento absolutamente expansivo e, para mostrar sua potencialidade, passaram de 23 pessoas a seis milhões de envolvidos neles. Isso continua sendo um motivo de turismo acadêmico e jornalístico à Argentina: tenho pessoalmente registradas mais de 200 demandas em relação ao interesse por esse fenômeno (...) Hoje a ação está "reduzida" talvez a umas 100.000 pessoas, principalmente organizadas em pequenas unidades, onde se pratica mais a solidariedade de pequena escala e o saudosismo (tão próprio da cultural local) que a "revolução" de fazer sua moeda própria. (Primavera, 2006)

A revolução de fazer sua própria moeda surgiu num contexto bastante instável da economia argentina. A aplicação do modelo de convertibilidade havia acostumado os cidadãos a utilizar dois tipos de moedas em suas transações cotidianas, e era apenas uma das medidas neoliberais a serem implantadas no país que via-se à beira de uma crise, que só aprofundou-se até 2001. Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo avançava no país, surgiam inúmeras formas de resistência ao desmantelamento da economia local, entre elas as fábricas autogeridas e os Clubes de Trueque, sementes de um posterior desenvolvimento da economia solidária naquele país.

4.1.1 Contexto de aparição: a crise de 2001

No início do século XX, a Argentina estava entre os dez países com maior riqueza per capita no mundo. As ruas da capital Buenos Aires e de diversas outras cidades do país eram ocupadas por uma elite educada em Escolas Européias, a herança cultural deste período é tão rica que até hoje a

sociedade Argentina é, por exemplo, uma das que mais consome bens culturais no continente. Entre 1899 e 1930 o país cresceu acentuadamente, atraindo investidores estrangeiros que impulsionaram a industrialização e construção de ferrovias, durante este período o país manteve o padrão-ouro e cresceu a uma taxa anual média de 7,7%.

A Grande Depressão Americana, que abalou o comércio mundial – e as exportações argentinas – alterou o equilíbrio do país, e de 1930 à 1976 uma sequência de governos populistas e de juntas militares se revezaram no poder. Sob influência das ideias do teórico desenvolvimentista Raul Prebisch adotaram uma série de medidas protecionistas e de substituição de importações, num período em que este paradigma era posto em prática em vários países e organismos internacionais (como a CEPAL), logo sendo substituídos por uma das ditaduras mais autoritárias da América Latina.

De 1976 a 1983 cerca de 30 mil pessoas foram sequestradas, torturadas e mortas. Vários intelectuais, líderes políticos e estudantes tiveram que deixar o país, e os militares, ocupando os cargos burocráticos e de empresas Estatais atuaram de maneira bastante corrupta e privilegiando seus *amigos*. As *Madres de la Plaza de Mayo* buscam até hoje milhares de desaparecidos e são um grupo de referência na sociedade argentina.

A aproximação com os Estados Unidos, num contexto de Guerra Fria, levou a ditadura militar a implantar diversos dos novos conceitos defendidos pelo nascente neoliberalismo, principalmente a partir de 1976 com Jorge Rafael Videla sob o comando da Junta Militar. Os investimentos militares extrapolavam a violência interna que o país vivia, e a Guerra das Malvinas (1982) despendeu esforços e recursos, além de desmoralizar o país com a derrota para a Inglaterra. Em apenas sete anos de Ditadura, a dívida externa do país subiu de U\$8 bilhões para U\$45 bilhões.

A inflação do governo civil deposto pela Ditadura, considerada um índice *absurdamente alto* pelos militares, havia sido de 182% anualmente. A política econômica da Ditadura superou este índice, encerrando sua administração com 343% de inflação anual. A pobreza subiu de 5% da população para 28%²⁵. Além de abrirem irrestritamente o país para importações, estatizaram U\$15 bilhões de dívidas das principais empresas privadas do país (que entraram em falência frente à livre concorrência recém imposta), bem como de filiais de empresas multinacionais no país. A participação da indústria no PIB baixou de 37,5% para 25%, o equivalente a um retrocesso aos níveis dos anos 60 daquele país. O caos das ruas e a violência contra a população se dava de maneira bastante intensa, não somente através da repressão armada mas também através da depressão econômica.

Raul Alfonsín, eleito para substituir a Junta Militar, implantou o plano Austral em 1985, na tentativa de conter a inflação e assim, reorganizar a economia do país. O fez de maneira bastante heterodoxa, reduzindo os zeros na moeda e congelando os preços de tarifas públicas e de produtos da cesta básica, bem como controlou os salários do setor privado. No entanto, o governo continuava contraindo dívidas junto ao FMI, bem como imprimia cada vez mais dinheiro para saldar seus compromissos. Ao descongelar os preços, a inflação voltou com toda força, e surgiu no vocabulário

25 Ver Anexo 01 - Estatísticas do aumento do desemprego entre os habitantes da região de Buenos Aires.

econômico o termo *hiperinflação*. Em 1989 a inflação no país foi de 5.000%, e Alfonsín renunciou.

(...) prevalecen la paralización o incluso el retroceso en la renta por habitante y las tasas de inflación muy elevadas. Muchos de esos países viven en los últimos años un proceso de espiral inflacionista intermitentemente interrumpido por congelaciones de precios. En algunos momentos, en Bolivia (1985), en Perú (1988-90), en Nicaragua (1988-89), en Argentina (1989-90) y en Brasil (1990) la tasa de inflación superó el 50 por 100 mensual, apareciendo la hiperinflación. Nunca antes había ocurrido esto en América Latina. (Pereira, 1991)

Em 1989²⁶ o peronismo voltaria ao poder, e Carlos Ménem aprovaria a Lei de Reforma do Estado, apoiado pelo FMI, e que hoje sabemos levou o país a um colapso econômico como nunca antes presenciado na América Latina. “O plano de estabilização surgiu em um contexto de desorganização econômica, de desindustrialização²⁷, de desinvestimentos crescentes²⁸, de descrédito das medidas de ajuste estrutural e de ceticismo político dos setores sociais” (CEPAL, 1990). As principais reformas foram de abertura da economia ao comércio internacional, aos investimentos estrangeiros e ao fluxo de capitais, a reorganização do sistema tributário e a redução da burocracia do Estado através da privatização de várias empresas, como a Entel (telefônica), as Aerolíneas Argentinas, vários trechos rodoviários e redes ferroviárias, vários canais de televisão, a petrolífera YPF (privatização completada somente em 1999) e a empresa de gás natural Gas del Estado. Estes processos foram feitos, como de praxe, às pressas, já que o governo estava desesperado por recursos, o que resultou em vários esquemas de favorecimento, irregularidades e corrupção.

Apesar das medidas tomadas, a inflação chegou ao absurdo de 2.000% em março de 1990, e terminaria aquele ano em 1.344%. Em começo de 1991, sob o comando de Domingo Cavallo como ministro da Economia, a principal medida do plano foi tomada: a reforma monetária que substituiria o austral pelo peso, e aplicaria o modelo de conversibilidade monetária (um peso seria igual a um dólar). A lei de conversibilidade argentina pode ser vista, como o fez Paulo Nogueira Batista Jr (2002) como um tipo de *declaração de dependência monetária*;

O problema central da dependência monetária reside nas freqüentes discrepâncias entre as prioridades e necessidades do país emissor da moeda âncora e as do país emissor da moeda ancorada (ou do país que adota uma moeda estrangeira como moeda). As situações macroeconômicas nacionais e, portanto, as políticas requeridas em cada momento costumam divergir consideravelmente. Não existe sincronia entre os ciclos econômicos nacionais e os países estão sujeitos a choques assimétricos, isto é, a choques exógenos que atingem as economias nacionais de forma diferenciada. Por esses e outros motivos, é de importância vital preservar a capacidade de definir autonomamente as políticas monetária e cambial. (Batista Jr, 2002)

O Banco Central Argentino passou a operar, em 1991, como um *Currency Board*. A única função exercida pelo Banco Central, neste caso, é a de trocar a moeda nacional (o peso) e a moeda estrangeira (o dólar) a uma taxa fixa (1=1). Não há, num sistema como estes, uma política monetária nacional, sendo um sistema monetário completamente passivo, em que a base monetária varia

26 Texto baseado no artigo de Leandro Roque, editor e tradutor do site Instituto Ludwig von Mises Brasil, acesso em 16 de Julho de 2013, às 21h em <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1562>.

27 Entre 1979 e 1990, a taxa de “decréscimo” médio anual foi de -10%. Na indústria manufatureira, a produção teria baixado 3,1% em 1990, segundo o índice publicado pela FIEL, e a capacidade industrial foi utilizada, em média, a 50%. (Nord-Sud Exp, 22/04/91).

28 “O montante de investimentos definha a cada ano. A taxa de investimento (formação bruta do capital fixo/PIB) passou de 22,8% em 1980 a 13,3% em 1987 e a 7,5% no primeiro semestre de 1990”. (Nord-Sud Exp. 22/04/91 Argentine/13 Paris)

conforme as reservas internacionais e a balança de pagamentos (saldo da quantidade de moeda estrangeira que entra e sai da economia nacional). Trata-se de um sistema que visa dar maior segurança aos investidores estrangeiros, que deixam de temer uma súbita desvalorização cambial.

O dólar passou a ser moeda corrente na economia. Os argentinos, e os investidores estrangeiros, podiam trocar livremente as moedas, ambas eram aceitas no comércio, nos depósitos e saques de dinheiro junto aos bancos. Durante um primeiro momento, a inflação baixou até chegar a praticamente zero em 1991, ao mesmo tempo em que o governo reduziu o déficit fiscal de 7,6% em 1989 para quase zero entre 1991 e 1994. As reservas nacionais, que garantiam a base monetária nacional, passaram de 3,81 bilhões em 1989 para 17,93 bilhões em 1994.

Porém, o *Efeito Tequila*, resultado da crise financeira do México em finais de 1994, gerou a fuga de investidores estrangeiros de países emergentes, inclusive a Argentina, que diferentemente da maioria dos demais, mantinha a conversibilidade. Outro fator a se considerar é que os Bancos continuavam a operar com reservas fracionadas, permitidas pelo Banco Central, mas que podem gerar grandes distúrbios ao sistema, já que quanto maior o volume de moeda sem lastro em reservas internacionais, maiores as chances de um ataque especulativo para se tentar desvalorizar o câmbio. Na prática, o governo estava proibido de injetar moeda na economia, mas os bancos continuavam a fazê-lo através de empréstimos bancários.

A fuga de capitais gerou aumento dos juros no mercado interbancário. O crédito encareceu, e o país entrou em recessão, o que diminuiu as receitas do Estado, além de novo crescimento do desemprego que aumentava os gastos sociais do Governo, voltando a apresentar déficit orçamentário. Ainda recuperando-se, a economia argentina voltaria a sofrer com a fuga de capitais gerada pela desconfiança dos investidores durante a Crise da Rússia (1998). A dívida pública também atingiu níveis insustentáveis (US\$118 bilhões em 1998, ou seja, 50% do PIB); os juros, por causa do endividamento do governo, continuavam a subir, bem como o risco-país. As eleições daquele ano colocariam no poder Fernando De la Rúa.

Em março de 2000, outra bolha especulatória (das empresas pontocom nos EUA) levaria a economia argentina à nova recessão. A fuga de capitais faz com que os juros do interbancário aumentem, o que por sua vez faz com que o déficit público seja ainda maior, por pagar os serviços da dívida. A renúncia do vice-presidente Carlos Álvarez alegando corrupção dentro do governo desencadeou uma falta de confiança ainda maior. Neste momento, muitos argentinos começam a retirar seu dinheiro dos bancos – 789 milhões de pesos/dólares foram retirados do sistema bancário somente em outubro de 2000, em novembro seria mais de 1 milhão.

Na tentativa de conter esta fuga de dinheiro, o FMI anuncia um novo pacote de empréstimos de US\$40 bilhões para que a Argentina recuperasse suas reservas internacionais, no entanto exigia corte de gastos e aumento de impostos. As medidas não foram eficazes, e nova troca de ministro da economia é necessária, e a cadeira seria agora ocupada por Ricardo López Murphy, egresso da Universidade de Chicago. Seu plano de ajuste fiscal não previa o aumento de impostos, mas a

redução de 2 bilhões de pesos em gastos públicos, inclusive nas áreas de saúde e educação. O descontentamento frente às novas medidas levou milhares às ruas, e resultou no término de seu mandato apenas 15 dias depois de sua nomeação. A população voltou a retirar seu dinheiro dos bancos, e em março daquele ano 5,5 bilhões de pesos/dólares seriam retirados do sistema bancário.

De la Rúa decide então chamar para o cargo de Ministro da Economia Domingo Cavallo, que já havia ocupado em 1996. Sua primeira medida foi aumentar as tarifas de importação e impor uma alíquota sobre as transações financeiras. Cavallo havia desenhado o plano de conversibilidade, e decidiu remodelá-lo. Alterou a âncora do peso, que passou a ser calculado em relação a uma cesta monetária (do Euro e do Dólar), na proporção de 50% para cada, além de anunciar taxas preferenciais para as exportações. Com o anúncio destas medidas a credibilidade do Governo e o valor da moeda foram abaixo. Os juros bancários aumentaram até chegar a 50%, e nem o Estado nem particulares conseguiam financiamentos. Agências de risco internacional reduziram a classificação da Argentina, o que inviabilizou também a venda de títulos do Governo no mercado internacional.

O governo anuncia então que pretende adiar o pagamento e renegociar os termos da dívida, que era de US\$132 bilhões de dólares, e a população, temendo que o calote do Governo quebrasse os bancos que detinham os papéis da dívida, volta a retirar massivamente dinheiro dos bancos, e quase 3 bilhões de dólares saem do sistema bancário nacional, um cenário de *bankrun*²⁹ que colocava o sistema em cheque. A liquidez do sistema desaparece completamente, e o governo decide impor um valor máximo de retirada de dinheiro pela população, o que ficou conhecido como o *corralito*. Todas as contas bancárias são congeladas por 12 meses e o valor máximo de saque é de 250,00 por semana. O saque de dólares é completamente proibida, mas as transações em cartões de créditos e débito, bem como a utilização de cheques não é afetada (já que não retira dinheiro do sistema, apenas o transfere).

A falta de dinheiro nas ruas gera enormes distúrbios. Greves e saques à supermercados levam De la Rúa a declarar estado de sítio. O FMI declara que não mais emprestará dinheiro à Argentina, e a saída do Presidente De la Rúa de helicóptero, quando banqueiros, empresários e empregados das multinacionais já haviam deixado o país, juntamente com os dólares, mostrou o quanto a economia não estava conectada à nação que lhe sustentava. Os famosos *Panelaços* e a organização popular – nas fábricas recuperadas, nas Assembléias de Bairros, nos colégios – mostravam que a sociedade civil havia acordado para a necessidade de mudanças urgentes.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas

29 O termo *bankrun* vem sendo utilizado em campanhas (na França e outros países) nas quais intelectuais e ativistas instigam a população a retirar seu dinheiro dos bancos, e assim gerar a instabilidade do sistema, e sua quebra. Todos sabemos que o sistema bancário não têm todas as divisas que empresta aos seus clientes, num jogo de equilíbrio bastante perigoso, e que poderia facilmente entrar em colapso caso ocorresse, como na Argentina, retiradas massivas de dinheiro do sistema.

para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. (Anderson, 1995: 6)

A classe média argentina, e portanto, parte de uma elite intelectual e cultural daquele país, viu-se cada vez mais excluída da economia. Durante este período de ajustes estruturais impostos pelo FMI/BM, emergiram as primeiras experiências do Club del Trueque. Em um país habituado com duas moedas correntes (os Dólares e os Pesos) não haveriam dúvidas de que outras *moedas* poderiam circular, mas haveriam dificuldades. O modelo, emergindo da organização social e consolidando-se *ao caminhar*, tornou-se um fenômeno.

4.1.2 Os Clubes de Trueque como forma de resistência econômica e social

A situação econômica da Argentina se deteriorava a olhos nus. A classe média via-se cada vez com menos dinheiro para consumir, ao mesmo tempo em que o difícil acesso ao crédito inviabilizava o funcionamento de empresas, que fechavam suas portas. O cenário de recessão se agravava. E em meio à crise, surgiram alternativas. Toda uma economia foi se formando nas ruínas do sistema. As fábricas autogeridas e os clubes de trocas são bons exemplos da resistência social.

A ideia base do *Trueque* é o conceito de *prosumidores*, ou seja, todos devem *produzir algo* para poder *consumir algo*. Neologismo que inclusive já evoluiu para a percepção que todos devem tornar-se *prosumatores* – produtores, consumidores e atores da economia. Este sistema passou a funcionar muito bem através da crescente diversificação da oferta de produtos e serviços na rede.

A entrada de um dentista na rede mostrou que qualquer profissional que estivesse disposto a trocar seus produtos ou serviços poderia participar do jogo. Ao entrar no clube, geralmente as pessoas recebiam 50³⁰ créditos (=50 pesos argentinos = 50 dólares), “o ato de conceder o meio de intercâmbio aos integrantes do grupo é visualizado como um “*auto-crédito*”, do clube ao mesmo (...)” (Primavera, 2001: 65). Assim que, se uma pessoa saísse do clube, ela se comprometia a devolver o “*auto-crédito*” recebido. Aí podemos perceber que a ideia base destas moedas é realmente *ser/fornecer* um suporte para incentivar as trocas entre as pessoas, bem como baseia-se fortemente na confiança e vontade de participar/trocar de cada pessoa para com os outros.

Segundo Heloísa Primavera (2002), pode-se caracterizar a evolução da Red de Trueque na Argentina em ao menos seis etapas, nas quais são consideradas a forma de operar o instrumento de intercâmbio utilizado pelos grupos, as modalidades organizativas e a atuação e presença do Estado, estudo que reproduzimos resumidamente no quadro abaixo:

30 O valor pode variar de clube para clube.

Quadro 4.1 – Desenvolvimento Histórico da Red de Trueque na Argentina	
Período	Etapas
Entre Mayo de 1995 – Septiembre 1996	Pocos clubes, sistemas de contabilidad variados: planillas, libretas centrales / tarjetas individuales, vale nominal intransferible, vale transferible: el primer “bono” o paramoneda (BLANC, 2000)
Entre Septiembre 1996 – Mayo 1997	Multiplicidad de bonos de intercambio, los medios de comunicación masiva se interesan en el fenómeno, gestión descentralizada de los clubes, algunas tensiones entre los grupos, principalmente en la región metropolitana; se puede considerar que empieza a nacer la Red del Trueque, más allá de los clubes aislados y autónomos.
Entre Mayo 1997 – Julio 1999	Se produce la organización de las zonas, a nivel del área metropolitana de Buenos Aires y se inicia la organización en el interior del país; luchas por la hegemonía del control de los bonos en las reuniones mensuales de “coordinación” de las zona
En el período Julio 1999 – Diciembre 2000	Se producen dos eventos fundamentales: la refundación de La Bernalesa, como una megaferia en la que se empieza a manejar dinero en la entrada y enseguida la venta de paquetes de “dinero social”; se firma el Convenio con la SEPYME (Secretaría de la Pequeña y Mediana Empresa) del Ministerio de Economía de la Nación. Para que el grupo fundador capacite a los capacitadores para todo el país... en la tentativa de organizar la economía informal
Entre Enero 2001 – Abril 2002	Se produce un crecimiento explosivo – un desborde controlado - fuertemente apoyado por los medios y el supuesto derecho exclusivo a “franquiciar” el modelo defendido por el grupo fundador: la red se escinde claramente en dos modelos mayoritarios: Red Global de Trueque (RGT) y Red de Trueque Solidario (RTS).
Entre Abril 2002 – Diciembre 2002	Junto con la crisis económica, política y social del país, las redes sufren el impacto de su propia crisis: sobre-emisión, venta indiscriminada “ad libitum” y, finalmente, falsificaciones de los bonos del grupo fundador, conocidos como “arbolitos” (por el diseño del bono que lleva un ombú en su cara principal), ganan la calle en una proporción que provoca el estallido del sistema: prácticamente un 80 a 90% del sistema deja de funcionar en pocos meses, en casi todas las latitudes del país.
Entre Enero 2003 – Agosto 2004	Los “créditos” del “Banco Central” de La Bernalesa son reemplazados por nuevos, con un sistema de ajuste que pretende simular una “oxidación” de su “moneda social”: esa devaluación alcanza a la mayoría de los casos a un 50 a 70% de los “ahorros” acumulados por los incautos, ingenuos y expertos en el sistema (viejo como el mundo) de obtener dinero sin trabajar. La prensa recoge el fenómeno con un superficial “la clase media abandonó el trueque” que no refleja ni cuantitativa ni cualitativamente la complejidad del fenómeno. Los investigadores y curiosos siguen llegando para estudiar “la Red Global del Trueque” creyendo que ella aun existe y cubre toda la extensión del territorio. Como “monadnoks” que reflejan su presencia arqueológica, remanecientes del apogeo permanecen aquí y allá. El grupo fundador, alguna vez titular de varios miles de clubes en el país, muestra como recuperación de la propuesta original – la verdadera, la de la “franquicia social” – la existencia (en Internet) de unos cincuenta grupos, principalmente en la zonas Sur y Oeste del Gran Buenos Aires. En todo el país la situación es muy variable y esta estrictamente vinculada al tipo de convivencia que se logro antes de la crisis: si ella fue suficiente para aglutinar los deseos y la comprensión del fenómeno, subsisten en forma casi hiberna. Otras iniciativas se mantienen y algunas, curiosamente, crecen. Para mostrar que las cosas nunca son tan fáciles de comprender.

FONTE: Primavera, 2004: 8-9

A dificuldade de analisar um processo social é marcante. Apesar do *turismo acadêmico* ser bastante intenso, conforme já apontado, ainda há muito *desconhecimento* acerca do tema. Exatamente por isto, priorizamos mostrar as visões e análises da pesquisadora Heloísa Primavera, conhecida figura acadêmica e observadora-integrante desta experiência, oferecendo uma visão *dentro* do fenômeno, suas conquistas e desafios enfrentados.

É bastante interessante perceber o ciclo deste sistema financeiro alternativo autogerido por seus usuários, que teve como ponto de desequilíbrio exatamente o momento em que recebeu o apoio governamental (2000), o que gerou um crescimento explosivo (2001) e logo em seguida entraria em crise (2002). Também é interessante perceber como a *tentativa de organizar a economia informal* gerou conflitos internos entre lideranças que resultou na formação de duas redes (2002): a Rede

Global de Trocas, de vocação empresarial e a Rede de Trocas Solidárias, dirigida a objetivos sociais.

Aunque no hay cifras globales, porque el fenómeno fue eminentemente auto-organizado, hubo varias estimativas que extrapolaban cifras nacionales; una de ellas fue una encuesta de la Agencia Gallup en la cual 60% de la población entrevistada en un muestreo de todas las regiones del país declaraba que “pensar practicar el trueque con “créditos” en los próximos 3 meses. Datos combinados de varias redes permiten pensar en una población total de no menos de dos millones de participantes estables y seis millones de participantes “ocasionales” en la totalidad del sistema disperso (Primavera, 2004: 9)

4.1.3 A rede se transforma com o tempo

Não podemos nos deixar enganar pelo nome *Red de Trueque*, julgando como um retrocesso a realização de um mercado de trocas. A fase inicial foi realmente a articulação de *espaços públicos de trocas entre indivíduos e grupos* excluídos do sistema econômico do país, e com o passar do tempo a organização destes e sua relação com outros tornou-se a força (e inovação) do sistema. Cada grupo local administrava uma moeda própria, bem como passaram a co-existir moedas que podiam ser trocadas entre grupos regionais e até mesmo nacionais, numa verdadeira rede de articulações, trocas e reciprocidades entre pessoas, grupos, cidades e regiões do país;

Dans la configuration du réseau de 1999, celui-ci met en oeuvre trois niveaux d'échanges, auxquels sont associés trois types de monnaies matérialisées par des billets. Les billets du premier niveau ne sont utilisés que localement, à l'échelle de l'association dans laquelle ils sont émis; ceux du second niveau sont utilisés et utilisables dans un ensemble composé de plusieurs clubs locaux, ce qui en fait une seconde monnaie, celle-là interclubs; les billets du troisième niveau enfin sont utilisables dans tous les clubs argentins membres du Réseau global de troc. De façon générale, il y a donc trois types de billets utilisables dans chaque association locale. (Blanc, 2000: 272)

Em dezembro de 2000 o Ministério de Economia da Argentina declarou a Red Global de Trueque de interesse nacional e vários governos estaduais e municipais seguiram a diretiva. “Em janeiro de 2001, o governador da província de Buenos Aires, Carlos Ruckauf, assinou um decreto (n.3862) que autorizava os departamentos provinciais a aceitar a troca como instrumento de pagamento das dívidas dos cidadãos” (Primavera, 2001: 66).

O governo passou a aceitar produtos como pagamento, ou seja, um padeiro poderia pagar com pães (servidos nas escolas públicas) suas dívidas com o poder público, que por sua vez não dispensaria a moeda oficial para comprar tais produtos, necessários para o funcionamento dos serviços públicos básicos³¹. De certa maneira, o Poder Público passou a beneficiar-se da organização da *economia informal* presenciada nos *Clubes de Trueque*, ao mesmo tempo em que incentivava estes grupos a continuarem a utilizar os bônus, dando um respaldo ainda maior quanto à sua validade como instrumento de pagamento nacional.

Heloísa Primavera (2002) afirma que “... con un movimiento de transacciones que agrega entre uno y cuatro salarios minimos mensuales por familia, las declaraciones de interés público se

31 Esse exemplo do padeiro aconteceu na municipalidade de Neuquén, ao sul da Argentina, onde diversas municipalidades já trabalham com essa metodologia de aceitar o *produto* de um prosumidor como pagamento de dívidas públicas, como nos conta Heloísa Primavera, 2001. p.66.

acrecientan, un juez de familia concede la posibilidad de que un padre desempleado pague su cuota alimentaria en vales de trueque y el gobierno nacional se compromete a apoyar su difusión a nivel de todo el país”.

O apoio do poder público aos Clubes de Trueque, ao contrário do que muitos intelectuais poderiam imaginar, não impulsionou o modelo. Conforme vimos, a expansão do modelo a partir de 2000, com ações de capacitação em todo o país realizadas em parceria entre o *Club de Trueque* fundador e o governo, não resultou em um crescimento sustentável da rede. Pelo contrário, houveram conflitos entre grupos, falsificações e a perda de confiança no sistema, que entrou em crise.

En Argentina, con el apoyo del gobierno nacional a la iniciativa, los números se estiman en 800.000 participantes en todo el país, al mismo tiempo que se polarizan dos tendencias claramente diferenciadas: una Red «Global» de Trueque, que promueve un sistema centralizador de replicación denominado «Franquicia Social» e intenta construir su legitimidad en base a la distribución de las cantidades de moneda social necesarias para poner en marcha «*emprendimientos sociales*» (pequeños y numerosos o en escala «mega»); y una Red de Trueque «Solidario», que apunta a crecer más lentamente, respetando los criterios iniciales de *transparencia* y *equidad* en la emisión/distribución de la moneda social. Actualmente, una cantidad no determinada, pero significativa de grupos, principalmente al interior del país, permanece ajena a esa polarización y, en la práctica, restringe sus intercambios al ámbito local o utiliza varias «monedas sociales», según la aceptación del mercado de trueque. A partir de marzo del 2001, empiezan a observarse en el conurbano bonaerense dos nuevos fenómenos: aparecen otras «franquicias», que defienden sus derechos a hacer lo que hizo el grupo fundador, y como tendencia opuesta, más anárquica y rebelde, surgen los denominados «nodos fantasmas» (que aparecen y desaparecen...), posible reacción a una tentativa de control y normatización excesivas, demasiado parecidas a las que dicen negar; quizás provocadas por una velocidad de crecimiento demasiado alta, que parece obstaculizar el proyecto político de construcción de ciudadanía... (Primavera, 2002).

A melhora do quadro econômico geral do país, bem como este quadro instável dos Clubes de Trueque levou a redução do fenômeno que ainda sobrevive, mais como um saudosismo de se fazer uma revolução com as moedas do que como real alternativa econômica em construção, o que era verdade no final da década de 90. “In Argentina, CC systems involved over ten per cent of the population in 2002, following the spectacular collapse of the country's economy and prior to their own equally spectacular collapse, due this time to a growing distrust of the trueque (barter) system itself.” (Blanc, 2010: 305). Hoje estima-se 500 grupos com meio milhão de pessoas em todo o país.

Figura 4.1 – Ticket Trueque



La posibilidad de mirar el fenómeno de las redes de trueque en América Latina en toda su complejidad; de reflexionar sobre sus límites y posibilidades; de indagar acerca de los distintos contextos de aparición y desarrollo. En fin, más allá de todo lo que hoy se ve (*¿Qué es lo que se puede ver? ¿Números? ¿Potencialidades improbables?*) se trata aquí de mirarlas desde la perspectiva de la innovación que pueden significar, si lo hacemos desde la óptica de la *moneda social* –la herramienta de intercambio que desplaza al dinero del centro– como elemento desestructurante del paradigma dominante, como nucleador de una *revolución copernicana* para la cual quizás no estábamos preparados..(Primavera, 2002)

O modelo argentino influenciou a criação de diversos clubes de troca, já a partir de 1998, no Uruguai, Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Bolívia, Chile, Honduras, El Salvador, México e Canadá, em apenas sete anos, mais de dois milhões de pessoas se envolveram nas redes de trocas nestes 11 países, melhorando sua qualidade de vida através das trocas locais solidárias.

Todas esas prácticas estarían indicando una forma –heterogénea y compleja– de «reinventar el mercado» sin que el dinero sea el factor limitante. En los últimos tres años, la difusión del «modelo argentino» a otros países latinoamericanos mostró la posibilidad (y las dificultades) de trascender el mero acto de intercambio a la construcción de nuevas formas de relaciones sociales de producción. La apertura del campo «redes de trueque» a «economía solidaria» está en plena discusión, con voces encontradas, como suele pasar cada vez que el orden establecido es amenazado por vientos nuevos. (Primavera, 2002)

Esta transição dos Clubes de Trueque para uma visão mais ampla da necessidade de se fomentar uma *economía solidária* como forma de construir um *outro mundo possível* uniu diversos movimientos que criaram a REDLASES no Fórum Social Mundial de 2001, momento no qual também eram formadas Redes e Instituições Nacionais de economía solidária no Brasil, e que o tema das moedas complementares ganharam atenção dentro da agenda de movimientos altermondistas;

En abril de 1999, a partir de reflexiones de varios grupos impulsores de redes de trueque en Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador y Perú, que consideraban insuficientes las redes de trueque como herramienta de superación del neoliberalismo, se crea la Red Latinoamericana de Socioeconomía Solidaria, con el objetivo de difundir la estrategia de moneda social a otras formas de economía solidaria, al mismo tiempo que introducir otros elementos de economía solidaria en las redes de trueque. Varios proyectos se han plasmado y es así como, al final del primer encuentro del Forum

Social Mundial en enero de 2001, en Porto Alegre (Brasil), se lanza una Red Global de Socioeconomía Solidaria, que incluye la moneda social como una de las estrategias potencializadoras de formas económicas populares y solidarias pre-existentes, capaz de reconstruir el tejido social de abajo hacia arriba. (Primavera, 2012: 6)

4.2 Experiências de moedas complementares no Brasil

O Brasil apresenta uma grande variedade de experiências com moedas complementares, sendo a mais conhecida delas a experiência do Banco Palmas. Uma recente pesquisa do português Armando Garcia³² na área de notafilia, apresentou uma centena de cédulas de moedas sociais e complementares no Brasil, e nem essa nem aquela pesquisa poderão ser exatas quanto ao número de experiências vigentes no país atualmente, já que novas experiências surgem a cada momento, e não há um mapeamento destas experiências, bem como paira sobre elas a invisibilidade econômica.

Quatro projetos de moedas complementares foram implantados no Brasil antes da década de 80, casos de inovação monetária que partiram de 'cima para baixo' a partir de políticas públicas regionais. Três delas foram encerradas pelas forças nacionais (as Brisoletas, as Glenetas e o Campino Real), e a outra experiência, que também não existe mais, é o Vale Transporte de Curitiba, que nunca foi entendido como *moeda* nem pelos poderes locais nem pela população implicada em seu uso, mas hoje pode ser assim observada.

A segunda parte deste capítulo destina-se a mostrar os diferentes tipos de moedas sociais em curso no Brasil desde 1998, e "... sem pretender uma sistematização rigorosa e duradoura, mas com o objetivo de caracterizar a evolução do fenômeno nesses catorze anos, podemos classificar essas iniciativas em quatro tipos básicos: (1) Clubes de troca ou Mercados de Trocas Solidárias; (2) Feiras em eventos de curta duração; (3) Bancos Comunitários com moedas sociais locais; e (4) Grupos Culturais independentes, com moeda própria." (Primavera, 2012)

4.2.1 Brisoletas e Glenetas: moedas municipais

Durante seu mandato (1959–1963) como Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola tinha como objetivo varrer o analfabetismo e promover o ensino técnico, e para tanto construiu 6.300 novas edificações que até hoje são conhecidas como *Brisoletas*, emitindo U\$ 50 milhões em letras do Tesouro, que podem ser consideradas as primeiras moedas complementares brasileiras;

(...) o governador tinha o artifício: emissão de títulos da dívida pública ao portador, com autorização do Poder Legislativo. Esses documentos normalmente têm dimensões aproximadas às de folhas de livros.

³² Acesso em <http://ebookbrowse.net/notafilia-moedas-comunitarias-do-brasil-pdf-d248519272> no dia 22 de Setembro de 2013, às 4h20.

Mas o governo Brizola emitiu-os em valores, dimensões e aspecto gráfico semelhantes ao dinheiro. E propôs-se a solver imediatamente a dívida pública passiva, desde que os credores acedessem em serem pagos com esses títulos. Em compensação, poderiam utilizá-los para pagamento de tributos, assim como poderiam ser utilizados como moeda corrente para depósitos nas instituições financeiras do Estado. As Brizoletas, como a oposição depreciativamente apelidara, entraram rapidamente em circulação, paralelamente ao dinheiro da União, detentora do monopólio de emitir moedas. Nos cofres, nas carteiras e nos bolsos gaúchos, equiparavam-se as Brizoletas e a moeda legítima. Mas o descrédito do sistema não tardou: vendedores e outros credores começaram a só aceitar os títulos com deságio, inicialmente módico, mas crescente com o decurso de tempo, e as Brizoletas sumiram”. (Kern, 2007: 190)

Segundo Heloísa Primavera (2012), “vale a pena mencionar as cinco estratégias usadas para instrumentar essa política educacional: descentralização do ensino primário, construção de edifícios em todas as regiões do Estado, contratação em massa de professores, concessão de bolsas de estudos a alunos e a compra de vagas em escolas particulares, em troca da cessão de professores estaduais!”

Muitas das escolas *Brizoletas* estão degradadas e sem uso, enquanto outras vão sendo resgatadas como patrimônio histórico e social das diferentes regiões do Estado, ganhando novos usos (cursos de formação, bibliotecas, centros culturais). As notas, também *Brizoletas*, foram esquecidas no desuso, e após a descontinuidade do projeto devido ao Golpe Militar que instaurou a Ditadura no Brasil, não foram realizados estudos e pesquisas a respeito do mesmo.

Brizola passava a ser o primeiro governante brasileiro a implantar uma política pública de educação utilizando uma moeda complementar. As notas emitidas eram utilizadas para pagar os servidores públicos (dentre professores, técnicos e obreiros da construção civil), que as colocavam em circulação na economia local durante o tempo que ainda lhes faltava para poder trocá-las novamente com o Governo (ao pagar impostos), gerando assim oportunidades de negócios e desenvolvimento territorial para além da política educacional em si.

Figura 4.2 - A Brizoleta



As *Glenetas*, assim apelidadas talvez pela lembrança das Brizoletas, foram emitidas por Glênio Pereira Lemos, em 1997. Prefeito de Santana do Livramento, cidade gaúcha fronteira com o Uruguai. Ele autorizou a emissão de *vales* que seriam utilizados para o pagamento de funcionários públicos, e as mesmas circularam não só em Santana do Livramento mas também na vizinha Riveira, já no lado uruguaio durante aproximadamente dois anos quando inúmeras denúncias levaram o Banco Central do Brasil a interditar a experiência.

Em 1999 o Sindicato dos Servidores Municipais, entidade legalmente responsável pelas *Glenetas* queimou em praça pública as últimas cédulas que estavam em circulação, e sofreram inúmeros processos judiciais.

Em 2007, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul emitiu parecer sobre o tema e apenas “multou” o prefeito em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por infração de Normas de Administração Financeira e Orçamentária, conforme previsto no artigo 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000. Ou seja, a sanção pareceu mais relativa à inexistência de um código jurídico que abarcasse a figura da abertura de Créditos Especiais, como o “vale-compras”, com base nas Leis do Orçamento e das Diretrizes Orçamentárias dos Municípios (Primavera, 2011)

4.2.2 O Vale Transporte de Curitiba

A capital do Estado do Paraná, Curitiba, enfrentava problemas decorrentes do inchaço de sua população – que passou de 120.000 em 1942 a 2.3 milhões em 1997. O êxodo rural trazia para a capital novos habitantes, que acumulavam-se em inúmeras favelas localizadas nas *bordas* da cidade. As casas construídas com papelão, sem ordenamento e estruturas públicas faziam com que a coleta de lixo fosse bastante complicada nestes locais, originando montanhas de lixo, doenças, inundações e poluição dos córregos. A exclusão social era acentuada pela exclusão espacial que aquelas populações viviam. Longe do centro da cidade não encontravam empregos, espaços culturais ou mesmo educação de qualidade.

Sem fundos públicos para investir em programas sociais *tradicionais*, o prefeito Jaime Lerner, eleito em 1971, criou o programa *Lixo que não é Lixo*, transformando a capital e tornando-a conhecida como a *cidade ecológica* do Brasil. Em menos de uma geração, os habitantes de Curitiba passaram a perceber o que era um problema (o lixo) como uma *mais-valia*.

A utilização do “... vale-transporte, que pode ser considerado a primeira moeda complementar “ecológica” do Brasil, (implantada) por iniciativa do poder público” (Primavera, 2012) colocava em circulação dois recursos abundantes na cidade: alimentos orgânicos de produtores locais e lugares no transporte público que era subutilizado. Valorizando algo antes tido como um problema (o lixo) e incentivando a reciclagem, a cidade passou a ser a como Capital Ecológica.

O projeto de Jaime Lerner estimulava a coleta seletiva de lixo, que era recompensada de três maneiras: (1) com *moedas de plástico* que podiam ser trocadas por produtos agrícolas de produtores locais, (2) com moedas metálicas conhecidas como vales-transporte (VT) ou (3) com a coleta de lixo

nas escolas públicas, que em troca recebiam notebooks para seus alunos, em sua maioria de classes baixas. “In one three-year period, more than 100 schools traded 200 tons of garbage for 1.9 million notebooks. The paper-recycling component alone saved the equivalent of 1.200 trees each day! The 62 poorer neighborhoods of Curitiba exchanged 11.000 tons of garbage for nearly a million bus tokens and 1.200 tons of food” (Lietaer & Belgin, 2012: 10).

Os VTs logo passaram a ser aceitos também nos comércios locais, e quase tudo podia ser comprado em reais ou VTs, como ficaram conhecidas aquelas fixas. Os salários eram complementados com vales transporte, que em dado momento era utilizado por 70% das famílias curitibanas. O projeto foi descontinuado com a mudança de governo, sem que a maioria das pessoas envolvidas tomasse conta que estava utilizando uma moeda complementar. As fichas metálicas ainda fazem parte do imaginário coletivo da geração que cresceu sabendo qual era o “*Lixo que não é lixo*”, e mantém altos os níveis de reciclagem e limpeza da *Capital Ecológica* até os dias de hoje.

The results in purely economic terms are worth nothing. From 1975 to 1995, the Gross Domestic Product (GDP) of Curitiba increased an average of 75 percent more than its parent state of Paraná, and 48 percent more than the GDP of Brazil as a whole. The average Curitibaano earned more than three times the country's minimum wage. If nontraditional monetary gains such as the exchange of garbage for provisions are taken into consideration, the real total income for residents was at least 30 percent higher still” (Lietaer & Belgin, 2012: 10)

Figura 4.3 - O Vale Transporte



4.2.3 O Campino Real

Campina do Monte Alegre é uma pequena cidade a 20km da capital do Estado de São Paulo. Com menos de 8.000 habitantes, conquistou sua autonomia da vizinha Angatuba em 1992. Já em sua primeira gestão administrativa, o então Prefeito Carlos Eduardo Vieira Ribeiro, eleito pelo Partido Verde inovou na forma de conduzir a administração pública. Escassas informações a respeito desta experiência estão disponíveis, e talvez essa seja uma forma de manter o *status quo* inalterado³³.

A gestão administrativa de Eduardo Vieira Ribeiro baseou-se na terceirização de todos os serviços públicos, que foram entregues à Multicooper, “uma engenhosa cooperativa de serviços múltiplos que funcionava como um banco de profissionais autônomos, capazes de oferecer preços competitivos e ganhar a maior parte das concorrências públicas” (Primavera, 2012). O ajuste estrutural obteve como resultado, em dois anos, resultados réconds: nenhuma criança fora da escola, gastos com gestão de 28% do orçamento (ou seja, 72% eram gastos com prioridades dos habitantes) e permanente transparência dos gastos públicos. Criaram-se Conselhos do Povo, como secretarias municipais (de Saúde, Educação, Desportos, Criança e Adolescentes, Turismo Social, Meio Ambiente, Serviços e Obras Públicas) nas quais os titulares eram diretamente escolhidos pela população.

Em 1993, com a hiperinflação que assolava o país, a população embarcou num processo de redefinição monetária da região. Diante da falta de moedas em circulação, principalmente de centavos para troco do Real, a população, em um processo de conscientização e debates públicos decidiu lançar sua própria moeda, o Campino Real.

As vantagens eram óbvias e grandes: quem entregava seus Reais recebia Campinos Reais, que, quando “destrocados” por Reais, eram corrigidos além da inflação, já que os Reais permaneciam aplicados no mercado financeiro! Como a transparência era praxe na cidade, confiança não faltava, e a inovação foi muito bem aceita: com Campinos Reais se comprava e se pagava tudo. (Primavera, 2012)

Ao final do primeiro ano, as conquistas locais alcançadas com as inovações implantadas e bem administradas por todos foi mostrada em um programa televisivo de grande audiência, e o Banco Central interveio, proibindo a continuidade do experimento. A gestão de Eduardo Vieira Ribeiro logo foi encerrada também, e o novo prefeito voltou as 'coisas ao normal'. Em 2003-2007 Eduardo Vieira voltou a ser eleito à Prefeitura, e novamente instituiu uma moeda complementar que estimulava a reciclagem de lixo e a educação no município, porém também logo foi encerrada pelas forças político-administrativas que tanto lutam para que o *dinheiro* não seja alterado, nem mesmo quando isto representa um benefício para a população concernida.

33 Esta parte do trabalho conta com Informações recolhidas em <http://ofuturododinheiro.wordpress.com/brasil-2012/> acesso em 30 de Setembro de 2013, as 09h20.

Figura 4.4 - O Campino Real



4.3 As quatro famílias de moedas complementares no Brasil atual

Conforme já afirmamos, as moedas sociais apresentam-se de diversas formas, já que adaptam-se aos anseios de seus participantes. Heloísa Primavera (2012) classificou-as no Brasil em *quatro famílias*, devido as diferenças substanciais de cada um dos projetos entre si. Apresentaremos brevemente cada uma delas, dando maior enfoque aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (modelo do Banco Palmas) pela grande influência que este vem exercendo na mudança de paradigma monetário no Brasil, bem como sua enorme repercussão mundial.

4.3.1 Os Clubes de Troca no Brasil

O primeiro Clube de Trocas foi inaugurado em São Paulo em 1998 e continua ativo, tendo como principal animador Carlos Henrique Castro, da Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação, tendo como inspiração o modelo argentino trazido ao Brasil por pesquisadores e ativistas da RedLASES.

São iniciativas de grupos de cidadãos interessados em ampliar as possibilidades de consumo e promover a interação social através da realização de *trocas* com outros membros de uma mesma

comunidade. Emitem moeda própria, geralmente sem lastro, que são distribuídas aos membros do grupo em forma de crédito, ou possibilidade de ascender ao 'mercado' local. Baseiam-se na ideia de que todos são prossumidores, bem como promovem o laço comunitário e a reciprocidade entre vizinhos. São reuniões mensais ou quinzenais nas quais indivíduos e empreendimentos solidários realizam trocas de produtos e serviços entre si no intuito de ampliar o bem viver de cada um.

Estimam-se aproximadamente duzentos clubes de troca em funcionamento no Brasil, com experiências nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis, Curitiba, Ponta Grossa, Vitória da Conquista, Salvador, Fortaleza, Santos, Campinas, Recife, Novo Hamburgo, Viamão, Campo Grande, Goiânia, Belo Horizonte, entre outras.

(...) no Brasil não chegou a consolidar-se um funcionamento do conjunto de grupos como alternativa ao mercado oficial, como ocorreu durante quase sete anos na Argentina. Mas, sem dúvida, essa multiplicidade de iniciativas fala de uma apropriação conceitual significativa, mesmo num país com as dimensões que tem (Primavera, 2012)

4.3.2 As moedas de curta duração: feiras e eventos

A utilização de moedas complementares em feiras e eventos de curta duração são eminentemente educativas e para a sensibilização dos participantes a respeito do tema. O Fórum Social Mundial teve sua própria moeda nas edições de 2001, 2002, 2003 e 2005 e a Feira de Cooperativismo Solidário de Santa Maria anualmente utiliza-se da moeda Mate para realizar as trocas entre os participantes. Estas são importantes maneiras de conscientizar e sensibilizar a população em relação ao instrumento monetário conhecido como *dinheiro*.

Outro exemplo interessante do uso de moedas sociais em eventos de curta duração é citado por Primavera (2012) e são "(...) as sucessivas edições do Programa Gaia Sul, em que o módulo de formação em Permacultura Integral inclui sempre a criação e uso de uma moeda social, num contexto diferente do da economia solidária, já que seu foco está situado na difusão das cidades/comunidades em transição, como expressão da responsabilidade de construção, hoje, de uma sociedade com soberania energética".

Figura 4.5 – O Mate



4.3.3 Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento: experiência do Banco Palmas

O Banco Palmas (1998-201-) é o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) do Brasil. Da mesma maneira que outras experiências de economia solidária na América Latina, emergiu da necessidade de buscar alternativas à exclusão social e como forma de geração de emprego e renda localmente. A experiência do Banco Palmas passou a ser objeto de estudo de intelectuais brasileiros e estrangeiros, tanto quanto atraiu o interesse de grupos sociais, entidades privadas e governantes locais, regionais e internacionais,

(...) a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas representa de modo sui generis o fenômeno da economia solidária no Brasil. Este caso parece emblemático porque ele incorpora, do ponto de vista da sua ação, uma diversidade de práticas de economia popular e solidária num contexto de luta política de construção de um bairro. A expressão Banco Palmas, inclusive, não reflete inteiramente tal experiência, pois se trata, antes de tudo, da dinâmica da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) que incorpora o Banco Palmas como um dos seus projetos. Contudo, tal projeto tem um papel de destaque, pois representa um meio privilegiado de viabilização das demais ações, consumindo a maior parte da dinâmica associativa. Portanto, a compreensão adequada de tal caso, exige necessariamente a restituição do próprio contexto de construção do local, onde a associação de moradores, mais do que um agente importante catalizador desse processo, representa o seu protagonista principal. (Torres, J: 2008: 02)

4.3.3.1 Contexto de aparição: um bairro pobre que se contrõe

Durante o período da Ditadura Militar brasileira, o general Médici (1969-1974), em visita ao nordeste proclamou “*a nação anda bem, mas o povo vai mal*”. Referia-se ao quadro deprimente e repressor observado na capital do Ceará, Fortaleza, reflexo de tantas outras metrópoles brasileiras (ou do mundo) assoladas pelo desenvolvimento capitalista oligopolístico e excludente. Naquele momento, enormes bolsões de pobreza *tiravam a beleza* e o potencial turístico e econômico da capital Fortaleza, e a maneira de resolver a situação era, literalmente, despejar a população indesejada o mais longe possível;

O Processo de assentamento do Conjunto Palmeira, compreendido em uma área de 118 hectares, resultou do remanejamento de populações residentes em áreas de risco – principalmente retiradas da favela Lagamar, situada no centro da cidade (...) e de outras localizadas em áreas situadas no vetor da expansão urbana, portanto, de grande potencial econômico especulativo. Ao todo, foram removidas para o loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação de Serviço Social (FSSF), 1,5 mil famílias faveladas (...) (Melo Neto, Magalhães, 2008: 8)

Às vezes nos é difícil imaginar, mas os indivíduos que ali estavam percebiam a situação em que se encontravam: se já eram excluídos na capital, a 18km de distância dela, estariam literalmente *jogados às moscas*. Relatos como o de Idalvo Toscano³⁴ tentam recontar a história do território recém-criado, algumas fotos mostram a precária situação: as famílias que chegavam recebiam uma lona para fazer uma barraca, e enfrentavam, lado a lado, a falta de água, luz, saneamento, tudo. Naquele momento, a única ajuda que cada um poderia ter encontrava-se ali, na mesma situação. Em 1977 foi criada a Sociedade de Urgência Comunitária, com 600 sócios, que juntos compraram uma *kombi* para fazer o transporte de doentes para os hospitais da capital, tragicomicamente contam que posteriormente ela transformou-se em transporte funerário. No mesmo ano também foram construídas pela população local uma Casa de Partos e uma Creche, além, é claro, de suas próprias (e modestas) casas. Reivindicações por parte dos habitantes levaram o poder público a construir, no ano seguinte, a primeira Escola do Conjunto Palmeiras, bem como um Centro Social e um Centro de Saúde. E em 1981 é formalmente constituída a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), local de encontros ao torno do qual os habitantes se organizavam ainda mais.

A pressão dos habitantes era por água tratada. Eram momentos de redemocratização no país, e a forma de reivindicar eram as passeatas de rua. Apesar de promessas eleitorais garantindo obras de infra-estrutura na região, nada aconteceu até que os moradores do Palmeiras declararam, em 1988, a *Guerra pela Água*. Organizados, marcharam até as portas do poder público e declaram que explodiriam as tubulações de água que ligavam os reservatórios à capital, e passavam exatamente por baixo do território do Conjunto Palmeiras. Estipularam uma data para as negociações, e naquele dia, aportando ferramentas e armas improvisadas juntaram-se em vários pontos do Conjunto, seguidos de perto pela polícia, que tentava conter os ânimos. Não recuaram, e seguros de si afirmavam que *“explodiriam os canos, e tudo seria inundado, morrendo todos juntos”*. O governo não poderia permitir tal acontecimento, e deu-se por vencido. A conquista da Água foi um ato real de heroísmo de cada um dos moradores ali presentes, e simbólica para a construção da história do território. Foi o momento no qual, juntos, perceberam que eram fortes, e que aquele território lhes pertencia. Que somente através da organização entre eles poderiam mudar a história que tão mal havia começado.

Le **processus de conscientisation** désigne une dynamique collective qui conduit un ensemble d'individus vivant une même situation d'oppression ou d'exclusion, à en devenir conscients et à s'en affranchir en se définissant un projet commun (...) le processus de conscientisation prend appui sur la dialectique **action-reflexion-action**. (Dumas, 1997: 76-77)

34 Economista com curso de Planejamento Urbano (FGV-SP), pesquisador dos Institutos POLIS e ILDES (Fundação Friedrich Ebert) de São Paulo (SP) e do Instituto de Estudos em Socioeconômicos – INESC, de Brasília (DF), relatos de pesquisa publicados no livro **Banco Palmas ponto a ponto**, indicado na bibliografia

O Seminário *Habitando o Inabitável*, realizado em 1991 pela ASMOCONP e outras lideranças locais, foi o momento em que a comunidade do Conjunto Palmeiras refletiu sua própria situação, e deste encontro saíram com um Plano Estratégico que contava com o comprometimento de cooperação e mobilização de várias organizações e lideranças locais. Refletia o desejo da população para os próximos dez anos, e as demandas de estruturação urbana eram sua essência.

Em 1992, com apoio dos técnicos do PRORENDA Urbano³⁵, a comunidade elaborou o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), instrumento que diagnosticava todos os problemas existentes no bairro e apontava algumas diretrizes para o futuro. O PDCI era um Plano abrangente e participativo, tendo como foco a promoção do desenvolvimento comunitário a partir do compromisso de cada morador com a construção do seu território. (Melo Neto, Magalhães, 2003: 10-11)

Os próximos cinco anos foram de intensa construção urbana do bairro, através de parcerias com o poder público e agências de cooperação técnica, as organizações comunitárias locais realizaram as obras públicas de maneira colaborativa. Além de ativamente debaterem os projetos com os técnicos, o realizaram através de um “*sistema de mutirão remunerado*”, administrado pela ASMOCONP, e assim foram construídos o Canal de Drenagem, o sistema de saneamento básico, praças e pavimentação de ruas. Assim, a favela se tornava um bairro popular. Em 1997 um segundo Seminário *Habitando o Inabitável* avaliaria as conquistas, e perceberia novos desafios. Os habitantes do Conjunto Palmeiras perceberam que haviam realmente melhorado o território, mas que continuavam pobres.

Segundo dados de pesquisa do PRORENDA (1999)³⁶ o Conjunto Palmeiras era um universo de 4.398 domicílios, sendo que 2.932 destes contavam com ligações de água, 2.450 com ligação de esgoto, cerca de 70% estava ligada à rede de luz, a coleta de lixo era realizada regularmente nas ruas pavimentadas, mas o sistema de drenagem ainda era insuficiente. O Conjunto Palmeiras tinha naquele momento quatro creches e escolas públicas, uma casa do idoso, dois postos de saúde e um centro social. Porém, segundo dados desta mesma pesquisa, o Conjunto Palmeiras era uma região com alta taxa de PNEA (População Não-Economicamente Ativa), representando 62% da PIA (População em Idade Ativa), ou seja, aproximadamente 9.539 pessoas de uma população total de 21.670 habitantes. Outro estudo da região, feito pela ASMOCONP apontava os seguintes dados:

Uma pesquisa realizada pela Associação de Moradores em 1997, antes da criação do Banco Palmas, constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras, onde 90% da população economicamente ativa tinha renda familiar abaixo de 2 salários mínimos (US\$ 148), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de acesso ao crédito e comercialização de seus produtos. Cerca de 1.200 crianças estavam nas ruas por não ter vagas nas escolas. (Melo Neto, 2003: 7)

Ainda pior, perceberam que, com as estruturas urbanas também vieram taxas públicas (IPTU, Luz, Água), e que cerca de 30% dos moradores, que haviam participado das lutas e conquistas, sem

35 Projeto de desenvolvimento local e territorial fomentado pelo Governo do Estado (regional e local) com a parceria de cooperação técnica com a Alemanha. Informações sobre esse programa, numa perspectiva de avaliá-lo como uma metodologia participativa pode ser obtida em: http://www.mpprio.com.br/downloads/Novo_PEM.pdf

36 Informações em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO21_Frota_texto.pdf acessado em 13 de maio de 2012, as 10h20.

rendimentos, emigraram para lugares de maior exclusão;

(...) em uma reunião na associação, Joaquim e outros moradores começaram a se questionar: “Porque somos pobres?” A resposta era: “somos pobres porque não temos dinheiro”. Era tão óbvia a resposta, que não poderia ser verdade. Então, fizeram a primeira pesquisa que é utilizada até hoje, o “Mapa da produção e do consumo local”. No final desta pesquisa, eles perceberam que a comunidade gastava R\$1,2 milhão em compras mensais. Na época, 25 mil pessoas moravam no conjunto. Fizeram uma assembléia e mostraram esse número para a população. Perceberam que 80% do que consumiam vinha de fora do bairro³⁷”

Perceberam então, que “Não existem territórios pobres economicamente, existem bairros que se empobressem ao perderem suas poupanças com compras externas à comunidade (Melo & Magalhães, 2007). A falta de recursos internos os caracterizavam como um deserto monetário. A ideia de manter o consumo dos moradores no próprio bairro, gerando trabalho e renda localmente foi o lastro do projeto hoje conhecido como Banco Palmas, que surgiu em 1998.

O projeto do Banco Palmas juridicamente funciona como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e enquadra-se na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1990, onde se lê que uma das finalidades destas organizações é a “experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e **crédito**”, e portanto, o Banco Palmas pode captar verbas (ajuda externa, privada e públicas), bem como pode celebrar acordos de cooperação com outras instituições. A equipe do Banco Palmas, está sob a responsabilidade da DIRETORIA da ASMOCONP e da Assembléia de Sócios (através de uma controladoria social). O coordenador geral é o líder comunitário Joaquim de Melo Neto.

A inovação nos serviços solidários apoia-se no recurso a um princípio de comportamento econômico diferente do mercado e da redistribuição: o princípio da reciprocidade que conduz o processo de interações através dos quais os serviços são elaborados. É a razão pela qual certos projetos tem sucesso exatamente onde o mercado e o Estado fracassam, pois conseguem reduzir a assimetria de informações entre ofertante e demandante de serviço, assim como conseguem estabelecer uma relação de confiança com o usuário. (França Filho & Lavielle: 2004: 105)

4.3.3.2 O surgimento de um Banco Comunitário: o método FOMENTO

A comunidade do Conjunto Palmeiras já vinha integrando-se em um Clube de Trocas, no qual aproximadamente 30 a 40 pessoas participavam mensalmente de reuniões e trocas de produtos. Porém, o esvaziamento do mesmo era inevitável, já que as famílias não encontravam ali o que realmente necessitavam (as trocas se resumiam a alguns produtos artesanais). Entre debates e encontros da população, inclusive com a participação de Heloísa Primavera, surgiu a ideia de ampliar o Clube de Trocas para todo o Conjunto Palmeiras;

Em outubro de 1997, “iríamos iniciar um projeto de geração de trabalho e renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento (microcréditos) e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio. O projeto funcionaria por intermédio de uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores – *prosumidores* – criando um círculo virtuoso de produção – consumo – geração de trabalho e renda.” (Melo Neto & Magalhães, 2008: 16)

37 Extrato de <http://www.idis.org.br/acontece/noticias/perfil-joaquim-melo-um-empresario-social-que-atua-na-luta-pelo-desenvolvimento-comunitario> acessado em 13 de maio de 2012, as 11h14.

Segundo Paul Singer (2009)³⁸ a grande evolução apresentada pela metodologia do Banco Palmas seria a inédita junção entre microcrédito com clubes de trocas e moedas sociais. Nesse sentido, o projeto do Banco Palmas dava resposta a dois problemas estruturais enfrentados no Conjunto Palmeiras: “(...) pessoas desempregadas ou subempregadas e que têm potencial produtivo, mas que não é aproveitado por falta de demanda e necessidades insatisfeitas por falta de dinheiro”.

O primeiro recurso do Banco Palmas, um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em 1998, veio do Fundo de Apoio a Projetos de Auto Gestão – FAPAG, projeto executado pelo Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - CEARAH Periferia, Fortaleza – CE. No momento de lançamento do Banco Palmas, o mesmo emprestou esse recurso para cinco empreendedores (montantes de R\$1.500,00) e para 20 famílias créditos de consumo junto ao comércio local (através de cartões de crédito PalmaCARD com valores de R\$50,00).

No ano de 2002, com apoio do Strohaln/Instrodi³⁹ o Banco Palmas recebeu R\$50 mil para a construção da sede do PalmaTech, consolidando aí o Instituto Palmas, organização complementar do Banco Palmas e responsável por atividades de educação e formação nas metodologias do Banco Palmas, bem como escola de socioeconomia solidária. O projeto foi realizado através do método FOMENTO, metodologia difundida pelo Movimento Monetário Mosaico⁴⁰, o qual propõem a utilização de verbas externas destinadas a projetos de estruturação social (como a sede do Instituto Palmas, por exemplo) como forma de impulsionar a economia local; através do microcrédito e de redes locais de produção e consumo, a partir da *clonagem do* recurso para o lastreamento de moedas sociais.

o FOMENTO fortifica o efeito do microcrédito, gerando poder aquisitivo local e, ao mesmo tempo, fortifica o efeito de projetos sociais, gerando atividade econômica local. Desta forma o microcrédito respalda o projeto social e a circulação local respalda o microcrédito. (Primavera, 2002: 155)

Conforme mostramos graficamente no Anexo 02, o Banco Palmas, ao lastrear as moedas sociais na moeda oficial, duplica o efeito do dinheiro localmente. Aceitando as moedas paralelas como pagamento dos microcréditos (feitos em moeda oficial), gera confiança na mesma, e cada vez maior número de cidadãos e empreendedores locais passam a aceitá-la. Como a moeda social não sai do circuito econômico do bairro, sua circulação gera trabalho e renda localmente, ampliando o bem viver de todos.

A participação da Strohaln/Instrodi deu um impulso de conhecimento para os agentes do Banco Palmas, permitindo, em certa medida, sua profissionalização nesta nova metodologia que *testavam* juntos. Porém, o aporte financeiro era somente para a realização deste projeto piloto, e o Banco Palmas e o novo Instituto Banco Palmas deveriam continuar sua trajetória *sozinhos*.

38 Relato feito no **Filme Banco Palmas, eu posso, tu podes, nós podemos**. Realização Universidade Paulista (UNIP) e Instituto Banco Palmas, 2011. Acessado em <http://www.youtube.com/watch?v=ZHHbaFb5oBE&feature=related> em 24 de janeiro de 2012.

39 Maiores informações em <http://www.instrodi.org/>

40 O MoMoMo foi lançado na América Latina e no Mundo por alguns teóricos e movimentos sociais, tais como Heloísa Primavera (ARG); João Joaquim de Melo Neto e Sandra Magalhães (BR-Palmas); Euclides Mance (BR), representantes da Strohaln (HL); do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST-BR); gestores públicos brasileiros, entre outros.

4.3.3.3 Insights do Modelo

A missão do Banco Palmas é “implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana”⁴¹, e por isso mesmo suas ações são traduzidas por uma multiplicidade de projetos interconectados e que apresentam um desenvolvimento gradativo, reconstruindo a economia localmente através da estratégia de criar uma rede local de prosumidores.

O Banco Palmas constitui-se em um *sistema financeiro integrado*, que atua de forma estratégica nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável em áreas de baixa renda, quais sejam, *capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo*. A metodologia Palmas compreende que na ausência de um destes elementos não é possível alcançarmos desenvolvimento econômico local. (Melo Neto, 2003: 15)

Muitos apontam para a utilização do microcrédito conjuntamente com a moeda complementar como uma das grandes inovações do Projeto do Banco Palmas, porém, não podemos perder de vista que trata-se de um projeto que está conectado com diversos outros. As ferramentas de crédito e a utilização de uma moeda complementar, por si só, não teriam o mesmo efeito se não houvessem as outras faces do projeto, como por exemplo a incubação de empreendimentos solidários – com suporte técnico e conectando-a a uma rede local de produção e consumo. Este trabalho de *reconstruir a economia local* através de *redes de colaboração solidária* entre prosumidores é, como se pode imaginar, um processo bastante complexo, e não seria uma resposta única que poderia dar conta do desafio.

O **Mapa da Produção e Consumo Local** é o primeiro estudo feito junto à comunidade, e traduz-se no levantamento de dados a respeito de tudo o que se consome e aonde são feitas as compras, tanto insumos para produção quanto consumo final. Como vimos, em 1997 o primeiro *Mapa da Produção e Consumo Local* mostrou aos moradores do Conjunto Palmeiras que havia uma enorme quantidade de dinheiro que saía da comunidade porque ali não havia nem crédito, nem produtos locais à venda. Pode ser considerado como uma ferramenta que proporciona

a edificação conjunta da oferta e da demanda como característica-chave dessa outra economia estimulada pelos bancos comunitários supõe haver ainda, no nível da ação, uma articulação fina entre dimensões socioeconômica e sociopolítica (...)o banco comunitário, enquanto vetor de desenvolvimento socioeconômico da rede, inscreve-se em uma dinâmica associativa local. Tais iniciativas tem vocação a constituírem-se também como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios de pertencimento, ensejando a ideia de espaços públicos de proximidade. (Laville, 1994)

Realizado em 1997, 2002, 2008 e 2009, os Mapas da Produção e Consumo do Conjunto Palmeiras permitem analisar a evolução do consumo das famílias do Bairro. Silva Jr & Jeová Torres (2012) apresentam alguns dados interessantes neste sentido, apontando que as despesas locais em produtos de primeira necessidade (alimentação, higiene pessoal e produtos de limpeza) aumentou quase 6 vezes entre 2002-2009 (passando de R\$1,2 milhões para R\$6,2 milhões em 2009. Podemos

41 Missão e estratégia (inclusive gráficamente) apresentados no site do Banco Palmas; <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/12292> acesso em 14 de maio de 2012, as 12h12

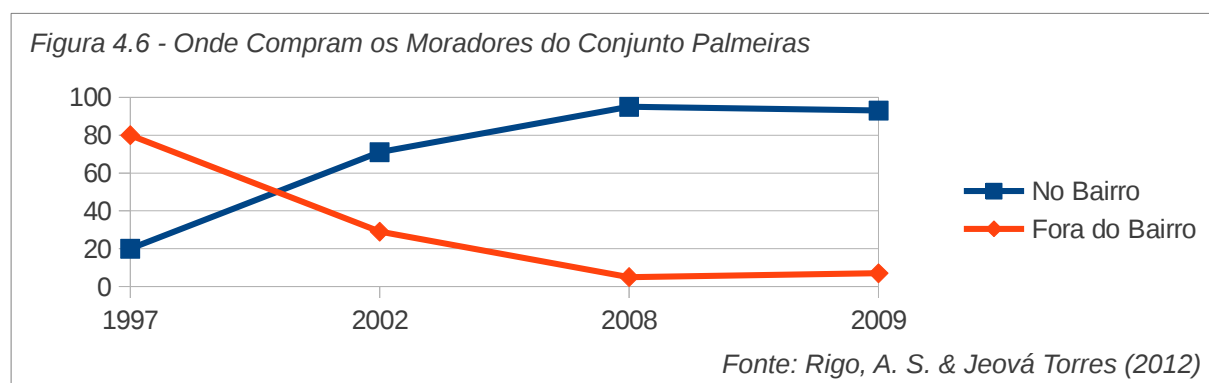
observar a evolução da Renda Familiar Mensal no Conjunto Palmeiras, que nos mostra uma evolução positiva na distribuição de renda localmente;

Faixa de Renda Familiar	1997	2009
Até R\$ 275,00	20,3%	4,0%
De R\$ 275,00 até R\$ 550,00	42,8%	53,0%
De R\$ 551,00 até R\$ 1.110,00	28,2%	37,0%
Acima de R\$ 1.100,00	8,65%	6,0%

Fonte: Rigo, A. S & Jeová Torres (2012)

Estes dados não representam unicamente o papel desempenhado pela inclusão socio-produtiva impulsionada pelos projetos do Banco Palmas, já que diversas famílias do Conjunto Palmeiras também passaram a receber, neste meio tempo, benefícios do Governo Federal (como o Bolsa Família) e por isto puderam sair da situação de extrema pobreza. Além disto, o forte crescimento econômico experienciado pelo Brasil nos últimos anos também resultou em melhores salários e mais emprego para a população.

No entanto, se observarmos o gráfico no qual os autores apontam os índices de '*consumo local*' percebemos que o impacto do projeto foi realmente importante. Se, em 1997 uma em cada cinco famílias realizavam suas compras localmente, em 2009 este percentual passou a ser de nove em cada dez comprando no bairro. Podemos observar que a transição já foi bastante representativa em 2002, quando era implantado o Palma Card, e seguiu evoluindo até os números atuais, que são impressionantes.



Estes dados levaram os autores a concluir que “Hoje, percebe-se que a meta do consumo interno foi atingida e o valor da moeda social permanece com um forte apelo educativo e de identidade fundamentais. Ela desempenhou um impulso relevante na construção da estima do bairro: antes conhecido apenas como um bairro violento, o Conjunto Palmeiras agora é reconhecido por ter sua própria moeda e servir de modelo para outros bairros periféricos ” (Rigo & Torres, 2012: 17).

Através do Mapa da Produção e Consumo a comunidade e o Banco Comunitário podem tomar decisões quanto aos investimentos a serem feitos localmente, já que a oferta é baseada na demanda local. A partir deste levantamento, pode-se realizar o **Plano Local de Investimento Estratégico (PLIES)**, que tem como objetivo gerar processos participativos que levem à formulação de uma carteira de projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico local, e é elaborado pelos líderes populares do território juntamente a uma equipe de consultores (externos, especialistas em desenvolvimento local), e conta com o financiamento público ou privado específico, para uma ação intensa (aproximadamente um mês de trabalho) de formulação de propostas. Para tanto, faz-se necessário não só o conhecimento do Mapa da Produção e Consumo local, como também os índices de uso e ocupação do solo e demais indicadores socio-econômicos do território, além dos marcos legais e políticas públicas federais, estaduais e municipais que incidem localmente.

Considera-se que o PLIES é um espaço de fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão das instituições públicas e dos movimentos populares envolvidos no processo. Isso se aplica, no primeiro momento, aos sócios locais que atuam no bairro (administrações regionais, agências de cidadania, escolas públicas, postos de saúde, delegacias e outros) e as organizações da sociedade civil (pastorais sociais, associações, grupos específicos de mulheres, culturais e outros) ... A dinâmica do plano estratégico busca ainda fortalecer institucionalmente o município, favorecendo o surgimento de serviços públicos eficientes realizados com a participação de trabalhadores do bairro, garantindo a qualidade e controle social destes serviços e reforçando os processos participativos. (Melo Neto & Magalhães, 2003)

O PLIES é realizado através de seis passos metodológicos, apresentados esquematicamente no Anexo 03. Os projetos elaborados devem prezar por integrar ações entre si, numa perspectiva de conectar e fortalecer as organizações do Bairro, bem como contribuir para a participação ativa dos cidadãos e o desenvolvimento local, a erradicação das desigualdades e melhora das condições de vida através do desenvolvimento sustentável e localmente enraizado.

Apresentamos no Anexo 04 os projetos aprovados pelo PLIES no Conjunto Palmeiras⁴². Nele, podemos perceber, por exemplo, a criação de duas empresas especificamente destinadas a remontar a cadeia produtiva dos materiais de limpeza (PalmaLimp) – caixas recicláveis e essências naturais – ambas promovendo emprego e renda de maneira sustentável econômica e ambientalmente, bem como de maneira equilibrada com as necessidades locais; tendo em conta;

(...) uma tese econômica bastante simples: sendo praticados a produção e o consumo solidários em laços de realimentação, qualquer unidade produtiva pode vender toda a sua produção, gerando um excedente de valor econômico que permite criar novas unidades produtivas solidárias que, conectadas em rede, podem atender a uma diversidade ainda maior de elementos demandada pelo consumo final e produtivo de novas células (unidades de produção e consumo), incorporando um número progressivamente maior de consumidores e produtores em um movimento auto-sustentável de expansão, remontando solidariamente as cadeias produtivas. (Mance, 2002)

Destacamos ainda a diversidade dos projetos aprovados, que vão desde o fortalecimento do microcrédito, à ações de educação econômica em escolas, ampliação de espaços para a comercialização local, consolidação de instrumentos de comunicação e cultura popular (PalmaCOM e

⁴² Esses dados são baseados principalmente em MELO e MAGALHÃES: 2003. Não temos informações a respeito do seguimento dos projetos, não podendo afirmar se os mesmos foram consolidados no território ou se ainda estão em fase de consolidação.

Arte e Cultura de Todo dia), sistemas solidários de compras e grupos setoriais de produção. Percebemos, neste documento, a maturidade da Comunidade do Conjunto Palmeiras ao definir suas metas para o desenvolvimento econômico local, num processo avançado de conscientização das potencialidades locais.

(...) pautado pelos valores da autonomia da comunidade e pluralidade de opiniões, respeitando os princípios da colaboração e da cooperação. Está focado no modelo de desenvolvimento endógeno e sustentável, colocando a terra e o ser humano como sujeito e centro do desenvolvimento e da ação econômica, em vez da competição, do lucro e da acumulação privada da riqueza.⁴³

Os cidadãos do Conjunto Palmeiras exercitam a democracia participativa na gestão do projeto através do **FECOL – Fórum Econômico Local**. Na sede do Banco Palmas, os agentes econômicos locais (representantes de organizações sociais e empresariais do bairro, associações, ONGs, consumidores e moradores, escolas e outras instituições públicas do bairro), acompanham e realizam a controladoria social do Banco Palmas, bem como são responsáveis por elaborar e monitorar o PLIES. Promovem, também conjuntamente, ações de educação financeira – baseadas na economia solidária – e monitoram políticas públicas existentes na comunidade. Reivindicam e propõem melhoras infra-estruturais do bairro, bem como promovem a cultura, o esporte e o lazer, apoiando grupos do bairro. Trata-se de um espaço plural e aberto aos interessados, onde visam “refletir, reivindicar e propor alternativas para melhorar o desenvolvimento econômico do Conjunto Palmeira, abrangendo as mais diversas formas de apoio a produtores, comerciantes, prestadores de serviço e as práticas de consumo ético e solidário, no sentido de gerar, cada vez mais, oportunidades de trabalho e renda para a comunidade e promovendo o desenvolvimento integral, ecológico e sustentável”⁴⁴.

4.3.3.4 A inovação do Banco Palmas: a reconstrução da cadeia produtiva

Exatamente por buscar o desenvolvimento da produção e do consumo localmente é que o modelo do Banco Palmas atua com duas ferramentas financeiras: o *microcrédito produtivo* e crédito para consumo. O microcrédito é concedido em moeda oficial (Reais) e o crédito para consumo é concedido em moeda social (Palmas).

O **Microcrédito Produtivo**, como o próprio nome diz, impulsiona a produção localmente. Existem diferentes modalidades de crédito, variando de acordo com o status do empreendedor, valor do empréstimo, taxa de juros e valor dos reembolsos mensais. Os valores inferiores à R\$500,00 são liberados imediatamente após entrevista com o Agente de Crédito, de maneira bastante simples

43 Informação retirada de <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/61813> acesso em 18 de maio de 2012, as 21h. Mais informações a respeito do FECOL – Conjunto Palmeiras podem ser obtidas através do Blog do FECOM em <http://blogdofecol.blogspot.com>

44 Informação obtida em <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/61903> acesso em 18 de maio de 2012, as 21h12.

(inclusive não havendo consulta a entidades como a SPC⁴⁵). O Agente de Crédito faz uma consulta aos vizinhos para saber se pode confiar na idoneidade do indivíduo.

As modalidades de crédito do tipo “revendedor”, “Casa Produtiva” e “Economia Popular e Solidária” beneficiam “Principalmente atividades informais (como produção doméstica destinada a ser comercializada, revendedor ambulante, produção em pequena escala...), estes créditos possuem taxas de juros mensais entre 2,0% e 2,5%, reembolsáveis entre 4 e 8 meses” (Instituto Palmas,2011). Esse instrumento beneficia empreendedores individuais, e sua complementariedade com outros serviços não financeiros do Banco Palmas, como por exemplo os espaços de comercialização e trocas solidárias, são bastante importantes para eles.

Além disto, foram criadas linhas de crédito específicas para as mulheres participantes do programa de redistribuição de renda do Governo Federal, o “Bolsa Família”, através do qual podem ser liberados até R\$150,00 a serem pagos em 4 vezes, com juros de apenas 1,5% ao mês. Devido a realidade social localmente, um grande número de clientes do Banco Palmas são beneficiários de programas sociais do Governo. Na Tabela 1 pode-se perceber que esta modalidade de crédito representa 67,53% do número de créditos concedidos, mas não representa mais do que 13,48% do valor da carteira total. Por outro lado, os empréstimos *empresariais* representam um volume de 73,33% do valor total da carteira de crédito, mas não passam de 14,22% dos empréstimos.

Quadro 4.3 – Volume de Crédito dentre as diferentes carteiras do Banco Palmas									
*Cifras de 01 de janeiro a 31 de julho de 2011									
Tipo de Crédito	Valor do Crédito (em R\$)	Tx de Juros (%)	Qtd de Créditos	Qtd de Créditos no Total Concedido	Valor Total por tipo de Crédito (em R\$ Mil)	% do Valor na Carteira de Crédito	Tx de Juros Média (%)	Total de Créditos Concedido	Valor Total Empréstado (em R\$ Mil)
Empresarial	Até 2.500,00	2,5	245	9,90%	274,25	21,13	2,81	2476	1.298,22
	2.501,00 à 5.000,00	3,0	58	2,34%	196,18	15,11			
	5.000,00 à 15.000,00	3,5	49	1,98%	481,50	37,09			
Bolsa Família	Até 150,00	1,5	1672	67,53%	174,95	13,48			
Revendedor	Até 400,00	2,5	114	4,60%	49,77	3,83			
Casa produtiva	Até 450,00	2,0	16	0,65%	7,85	0,60			
Economia Popular e Solidária	Até 500,00	2,5	322	13%	113,67	8,76			

Fonte: Rigo & Torres, 2012: 05. Dados fornecidos pelo Banco Palmas em 2012.

45 Serviço de Proteção de Créditos, no Brasil, é um órgão que mantém o histórico de dívidas dos cidadãos juntamente a todas as instituições de crédito do país (bancos, entidades de empréstimo, operadoras de cartão de crédito, dívidas contraídas em comércios, etc). Diversas pessoas são impedidas de acender a crédito devido ao 'nome sujo' no SPC.

Conforme relata Joaquim de Melo Neto (2003), as ações do Banco Palmas através do microcrédito produtivo vem sendo reduzidas, devido a priorização de outras ações (como a organização de grupos setoriais, sistemas de trocas com moedas sociais e estruturação da cadeia produtiva) e por isso; “o Palmas tem atuado como Banco de Aval, facilitando o acesso destes a outras fontes de recursos. Na maioria dos casos o pagamento dos créditos é feito no próprio banco popular, que repassa as prestações ao financiador. Entre 1999 e 2000 o Palmas beneficiou 30 empreendimentos através deste sistema, totalizando um volume de recursos na ordem de 32 mil reais.” Esta nova modalidade tornou-se cada vez mais corriqueira a partir de acordos de parceria entre bancos comunitários e bancos públicos e privados, conforme veremos mais adiante.

Segundo Rigo e Silva Júnior (2012), a taxa de inadimplência do Banco Palmas nunca ultrapassou os 2,5% (em 2009), e isto se deve principalmente pela relação de proximidade e suporte que o Banco Palmas oferece aos seus clientes. As concessões de crédito são feitas a partir do aval da vizinhança, e são liberadas por um Comitê de Avaliação de Crédito, que busca orientar os indivíduos a não endividarem-se além do necessário para seus investimentos.

A **moeda social** é a segunda peça deste sistema financeiro integrado. Seu primeiro formato surgiu em 1998, e chamava-se Palmares. “A Moeda Social era utilizada como instrumento de mediação das trocas e dos preços dos produtos, determinado por acordo entre os participantes” (Singer, 2009), sendo utilizado somente dentro do Clube de Trocas que, alguns anos mais tarde, seria expandido para todo o Conjunto Palmeiras.

Em 2002-2003 surgiu o **Cartão de Crédito PalmaCARD**, e tratava-se de uma “caderneta” onde se anotavam os valores a serem pagos, utilizado para o consumo local. As famílias tinham um crédito no PalmaCARD que variava entre 20 e 100 reais, e era pago mensalmente, e com os quais poderiam efetivar compras no comércio local cadastrado. Os comerciantes dirigiam-se ao Banco Palmas para receber suas faturas em data estipulada, e o Banco aplicava uma taxa de 3% sobre as trocas monetárias. Devido aos bons resultados, o Cartão de Crédito tornou-se moeda, e desta maneira pôde circular mais livremente no bairro, alcançando maior número de participantes.

A **Moeda Circulante Local ou moeda social Palmas** surgiu para potencializar as ações do crédito produtivo, bem como ancorar a moeda localmente, ampliando o consumo local já extimulado pelo PalmaCARD. A moeda social pode ser adquirida das seguintes maneiras: (i) Empréstimo para crédito ao consumo; (ii) Recebimento de Salários (cerca de 10% do salário dos Funcionários do Banco Palmas é pago em moedas Palmas); (iii) Beneficiários dos programas sociais do banco, em parte pagos em Palmas; e (iv) fazendo a troca no Banco de Reais por Palmas.

Os empréstimos concedidos em moeda social são destinados ao consumo (geralmente situações emergenciais), e são liberados de maneira bastante simplificada (apresentação de documento de identificação). O primeiro empréstimo é de 50,00 Palmas, e caso os pagamentos sejam feitos conforme acordado, os valores podem aumentar até 200,00 Palmas. Os créditos

concedidos em Palmas não têm juros, somente uma taxa de administração de 1% sobre o valor emprestado. O número de pessoas beneficiadas por este empréstimo de consumo aumentou de 70 em 2005 para 170 em 2007 e 340 em 2009, e a quantidade de Palmas emitidas para suprir esta demanda saltou de 3.000 Palmas em 2005 para 36.000,00 Palmas em 2009, conforme dados levantados por Rigo & Torres (2012).

Figura 4.7 – O Palmas



Os comerciantes podem fazer a conversão de moedas sociais em moedas oficiais (quando têm muitas moedas sociais e não as conseguem utilizar para comprar insumos externos à comunidade) porém os usuários-beneficiários não podem fazer esta conversão. Com a ampliação das parcerias do Banco Palmas, hoje já é possível que os comerciantes paguem suas contas de água e luz em moeda social, já que o Banco Palmas se tornou correspondente bancário de outras instituições nacionais.

A aceitação da moeda social é voluntária, e, apesar de uma certa relutância inicial, passou-se de 90 comerciantes que aceitavam a moeda Palmas em 2005 para 240 em 2009. Ademais, dos 240 comerciantes que aceitam a moeda social, 70 deles oferecem um desconto para a compra em moeda social, geralmente em torno de 5% do valor do produto/serviço vendido. Isto mostra como a comunidade passou a conhecer o projeto, e a acreditar na potencialidade da moeda social.

A moeda social Palmas é indexada ao Real, e seu valor é de um Palmas (1,00) é igual a um Real (R\$1,00). Cada Palmas emitido e colocado em circulação têm um equivalente em Reais guardado nos cofres do Banco Palmas. Este lastro mantém o valor da moeda, bem como facilita sua aceitação pela população local. “No caso de uma emissão monetária sem lastro, poderia acontecer

uma depressão do valor da moeda e a geração de um ciclo inflacionário” (Borges, 2010). Conforme vimos, o primeiro montante utilizado como lastro veio da ONG Internacional Strohalm, posteriormente, doações de pessoas físicas e jurídicas, bem como agências de cooperação internacional e políticas públicas compõem o lastro necessário para a emissão de moedas Palmas. Além disto, parte do pagamento de salários de todas as pessoas que prestam serviços para a ASMOCNP ou ao Banco Palmas, bem como beneficiários dos programas e projetos destas entidades são realizados em moeda social. O Banco Palmas recebe, também, taxas bancárias (pela realização de operações bancárias como correspondente de outros bancos) que são transformadas em moedas sociais.

4.3.3.5 A conquista do reconhecimento

Segundo Melo Neto e Magalhães (2003) os problemas que surgiram durante o processo de implantação do Banco Palmas eram, não somente a dificuldade de obter os recursos financeiros iniciais, mas também a inexperiência dos envolvidos no projeto em gestão financeira. No intento de resolver esses e outros problemas, firmaram parcerias que pudessem aportá-los conhecimento e recursos. Vemos no Anexo 05 os diversos parceiros (governamentais e não-governamentais) que atuam juntamente com o Banco Palmas nesta trajetória de trabalho comunitário participativo.

Mas o maior desafio enfrentado pelo projeto ocorreu em 2000, quando foi objeto de *denúncia* ao Banco Central do Brasil (BCB). O fato da comunidade utilizar uma moeda paralela preocupou a Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB). O BCB comunicou o Ministério Público do Estado do Ceará, baseando a denúncia no art.292, do Código Penal “*Emitir, sem permissão legal, nota, bilhete, vale, ficha ou título que contenha promessa de pagamento ao portador ou a que falte a indicação do nome da pessoa a quem deva ser pago*” (BCB, 2000). Marusa Freire (2011) ressalta;

(...) no caso dos autos, o Banco Central do Brasil, autor da notícia crime, em nenhum momento alegou que o uso da moeda social “Palmas” tenha afetado a normalidade da circulação fiduciária do Real, nem que tenha havido ofensa à fé pública. (...) o reconhecimento de que as moedas sociais revelam opções no plano da comunidade que são visíveis e “afeiçoam-se intimamente à ideia de atendimento das necessidades individuais da população de baixa renda, através da concessão de microcrédito”. Como expressamente conclui a mencionada decisão, em última análise, a sociedade está buscando caminhos para resolver os seus próprios problemas com o uso da moeda social (Freire, 2011: 81)

A decisão do Ministério Público, bem como o posicionamento do Banco Central do Brasil confirmaram e deram notório reconhecimento de que a experiência é de interesse público, prestando um serviço importante na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento local sustentável.

A partir de 2003 o projeto do Banco Palmas ganha reconhecimento em outras regiões do país, e em 2005, ao receber a premiação da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, o Banco Palmas despertou ainda mais o interesse público para seu projeto, e, objetivando transferir a metodologia do mesmo para outras regiões do país, a SENAES firmou parceria com o Instituto Palmas, reconhecendo definitivamente a iniciativa como uma tecnologia social eficaz na luta contra a

pobreza e a exclusão social e o desenvolvimento de uma *economia solidária* localmente,

CNES (...) ao lado da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tem incentivado a criação de novos *bancos comunitários de desenvolvimento* em diferentes comunidades e tem lutado pelo estabelecimento de um marco regulatório para a emissão e uso de moedas sociais no país por meio de *políticas públicas de finanças solidárias*, de maneira a viabilizar a destinação de recursos orçamentários para tais iniciativas nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. (Melo Neto & Magalhães: 2006: 31-32)

Conforme podemos perceber, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) recebem apoio do Governo Brasileiro para sua consolidação e criação de novos BCD, que integram-se à Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A reivindicação de um marco regulatório para os BCD continua, na esperança que sejam definitivamente reconhecidos pelo Estado, e possam ser aplicados e adaptados às diferentes realidades locais.

4.3.3.6 A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Podemos considerar o Banco Palmas como a primeira geração⁴⁶ de Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil. Seguido de uma segunda geração (começo dos anos 2000) advindos de mobilizações e articulações da economia solidária, do Fórum Social Mundial e de governos do campo democrático popular (governo do Rio Grande do Sul e prefeitura de São Paulo), no que Boaventura de Souza Santos (2010) chama de *movimentos de contestação e construção de outro mundo possível*. Uma terceira geração (já no governo de Luiz Ignácio Lula da Silva, PT a partir de 2003) surgiria das políticas federais de economia solidária e de um maior suporte do poder público à economia solidária e às iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

O **Instituto Palmas** é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, e tem como objetivo “fazer a gestão do conhecimento e a difusão das práticas de Economia Solidária do Banco Palmas⁴⁷”. A partir de 2003 ampliam-se os debates acerca das finanças solidárias como ferramentas para o desenvolvimento local juntamente com outros agentes da economia solidária no país (através do FBES, Rede Cearense de Economia Solidária, SENAES), e em 2004 surge o Banco PAR (a 70km do Conjunto Palmeiras), já em 2005 são fundados o Banco Bem e o Banco Terra (ES) e o Banco Serrano e Bassa (CE), todos com o apoio técnico e metodológico do Instituto Palmas. A Resolução 78, da I Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (2006) afirma que se faz necessário:

Uma ação voltada à democratização do crédito que deverá valorizar iniciativas existentes na área das finanças solidárias. No que se refere às agências de financiamento, devem ser estimuladas as cooperativas de crédito, as OSCIPs [Organização Social Civil de Interesse Público] de microcrédito, os bancos comunitários, as fundações públicas e os fundos públicos de desenvolvimento, além dos fundos rotativos e os sistemas de moedas sociais circulantes locais, lastreados em moeda nacional (Real) e outros sistemas de moeda social com formas criativas de lastros. A democratização do crédito e acessibilidade, pelos empreendimentos solidários exige que se consolide e se amplie a presença de

46 A divisão em três gerações foi proposta pelo grupo de pesquisa do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local – CORDEL / Banco do Nordeste do Brasil, no seu trabalho de Sondagem das Experiências de Moedas Alternativas em Curso no Brasil, 2008. (citado na bibliografia)

47 Acesso em <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/12311> 14 de maio de 2012, as 13h20.

uma vasta rede destas organizações pelo país, criando um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, o que requer um fundo de financiamento específico com controle social, como também o desenvolvimento de um marco legal apropriado, capaz de lidar com as questões tributárias, com o problema da capitalização das instituições, da captação de poupança, da cobrança, dentre outros.

Diante desta realidade a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) nas suas estratégias de finanças solidárias firma parceria com o Instituto Palmas para apoiar a consolidação da metodologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), e os parceiros ampliaram-se;

Os Bancos Comunitários contam com a parceria estratégica da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e do Banco do Brasil (Diretoria de Menor Renda/Banco Popular do Brasil), além de outras instituições como o Banco do Nordeste, a Fundação Banco do Brasil, PETROBRÁS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, Universidades (UFC, UFBA, USP, FGV) e algumas Prefeituras Municipais e Governos Estaduais. No Ceará, o Governo do Estado aprovou em 2008 o Projeto Bancos Comunitários do Ceará, o que possibilitou a implantação de mais 10 (dez) Bancos Comunitários no Estado, em municípios caracterizados por baixos índices de desenvolvimento econômico e social.⁴⁸

Nos Anexos 06 e 07 podemos observar a evolução dos BCD no Brasil através dos Mapas da Rede de 2010 e 2013, bem como no Anexo 08 podemos obter detalhes a respeito da localização, nome da moeda e tamanho da comunidade atendida por alguns Bancos Comunitários da Rede, bem como o Anexo 09 mostra algumas notas utilizadas. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento foi criada em 2006, e a partir de debates entre os sujeitos dos diversos BCD do Brasil consolidou-se um termo de referência;

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores⁴⁹.

Segundo um estudo realizado pela Universidade do Ceará, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento ainda enfrentam, de maneira geral, dificuldades quanto a sustentabilidade financeira do projeto, bem como enfrentam os constantes desafios de uma gestão participativa e diferenciada da “tradicional”. A aceitação da moeda social junto à comunidade onde atuam é um constante exercício de educação financeira e de desenvolvimento local e comunitário. A questão da participação cidadã (voluntária ou em projetos) e o controle social também precisam ser aprofundadas, já que representam uma mudança de paradigma para essas populações, e ainda não está bem consolidada.

A peculiaridade da forma de operar do Banco Palmas torna impossível, segundo Torres (2007) “qualquer enquadramento do Banco Palmas dentro dos grupos de entidades, formalmente estabelecidos, de concessão de microcrédito – cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao

48 Documento sobre a Jornada pela Democracia Econômica, acesso em <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/154218> no dia 17 de maio de 2012, as 21h21

49 Definição formulada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, realizada entre 18 e 21 de abril de 2007, em Iparana (CE). Acesso em 30 de Janeiro de 2012, as 16h20, ao endereço http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/10_Eco_Bancos.pdf

microempresário (SCM), bancos do povo (instituições criadas pelo poder público) – pode ser considerado um enorme equívoco”. Torres (2008) cita este mesmo autor, bem como a Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento para enumerar as principais características que os diferenciam de outras instituições de microcrédito;

(...) em REDE (2006a) e Silva Júnior (2006) tem-se que as características que se acredita distinguem os Bancos Comunitários destas demais experiências de microcrédito – e o Banco Palmas se enquadra nesta caracterização – são: i) A coordenação do Banco e gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária; ii) A utilização de linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; iii) A concessão e cobrança dos empréstimos são baseados nas relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle que é muito mais social que econômico; e iv) A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local. (Torres, 2008: 10)

Segue em discussão o Projeto de Lei Complementar 93/2007, da deputada federal Luiza Erundina (PT), em tramitação no Congresso Nacional, texto que estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, o qual legitimaria definitivamente os projetos de BCD em andamento no país. Na falta de uma legislação específica para os BCD, os mesmos se inserem atualmente nas políticas públicas através de programas e projetos específicos; bem como constituem-se como OSCIPs, da mesma maneira que o Banco Palmas o fez a mais de 10 anos atrás.

4.3.4 A Rede Fora do Eixo

Em finais de 2005 foi criado o Circuito Fora do Eixo (hoje conhecida como Rede FDE), numa parceria entre produtores culturais de Londrina (PR), Uberlândia (MG), Cuiabá (MT) e Rio Branco (AC) que pretendiam, juntos, fomentar o intercâmbio cultural e tecnológico e pleitear verbas para projetos culturais fora do eixo econômico Rio-São Paulo. A ideia cresceu e se consolidou como rede de colaboração cultural no Brasil, contando hoje com produtores em 25 dos 27 estados brasileiros⁵⁰. Em 2011 o FDE rompeu as fronteiras do Brasil e conta também com parceiros na Argentina, Costa Rica, Honduras, Bolívia, EUA, entre outros. Em sua Carta de Princípios, assinada pelos membros do coletivo em sua Plenária Nacional de 2009, pode-se ler que;

O Circuito Fora do Eixo é uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura espalhados pelo Brasil, pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo, da divulgação, da formação e intercâmbio entre redes sociais, do respeito à diversidade, à pluralidade e às identidades culturais, do empoderamento dos sujeitos e alcance da autonomia quanto às formas de gestão e participação em processos sócio-culturais, do estímulo à auralidade, à criatividade, à inovação e à renovação, da democratização quanto ao desenvolvimento, uso e compartilhamento de tecnologias livres aplicadas às expressões culturais e da sustentabilidade pautada no uso de tecnologias sociais.⁵¹

50 Ver Anexo 10 - Mapa de Coletivos do Circuito FDE e Anexo 11 – Estrutura Organizacional da Rede FDE

51 Retirado do website do CFE; acesso em 21 de Abril de 2011 as 14h20 :: <http://foradoeixo.org.br/institucional/carta-de-principio-do-circuito-fora-do-eixo-2009>

Uma das tecnologias sociais que a Rede FDE utiliza são os mecanismos de moedas complementares, principalmente através de dois formatos: (1) realizam trocas como num *Banco do Tempo*, ou seja, indivíduos (fotógrafos, produtores culturais, etc) e coletivos (bandas, grupos de teatro, etc) podem oferecer e demandar serviços dentro da rede (a utilização de 1h de estúdio de gravações, filmmakers, serviços de assessorias de imprensa, etc). A hora de trabalho é cotada no valor de R\$50, porém as trocas são contabilizadas em um sistema de créditos multirecíprocos, ou seja, o valor destas transações internas da rede pode ser contabilizado em reais como medida de 'contrapartidas' oferecidas pela rede, porém se realizam sem a utilização de moedas *reais*. Estes valores também não podem ser 'trocados', ou seja, não mantêm lastro com a moeda oficial.

Todos os coletivos da Rede podem criar suas próprias (2) *moedas sociais* e as mesmas são utilizadas para as trocas realizadas nos eventos que promovem, bem como podem ser realizadas trocas inter-moedas. Ao transformarem verbas públicas e privadas (patrocínios recebidos em Reais) em moedas sociais a Rede FDE mantém a massa monetária entre seus membros e apoiadores (produtores locais, etc), o que obviamente gera uma maior circulação de riquezas entre seus membros, e neste caso, resulta em maior visibilidade da rede como produtora e promotora cultural. Estas moedas deveriam ter lastro em reais neste caso⁵².

Os diversos coletivos culturais formadores da Rede FDE já vinham se organizando no país, principalmente impulsionados pelas políticas culturais implantadas pelo então Ministro da Cultura (2003-2008) Gilberto Gil através dos programas de descentralização da *economia da cultura* e do incentivo à *formação de redes de colaboração cultural* tais como os Pontos de Cultura, Viva Cultura e Mais Cultura, entre outros.

Ao perceberem a quantidade de trocas que poderiam ser realizadas dentro da rede, acordaram para a possibilidade de ações coletivas para o fortalecimento de cada ponto. Ao pleitearem verbas (editais públicos e privados, patrocínios) em conjunto, podiam dar maiores *contrapartidas* (tanto em serviços quanto em visibilidade e tamanho das ações) para os financiadores, gerando fluxos para todos os pontos e fortalecendo a rede como um todo.

Realizaram, por exemplo, o *Festival Grito para o Rock* em 2012 em 250 cidades do Brasil e do mundo. O financiamento do projeto veio tanto através de um *caixa coletivo* quanto de outros financiamentos menores para as ações específicas locais e regionais. Muitos grupos culturais fizeram *turnês* recebendo seus cachês em CARDS, alguns serviços comprados fora da rede foram cotados a preços mais baratos, já que envolviam diversas ações conjuntas (estruturas de palco, materiais de

52 O funcionamento da Rede Fora do Eixo está em discussão neste momento no Brasil, informações dispersas podem ser encontradas a respeito do funcionamento de seu sistema de moedas complementares, mas poucos documentos mostram com clareza como ele funciona. Inclusive há documentos da rede que afirmam haver cambio entre as moedas e outros que afirmam o contrário. Diversos e-mails enviados aos integrantes da rede não foram respondidos, pelo que não pudemos averiguar informações coletadas. Certamente estudar este modelo que surge é de grande valia para esta matéria, já que com certeza esta é uma nova inovação monetária na área da cultura no Brasil, e a jução entre o modelo de bancos do tempo e moedas sociais físicas seria o surgimento de um novo modelo.

divulgação, etc). Apenas alguns exemplos da complexidade do sistema financeiro da Rede Fora do Eixo, que ainda é desconhecida mesmo para os integrantes da rede, que aprendem ao mesmo tempo em que praticam a experiência⁵³.

Entender o que representa esta rede cultural que se forma no Brasil vai muito além dos números que eles movimentam, que mostram-se bastante robustos, mas pouco claros. Um recente episódio da Rede FDE tornou-se motivo de debates nas redes sociais e veículos de mídia brasileira. A entrevista de Pablo Capilé (liderança e animador da rede) ao programa Roda Viva mostrou o quanto o vocabulário dos envolvidos na rede transformara-se juntamente com o entendimento de mundo que estes jovens vem criando, e o quanto o 'velho' se debatia para tentar entender o '*digital, colaborativo*'.

O sistema de financiamento da rede Ninja e da rede Fora do Eixo não constitui nada de revolucionário, existe em milhares de experiências pelo mundo afora e no Brasil, e consiste em reciprocidades baseadas em uma moeda contábil, ou simbólica, que pode ser representada por horas de trabalho. A diferença é que não se paga juros aos bancos, o que torna tudo mais barato, e facilita as trocas, ao se tirar os intermediários de cena. No caso mencionado no Roda Viva, trabalham com pouco dinheiro oficial (reais), e com muito dinheiro equivalente (*cards*), em que um grupo que realiza um show apoiado no esforço de organização de outro, por exemplo, passa a assegurar uma contribuição correspondente em reciprocidade em outro local ou cidade, expressa em *cards*, mas sem necessidade de dinheiro. Assim, o pouco dinheiro que arrecadam em reais, tem efeitos multiplicadores dezenas de vezes superior. O sistema tem toda lógica em economia, mas não entra na lógica de quem não está familiarizado, e fica à procura de dinheiro escondido.⁵⁴

Figura 4.8 – O Cubo Card



53 Em alguns documentos e informes da Rede Fora do Eixo se lê que os CARDS podem ser trocados em Reais, o que significaria que há câmbio (e portanto equivalências monetárias) entre as moedas, em outros lê-se que não há esta equivalência. O modelo ainda não está bem claro, nem há informações suficientes disponíveis para aprofundarmos este debate, que é motivo de viva polêmica neste momento no Brasil. Ainda assim, julgamos interessante incluir este projeto entre nossos modelos estudados, já que trata-se de uma nova adaptação da tecnologia social *dinheiro*, bem como um novo formato de moeda complementar (na área da cultura) em vias de desenvolvimento e amadurecimento. Um estudo mais aprofundado deste modelo faz-se necessário e este não poderia ser melhor momento para fazê-lo.

54 Entrevista com Ladislau Dowbor publicada em <http://foradoeixo.org.br/2013/09/26/redes-culturais-desafio-a-velha-industria-da-cultura/> acesso em 01 de Outubro de 2013 as 11h.

4.4 O Modelo C3 no Uruguai

A experiência de moeda complementar no Uruguai é um tanto distinta das anteriormente apresentadas. Surge no seio da economia privada e está em funcionamento desde 2010, é “una herramienta para que las Micro, Pequeñas y Medianas empresas accedan al crédito y realicen pagos electrónicos a las empresas públicas y privadas que integran la red de transacciones comerciales⁵⁵”.

La Red cuenta con apoyo institucional de organizaciones nacionales e internacionales, tales como STRO (Social Trade Organisation), Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Ministerio de Industria Energía y Minería, Ministerio de Economía y Finanzas, Banco de la República Oriental del Uruguay, OPP, ONUDI, BID-FOMIN, entre otros, formando parte del proyecto Uruguay Productivo impulsado por el gobierno nacional⁵⁶.

Trata-se de um modelo já experimentado – com certas diferenças – na Suíça na conhecida rede WIR (Wirtschaftsring-Genossenschaft que traduzido significaria “Economic Mutual Support Circle”) por mais de 70 anos.

WIR's 16 founding members and clients had received notices from their respective banks that credit lines were going to be reduced or eliminated. Bankruptcy was only a matter of time. Unable to count on the banking sector to obtain the necessary capital during this difficult period, these Swiss businessmen decided to create a mutual credit system among themselves, and invited their clients and suppliers to join (Lietaer, 2005: 165).

O mecanismo é simples: cada compra realizada dentro da rede é contabilizada como débitos e créditos aos envolvidos, num mecanismo de equilíbrio mútuo entre todo o grupo. A unidade de contas utilizada é o WIR (que mantém paridade com a moeda nacional). A moeda serve unicamente como meio de trocas para facilitar os negócios entre os participantes da rede, não tendo interesses e nem servindo como reserva de valor.

Nos primeiros três meses o sistema WIR atraiu 1.700 participantes e em menos de um ano já havia beneficiado 3.000 empresários. Atualmente o sistema funciona em nível nacional, contando com cerca de 65.000 membros (aproximadamente um quarto de todas as empresas suíças) que conectam-se através de tecnologias da informação e podem ser pesquisados através de um catálogo de serviços. Em 2006 o volume trocado em WIR foi equivalente a 1,4 bilhões de dólares.

Sachy (2013: 7) afirma que; “According to Van Arkel, “some governments, such as the authorities in Uruguay, and some international organizations such as the Inter-American Development Bank (IADB), have looked upon the potentials of VCS as public policy tool in particular to promote employment and lower access to credit in relation to SMEs” (Van Arkel, 2013 –upcoming publication)”

Ladislav Dowbor (2009) e Lietaer (2012) entre outros, afirmam que 75 a 90% dos empregos são gerados no seio das pequenas e médias empresas (SME na sigla em inglês). Uma das

55 Descrição no website da STRO Uruguay em http://www.stro.org.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=2:r-c3-uruguay&catid=7:general&Itemid=18 acesso em 08 de Outubro de 2013, as 16h20.

56 Idem

consequências das crises financeiras é a consequente crise de empregos gerada pela falta de crédito que acaba por afetar as empresas. O sistema WIR funciona então como um mecanismo de equilíbrio nestes períodos, “the WIR functions as a powerful stabilizing mechanism that limits the severity of the business cycle and the inevitable ups and downs of the economy” (Lietaer, 2012: 166).

O Uruguai, que no final do século XIX era conhecido como a 'Suíça Latino-Americana' devido ao seu desenvolvimento social, estabilidade política e econômica. Na década de 70, com a queda do preço da lã e carnes no mercado internacional o país, que convive com a escassez de recursos energéticos e minerais, teve sua economia desestabilizada. A ditadura militar, iniciada em 1973 favoreceu o aparecimento de grupos de guerrilha e resistência, entre eles o Tupamaros, do qual José Mujica participava ativamente e por isto cumpriu 14 anos de cárcere. O término da ditadura em 1984 não foi suficiente para reestabilizar a vida econômica e política do Estado, e o Uruguai viu, durante toda a década de 90 a emigração jovem crescer a números impressionantes.

Tal como outros países da região, a década de 90 foi marcada por governos liberais que promoveram privatizações, redução dos gastos públicos e elevação do desemprego. José Mujica foi eleito em 2010, dando sequência ao governo de Tabaré Vázquez que governou de 2005 até 2010. (ambos são da Frente Amplio).

O Presidente *Pepe Mujica* tornou-se mundialmente conhecido por dirigir um velho *fusca* e doar cerca de 90% de seu salário de Presidente da República à ONGs e obras sociais, já que afirma serem mais do que suficientes os restantes mil dólares. Seu último discurso na Assembleia Geral da ONU (2013) mostra um pouco do seu pensamento, e por isto selecionamos algumas passagens;

(...) O “homenzinho médio” de nossas grandes cidades, vagando entre as financeiras e o tédio rotineiro dos escritórios, as vezes temperados com ar condicionado. Sempre sonha com as férias e a liberdade, sempre sonha em terminar de pagar as contas, até que um dia, o coração para, e adeus (...) Nem os grandes Estados nacionais, nem as transnacionais e muito menos o sistema financeiro deveria governar o mundo humano. Mas sim a alta política entrelaçada com a sabedoria científica, aí está a fonte. Essa ciência que não se importa com o lucro, mas que olha para o futuro e nos diz coisas que não atendemos. Quantos anos faz que nos disseram determinadas coisas que não nos demos por inteirados? Creio que temos que convocar a inteligência ao comando da nave acima da terra, coisas desse estilo e outras que não pude desenvolver nos parecem imprescindíveis, mas requereriam que o determinante fosse a vida, não a acumulação (...) A ganância, tão negativa e tão motor da história, isso que empurrou o progresso material técnico e científico, que fez aquilo que é nossa época e nosso tempo e um fenomenal avanço em muitas frentes, paradoxalmente, essa mesma ferramenta, a ganância que nos empurrou a domesticar a ciência e transformá-la em tecnologia nos precipita a um abismo brumoso (...) a ganância individual triunfou grandemente sobre a ganância superior da espécie (...) Este é nosso dilema. Não nos entretenhamos apenas remendando consequências. Pensemos nas causas de fundo, na civilização do desperdício, na civilização do use-tire que o que está tirando é tempo da vida humana mal gasto, derrotando questões inúteis. Pensem que a vida humana é um milagre. Que estamos vivos por milagre e nada vale mais do que a vida. E que nosso dever biológico acima de todas as coisas é respeitar a vida e impulsioná-la, cuidar dela, procriá-la e entender que a espécie é a nossa gente.⁵⁷

57 O discurso completo pode ser visto em <http://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2013/09/26/o-historico-discurso-de-pepe-mujica-na-assembleia-geral-da-onu/> acessado em 08 de Outubro de 2013 as 17h.

4.4.1 Entendendo o Modelo

A adaptação do C3 no Uruguai foi feita através da aplicação local do modelo de acordo com as necessidades nacionais, em uma parceria entre o poder público, ONGs e empresas privadas;

La Dirección de Proyectos de Desarrollo de la Presidencia de la República, a través del Programa de Microfinanzas para el Desarrollo Productivo, con el apoyo de la Fundación STRO⁵⁸ en Uruguay han adaptado el método C3 al mercado y contexto económico local, creando la “Red de Transacciones C3 Uruguay”.⁵⁹

Bernard Lietaer em um documento colaborativo com a Stro⁶⁰ explica o modelo; “The process uses insured invoices or other payment claims as liquid payment instruments within a business to business clearing-network. Each recipient of such an instrument has the choice to either cash it in national money (at a cost), or directly pay its own suppliers with the proceeds of the insured invoice”. Bernard Lietaer (2005: 169-170) explica como o sistema funciona através de um step by step, conforme segue:

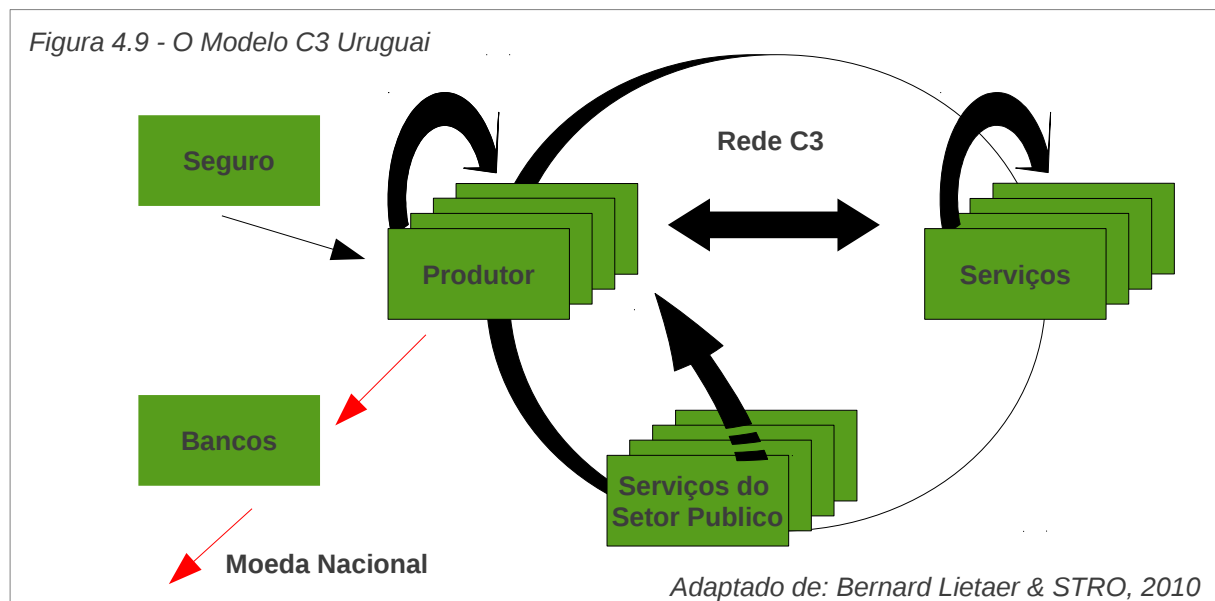
(1) The business that initiates a C3 transaction (business A) starts by securing insurance for an invoice up to a predetermined amount, based on the specific creditworthiness of their own business and that of the claims they obtain on third parties (the clients of A); (2) Business A opens a checking account in the clearing-network, electronically exchanges the insured invoice for clearing funds, and immediately pays its supplier (business B) with those funds via the network; (3) To receive its payment, business B only needs to open its own checking account in the network; (4) Business B now has a positive balance on its account in the network (regardless of when the original invoice comes due from business A); (5) Business B is thus in position to proceed with one of two options: either cash in the clearing funds for conventional national money (at the cost of paying banking fees plus the interest for the outstanding period (say, 90 days); or paying its own supplier (business C) with the corresponding clearing funds (at no cost); (6) Business C only needs to open an account in the network. It then has the same two options as business B: cash in the funds for national money, or spend the C3 funds in the network. And só on... ; (7) At maturity of the invoice, the network is paid the amount of the invoice in national money, either by the client of business A, or (in case of default by that client) by the insurance company. Whoever owns the C3 funds secured by the insured invoice can cash them in for national money without incurring any interest costs (though any associated banking fees still apply).

Os benefícios que esta rede de transações pode gerar não resume-se aos seus participantes, que obviamente se beneficiam de maior acesso a fundos de curto-prazo, necessários para aumentar sua capacidade produtiva. Dentre os benefícios para as empresas participantes, destacamos: fornecedores são pagos imediatamente independentemente do calendário de pagamentos do *comprador original*. A rede passa a melhor organizar a economia local e regional, promovendo trocas que antes não ocorreriam, através da promoção da cooperação entre estas empresas. Graficamente o modelo seria apresentado da seguinte maneira;

58 A rede da Social Trade Organization contém uma mistura de iniciativas latino-americanas apoiadas por pesquisas e fundos de várias organizações européias, sendo a mais velha a Social Trade Organization, STRO- Holanda. Hoje a STRO tem iniciativas no Uruguai, Brasil, Honduras, Costa Rica e El Salvador e tem grupos de apoio e pesquisa na Holanda, Espanha, Noruega, Áustria e Portugal. Informações no website <http://www.socialtrade.org/> acesso em 08 de Outubro de 2013, as 16h20.

59 Informação em <http://www.stro.org.uy> acesso em 08 de Outubro de 2013, as 17h

60 http://www.lietaer.com/images/C3_BAL_diagram.pdf



A utilização de documentos de venda futura (invoices) securizados internamente na rede gera uma maior velocidade de circulação entre os participantes, dinamizando a economia regional sem a necessidade de utilização do *dinheiro nacional*. Note-se que não há transferência de *dinheiro* na rede, sendo portanto um sistema de trocas eletrônicas (dinheiro eletrônico). A sua complementariedade em relação ao sistema nacional, e a facilidade com que este sistema pode ser *controlado* via softwares de dados é uma das grandes vantagens do mesmo, sendo que;

Any profits on transactions performed via the C3 system are taxed exactly as if they were in conventional money. Furthermore, C3 helps shift economic activities from the black or grey economy to the official economy, because SMEs must formally be incorporated to participate, and all exchanges are 100% electronic and traceable. (Informe ao Clube de Roma, 2012: 157)

Segundo Lietaer (2005), Sachy (2013) e o Informe ao Clube de Roma (2012) os benefícios de uma rede como o C3 no Uruguai transpassam a esfera das empresas que fazem parte da rede, tendo reflexos na economia nacionalmente.

4.4.2 A inovação do Uruguai

A inovação que percebemos no caso Uruguai é a utilização de pesquisas socio-econômicas locais no intuito de aprimorar o sistema conforme as necessidades da população e economia regional. Por exemplo, um dos sub-projetos do C3 Uruguai foi uma pesquisa que mostrou que cerca de um quarto das famílias uruguaias recebem regularmente transferências internacionais advindas de seus emigrantes. Atualmente este montante é transferido principalmente através de mecanismos como o *western union*. As altas taxas cobradas, bem como a facilidade com que este dinheiro *sai* da economia local mostram que a utilização do C3 poderia beneficiar ainda mais a economia regional, e por isto mesmo a rede busca expandir seu alcance a esta modalidade de transferências.

A atuação da STRO no continente latino-americano demonstra que o design de moedas complementares é uma das ferramentas para o desenvolvimento local e regional.

Finally, the experience in Uruguay and new technologies developed in CompRaS are now being introduced in the Eurozone where cities, companies and other institutions in the regions of Catalonia, Sardinia and Bristol are joining a cooperation to make existing flows of money circulate more often into these communities in order to fight the effects of the crisis. Another spin off of the C3 activities in Uruguay was a conference held in April 2013 with high representatives of the welfare programs of Mexico, Brazil, Uruguay, Paraguay and Chile as well as the World Bank, CAF (Corporacion Andina de Fomento) and IADB that discussed pilots with C3 as a tool to improve the economic multiplier effect of the welfare payments into poor regions. Therefore, it is not an exaggeration to argue that although the original framework of both design and implementation saw changes for adaptability issues, such dynamic apparently strengthens and helps to spread the model in other similar socio-economic scenarios. (Idem, 2013: 13)

4.5 O SUCRE como moeda complementar regional

O SUCRE (Sistema Único de Compensación Regional) foi criado no âmbito da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas), como uma moeda virtual. “El sistema ha sido un éxito, se ha multiplicado 4 o 5 veces el nivel de intercambio”, dijo el Jefe de Estado de Ecuador desde el palacio de Miraflores. El Presidente ecuatoriano explicó que el Sucre no es solo una moneda, sino que es “un sistema de compensaciones para minimizar el uso de la moneda extranjera” en la comercialización de productos latinoamericanos⁶¹.

A ALBA foi criada como alternativa ao Acordo da NAFTA, proposto pelos EUA para integração regional e amplamente contestado na maioria dos países latino americanos, que viam neste tratado mais uma forma de dominação estadunidense na região. A ALBA configura-se como uma organização internacional para o desenvolvimento regional, e foi inicialmente criada por Cuba e Venezuela, em 2004, contando atualmente com a participação do Equador, Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Nicaragua, São Vicente e Granadinas e Santa Luzia, admitindo também a participação de convidados como a Suriname e o Uruguai.

Em 2010 foi realizada a primeira transação (entre Venezuela e Equador) com a utilização do SUCRE. “SUCRE as a common currency for electronic transactions amongst ALBA members rather than the US dollar. These countries will not be issuing bills in SUCRE, it will instead be used for electronic payment, and each country can withdraw the equivalent in its own currency.

61 Informações em <http://www.sucrealba.org/index.php/noticias/134-noticia29072013> acesso em 02 de Outubro de 2013, as 16h20.

PARTE III

5 A REGIONALIZAÇÃO COMO DESAFIO E POSSIBILIDADE

Sob a luz das experiências passadas e presentes de moedas complementares nos diferentes países da América Latina, percebemos a influência do poder público, setores privados e organizações internacionais nestes processos sociais locais, bem como sua relação com a economia e a moeda *tradicional*, com a economia solidária e a economia pública. Confirmamos a tese de Marie Fare e Blanc (2010) de que as moedas sociais e complementares são dispositivos inovantes, adaptando-se às necessidades, anseios e *liberdades* da população que a assume como fato monetário.

Esses projetos saem da invisibilidade e se tornam objeto de viva polêmica, e como relembra Heloísa Primavera (2012); “uma particularidade que é preciso resgatar é o apoio recente a algumas delas pelo governo nacional e pelo próprio Banco Central, instituições que vem contribuindo, de forma inédita nos governos democráticos ocidentais, para uma mudança na correção das desigualdades sociais, consequência de um sistema monetário que se tornou obsoleto ainda para o capitalismo vigente”.

Ao longo desta pesquisa duas coisas puderam ser aprendidas: (1) as moedas sociais podem realmente, como dizem Blanc e Fare (2010), ser consideradas dispositivos inovantes, que adaptam-se aos interesses e possibilidades dos indivíduos que participam das experiências. Esta adaptabilidade se dá pela própria peculiaridade do instrumento monetário, que passa a ser apropriado pelos seus próprios usuários. E (2) que o processo de se 'criar' uma nova moeda acontece num ambiente propício, onde uma trama de fatores e atores sociais, políticos e econômicos tomam corpo.

Ambas as conclusões nos levam a ver os projetos de moedas sociais fortemente conectados ao desenvolvimento local, e de certa maneira ancoradas no território. Porém nos despertou bastante curiosidade a forma como estes projetos vêm desenvolvendo uma maior interação entre-grupos e formação de redes mais alargadas no continente.

A experiência argentina do Trueque demonstra que formas complementares de produzir e trocar produtos, ao ampliarem a diversidade de transações e a interconectividade entre os agentes econômicos ampliam a *resiliência* frente à crise econômica. Mostrou também que uma *hiper-conectividade* do sistema iniciou um processo de desestabilização da cooperação inter-grupos. O crescimento das interações entre grupos locais e regionais, bem como a *centralização* de emissão por parte de um grupo e portanto, a perda de autonomia dos indivíduos de conduzir suas próprias moedas e a decorrente perda de conhecimento (e sentido) sobre aquele mecanismo que havia sido criado reduziram sua expressividade no país.

A experiência brasileira, por outro lado, fortaleceu-se com o apoio governamental em diversos níveis institucionais, principalmente apoiada pelas políticas públicas de economia solidária. A instituição de um '*modelo*' de bancos comunitários de desenvolvimento representou um verdadeiro processo botton-up: ideias de cidadãos que passam para agentes de ajuda externa, bancos públicos e privados e governos municipais, estaduais e nacional.

A transferência desta tecnologia para outras regiões (não somente no país, mas também fora dele) atestam para a possibilidade de pensarmos o desenvolvimento local conectado à projetos de mundança globais. Mas para além disto, a experiência brasileira demonstra que há um crescente interesse em relação ao tema das moedas complementares, e que uma vez que a sociedade perceba esta possibilidade de existência da *multiplicidade monetária*, nada impedirá o aparecimento de outras redes, modelos, moedas, como é o caso da Rede Fora do Eixo.

E neste sentido, a Rede Fora do Eixo exerce dois papéis fundamentais no cenário atual: exerce a função de *tradução* de um fenômeno antes tido como *experiência de boas práticas locais* (no Conjunto Palmeiras) para a percepção de que a moeda é realmente apenas um instrumento, e portanto pode ser reinventado de diversas formas. A Rede Fora do Eixo, devido ao seu protagonismo jovem na área cultural e de comunicação social faz com que o próprio debate a respeito da moeda seja levantado na sociedade, o que por si só já é bastante importante.

Por sua vez, a experiência uruguaia com o C3 demonstra que a utilização da tecnologia para a reformulação do sistema financeiro e monetário de um país pode gerar benefícios até hoje não explorados. A apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas para o desenvolvimento econômico é tema de cada vez maior número de projetos e pesquisas nesta área, tratando-se de uma das grandes inovações da nossa época;

(...) is a type of unregulated, digital money, which is issued and usually controlled by its developers, and used and accepted among the members of a specific virtual community". (ECB, 2012). Virtual Currencies are effective in achieving specific economic objectives, in opposition to what happens with the one-size-fits-all approach of authorities managing conventional money. (Sachy, 2013: 8)

Ao mesmo tempo que as moedas complementares são bastante ancoradas no *local*, demonstrando a importância do fortalecimento de redes de colaboração no território (ou cadeia produtiva – como é o caso do Fora do Eixo), estas experiências também demonstram a potencialidade de sua replicação, e desta forma, uma mudança global do sistema econômico que vivemos, conforme nos faz acreditar possível Edgar Morin;

Estes projetos (*globais de mudança*) também podem ser realizados segundo uma estratégia de adesão, de integração, de interação, de sinergia entre projetos locais concebidos a uma escala mais modesta, mas precisamente por isso mesmo mais concreta e mais rapidamente realizáveis : a sua realização diminuiria e diferiria assim os constrangimentos de todo o sistema e favoreceria a emergência de novas possibilidades, impensáveis no início da sua evolução. E nem sequer é necessário que um projeto global dependa de um centro: em numerosos casos, o estabelecimento de uma rede entre diferentes projetos, cuja heterogeneidade (de natureza e de escala) não é deste modo anulada mas, pelo contrário, valorizada, tornando-se fator fundamental do bom funcionamento do sistema global. (Morin, 1990: 143 – 144)

6 CONCLUSÃO

No single monetary design is capable of addressing the full spectrum of both societies commercial and social requirements. Fortunately, there is a growing recognition of the necessity for different currency designs that, working alongside the dominant currency system, can address a much greater range of today's vital needs. (Lietaer & Belgin, 2012: 145)

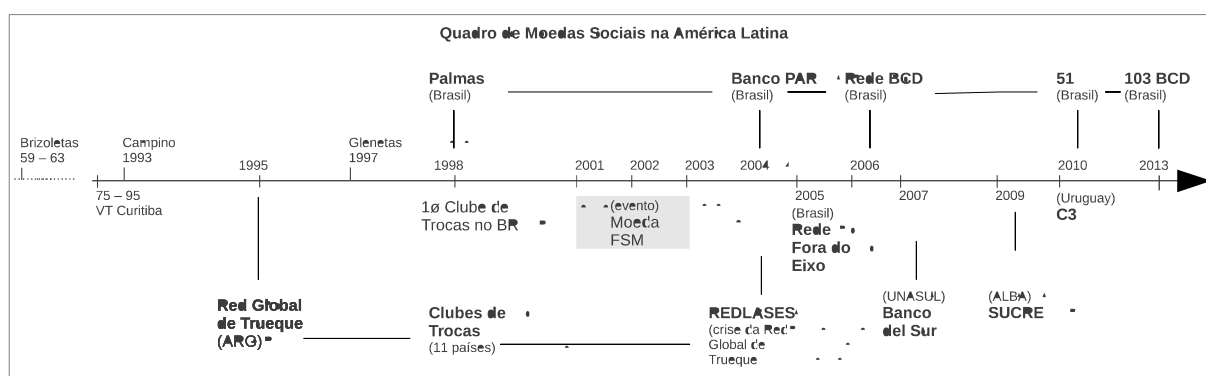
Presenciamos, conforme aponta Davis (1995) uma transformação do instrumento monetário que não acontecia a cinco milhares de anos. A *moeda-informação* possibilitou não só o crescimento exponencial do sistema financeiro tal como o conhecemos, mas também a sua contextação e quebra de hegemonia. Retirando-lhe a máscara de ouro, a *moeda* passa a ser vista novamente como um mero instrumento para facilitar as trocas. As constantes crises do sistema econômico e financeiro, por sua vez, levam teóricos e coletivos sociais a questionarem as lógicas do sistema.

Porém, a hegemonia de uma moeda única (com juros que estimulam a avareza e a concorrência) transformou o homem em *homo-oeconomicus*, num sistema capitalista estimulado pelo consumo e pela criação da moeda através de dívidas (moeda fiat), poucos ousam questionar as bases que estruturam tudo isto; e a moeda tornou-se um não-tema na teoria econômica.

Porém, a quase 20 anos cidadãos argentinos sentiram a necessidade de inventar *bonus* que pudessem ser utilizados como uma moeda complementar ao sistema financeiro *tradicional*, pois esse não respondia às suas necessidades num momento de crise profunda naquele país. À quinze o Conjunto Palmeiras não é mais reconhecido pela exclusão, mas sim pela inclusão socioproductiva de seus habitantes e por ser protagonista de um novo modelo de desenvolvimento territorial que vem ganhando forma em várias regiões do Brasil.

Ambos são protagonistas de um movimento que se espalhou pela América Latina, transformando-se no tempo e espaço conforme outros atores sociais entravam no jogo. A conquista do reconhecimento institucional deu visibilidade a estas alternativas econômicas, e no Brasil, por exemplo, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento passaram de apenas um para mais de cem em quinze anos. Ainda assim, é interessante perceber que esta institucionalização não significou a estagnação da criatividade no campo monetário, como bem comprovam as moedas do Fora do Eixo.

Olhando para o *Quadro de Moedas Sociais na América Latina*, construído a partir dos projetos estudados neste trabalho, percebemos a variedade de modelos, bem como as relações entre os diferentes projetos no tempo e espaço estudado;



Com recurso a este quadro, concluímos nossa pesquisa apontando as principais conclusões sobre o período estudado. Percebemos que as primeiras experiências, impulsionadas pelos poderes públicos locais (Campino, Brizoletas e Glenetas), tendo sido duramente reprimidas pelo poder central, não voltaram a aparecer em outros momentos/locais. Olhar para estas experiências, bem como buscar sentido para elas no cenário em que vivemos atualmente pode ser uma das formas de recontextualizar as relações poder público – sociedade à nível local.

Outra questão a ser levantada é a respeito da formação de redes alargadas – como foi o caso da Argentina – através do uso de moedas sociais locais, regionais e nacionais, de maneira a aumentar o impacto e a visibilidade destes projetos.

6.1 Implicações pessoais e projetos futuros

Durante o tempo de realização deste trabalho, o mesmo foi debatido em partes com diferentes públicos e portanto, com focos de interesse diferenciados. Da mesma forma que a minha própria vivência com moedas complementares também acontecia, sensibilizando-me ao tema.

O conceito de 'pesquisador militante', por nós entendido como aquele *que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo*, pode parecer chocante – praticamente um oxímoro – para muitos. Porém, aqui estamos defendendo apenas que o tema não deve ser enterrado, e sim cada vez mais discutido, sobretudo diante de tantos casos de pesquisadores que na prática acumulam diferentes papéis. Isso significa que o trabalho de pesquisa não deve ser previamente invalidado caso seu autor também acumule militância no campo pesquisado. É muito provável que ele tenha optado por fazer pesquisa em ciências sociais sobre determinado tema justamente porque sua trajetória de vida (e de militância) o levou a se interessar em descrever e analisar de modo crítico a realidade em que estava ou está envolvido, sistematizando fatos, comportamentos, ideias, e estabelecendo possíveis conexões, tipologias, modelos. (Hespanha & Santos (orgs): 2011: 44)

Os benefícios que as moedas complementares trouxeram para a minha experiência pessoal – com os vales-transportes em Curitiba, o SEL na França, as moedas no FSM, o Brixton Pounds em Londres – me aproximaram do meu objeto de pesquisa ao mesmo tempo que o distanciamento geográfico e temporal me distanciava dele. A descoberta de que os VT's da minha juventude em Curitiba eram, ao final, o próprio objeto de estudos que eu havia escolhido me mostrou o quanto o

tema é *invisível*. Mesmo tendo ativamente participado dele, muitos desconhecem o que ocorreu na *teoria econômica* daquele momento. Assim, percebo que a necessidade de debatermos a economia e as formas de desenvolvimento é tão eminente quanto a própria necessidade de viver esta outra economia que *acontece*.

(...) a revolução que se impõe ultrapassa de longe tudo o que se entende por esse termo: trata-se ao mesmo tempo de “mudar de vida” e de “transformar o mundo”, de revolucionar o indivíduo e de unir a humanidade, de realizar uma metamicromegassociedade que se articule desde a relação interpessoal até à ordem mundial. Mas, ao mesmo tempo, nós sentimos que a possibilidade está aberta. A presença multiforme da necessidade de ultrapassamento é sensível em toda a parte, é possível um novo desenvolvimento da consciencia, e sabemos que o gênio da organização é capaz das obras mais prodigiosas. Sabemos que a desordem, a crise, ao mesmo tempo que trazem os riscos da regressão, constituem as condições de progressão. (Morin: 1975, 188)

Meu encantamento pelo tema e pelas possibilidades de descobrir novos *designs* monetários, bem como meu ativismo na área de comunicação colaborativa em redes me fazem desejar dar continuidade a esta pesquisa. Minha ideia é realizar um projeto de vídeo para a difusão de informações a respeito das moedas complementares de diferentes regiões do mundo, através do mídia ativismo localmente organizado.

O exemplo recente das ações da *Mídia Nínja*⁶² durante as manifestações de junho no Brasil são resultado de ações já postas em prática desde o FSM de 2001 por movimentos que buscam difundir a comunicação colaborativa⁶³, ou seja, àquela realizada pelos próprios agentes sociais concernidos nos acontecimentos. Emponderar os cidadãos com ferramentas de comunicação e assim, difundir o que é *invisível* para a mídia hegemônica é uma das formas de evidenciar um mundo que existe fora do *mainstream* (tanto econômico quanto midiático).

62 A *Mídia NINJA* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) surgiu durante as manifestações de junho no Brasil. Indivíduos com equipamentos de vídeo (um telefone, uma câmera profissional ou não) passaram a mostrar o que realmente acontecia nas ruas durante aqueles momentos de explosão do movimento social reivindicatório nas ruas do país. Uma enorme quantidade de imagens *distorcidas* pelos meios de comunicação *tradicional* eram rapidamente contestadas por imagens destes sujeitos locais, conectados através das redes sociais (reais e pela internet). O debate ultrapassou a própria narrativa que estes agentes contaram, e voltaram-se para a própria questão da produção e reprodução de conteúdo.

63 A *respeito* deste tema, ver, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela CIRANDA nos Fóruns Sociais Mundiais desde 2001. www.ciranda.net

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, Perry (1995), "Balanço do neoliberalismo", em Sader, Emir & Pablo Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Anon. (2006) *Documento base apresentado na I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Economia Solidária, Brasília, Sem Editora.*

Anon. (2010) "Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável", documento base apresentado na II Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Economia Solidária, Brasília, Sem Editora.

Anon. (2010), *Banco Palmas – 100 perguntas mais frequentes*, Fortaleza, Sem editora.

Arnsperger, Christina (2006), *L'économie, c'est nous – pour un savoir citoyen*, Paris, Edition Eres.

Arruda, Marcos (2006), *Tornar real o possível – A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Batista Jr, Paulo Nogueira (2002), "Argentina: uma crise paradigmática", *Revista Estudos Avançados*, (online), 16 (44). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100006&script=sci_arttext

Binswanger, Hans Christoph (2011), *Dinheiro e magia*, Rio de Janeiro, Zahar.

Blanc, Jérôme (2000), *Les monnaies parallèles: unité et diversité du fait monétaire*, France, Collection Economiques, L'Harmattan.

Blanc, Jérôme (2010), em Keith Hart and Jean-Louis Laville (orgs.), *The Human Economy*. Cambridge, Polity Press.

Blanc, Jérôme (s/d), *Monedas paralelas. Evaluación y teorías del fenómeno*. Trabalho publicado pela Revista Argentina Lote (tradução de ensaio elaborado em Janeiro de 1998).

Blanc, Jérôme & Marie Fare (2010), "Les monnaies sociales en tant que dispositifs innovants: une évaluation", comunicação apresentada no *Xe Rencontre du réseau inter-universitaire de l'économie sociale et solidaire pour un autre modèle de société*, 17 de Setembro de 2010, Luxembourg.

Bourdieu, Pierre (1999) (org) *A miséria do mundo*, Petropolis, Vozes.

Bourdieu, Pierre (2006), *As estruturas sociais da economia*. Portugal: Coleção Campo das Ciências.

Braudel, Fernand (2008) (1ed 1985), *La dynamique du capitalisme*. Paris, Éditions Flammarion.

Canclini, Néstor García (2003), *A Globalização Imaginada*, São Paulo, Iluminuras.

Castells, Manuel (2005), *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Brasil, Imprensa Nacional: Casa da Moeda.

CEPAL (1990), *Transformación productiva com equidad*, Santiago, Sem Editora.

Davies, Glynn (1994), *A History of Money from Ancient Times to the Present Day*. Cardiff, University of Wales Press.

Defourny, J. & L. Favreau & Jean-Louis Laville (1998) (orgs.) *Insertion et nouvelle économie sociale: un bilan international*, Paris, Desclée de Brouwer.

- Derudder, Philippe (2005), *Rendre la création monétaire à la société civile: vers une économie au service de l'homme et de la planète*. France, Éditions Yves Michel.
- Develtere, P. et al (2000) (orgs.), *Orígenes y contornos de la economía social en el Norte y en el Sur*, Liège, OIT/STEP.
- Dirk Helbing (2012), "Rethinking Economics Based on Complexity Theory", comunicação apresentada no Latsis Symposium – Economics on the Move (online), Zurich. Disponível em: <http://www.multimedia.ethz.ch> ou <http://www.youtube.com/watch?v=6fzpJNKiYq0>
- Dowbor, Ladislau (1982), *A formação do capitalismo dependente no Brasil*, São Paulo, Brasiliense.
- Dowbor, Ladislau (2006), *A formação do 3º Mundo*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- Dowbor, Ladislau & Samuel Kilsztajn (2001) (orgs.), *Economia Social no Brasil*, São Paulo: Editora SENAC SP.
- Echaudemaison, Claude-Danièle (1996) (org.), *Les grands textes de l'économie et de la sociologie*, France, Editions Nathan.
- Fisher, Irving (1931), *The Purchasing power of money: reprints of economic classics*, New York, Macmillan.
- França Filho, Genauto Carvalho de & Jean-Louis Laville (2004), *A economia Solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Freire, Marusa Vasconcelos (2011), *Moedas Sociais: Contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil*, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direito, Brasília, UnB (Universidade de Brasília).
- Freire, Paulo (1996), *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra (Coleção Leitura).
- Furtado, Celso (1961), *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1998), *O capitalismo global*, São Paulo, Paz e Terra.
- Galeano, Eduardo (2009), *Las venas abiertas de América Latina*, Montevideo, Imprenta Rosgal.
- Gouveia, Pedro Miguel Luz (2009), *Municípios, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: caminho possível para 'outro' desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado em Economia Social e Solidária, Lisboa, ISCTE.
- Hespanha, Pedro e Aline Mendonça dos Santos et al (2011) (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*, Coimbra, Almedina.
- Huberman, Leo (2011), *História da Riqueza do Homem*, Rio de Janeiro, LTC.
- Kern, Ib (2007), *Não há anjos no poder: Histórias vivas de um repórter (nos tempos de Borges de Medeiros, Getúlio, Jango, Jânio, Brizola, da Carta Brandi, dos generais e da vida na Moscou Soviética)*, Porto Alegre, AGE.
- Keynes, John Maynard (1982), *A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, São Paulo, Atlas.
- Keynes, John Maynard (2009), *Sur la monnaie et l'économie*, Paris, Éditions Payot.
- Klein, Naomi (2001), *No logo: la tyrannie des marques*. France, Leméac Éditeur Inc.
- Laville, Jean-Louis et al (2009) (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Série Políticas Sociais.

Lietaer, Bernard (2001), *The Future of Money: creating new wealth, work and a wiser world*, London, Century.

Lietaer, Bernard (2011), *Au cour de la monnaie: systèmes monétaires, inconscient collectif, archétypes et tabous*. France, Éditions Yves Michel.

Lietaer, Bernard and Christian Arnspenger, Sally Goerner and Stefan Brunnhuber (2012), *Money and Sustainability – the missing link*. Report from the Club of Rome – EU Chapter to *Finance Watch and the World Business Academy*, United Kingdom, Triarchy Press.

Lietaer, Bernard and Stephen Belgin (2012), *New Money for a New World*, USA, Qiterra Press.

Lietaer, Bernard and STRO (Social Trade Organization) (2013), *Commercial Credit Circuit (C3) - A Financial Innovation to Structurally Address Unemployment*, (online). Disponível em: http://www.lietaer.com/images/C3_BAL_diagram.pdf

Lietaer, Bernard, Robert Ulanowicz and Sally Goerner (2009), *Options for Managing a Systemic Bank Crisis*, (online), 2 (1). Disponível em: <http://sapiens.revues.org/747>

Mance, Euclides André (2002), *Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

Mance, Euclides André (2008), *Constelação Solidarius*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.

Mander, Jerry and Edward Goldsmith et al (1996) (orgs.), *Economia Global Economia Local – a controvérsia*, Lisboa, Piaget.

Martins, Guilherme de Oliveira (2007), *Que complexidade hoje*. em: Edgar Morin and Jean-Louis Le Moigne (orgs), *Inteligência da Complexidade: Epistemologia e Pragmática*. France, Éditions de l'Aube.

Mauss, Marcel (1950), *Ensaio sobre a dádiva*, Presses Universitaires de France, tradução: António Filipe Marques, Lisboa, Edições 70.

Melo Neto Segundo, João Joaquim and Sandra Magalhães (2003), *PLIES Plano Local de Investimento Estratégico – uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda*, Fortaleza, Sem editora.

Melo Neto Segundo, João Joaquim and Sandra Magalhães (2005a), *Banco Comunitário e Cooperativa de Crédito – uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia*, Fortaleza, Sem editora.

Melo Neto Segundo, João Joaquim and Sandra Magalhães (2008), *Bairros Pobres Ricas Soluções – Banco Palmas ponto a ponto*, Fortaleza, Sem editora.

Melo Neto, João Joaquim and Sandra Magalhães (2005), *O poder do Circulante Local – a moeda social no Conjunto Palmeira*, Fortaleza, Sem editora.

Melo Neto, João Joaquim and Sandra Magalhães (2006), *Bancos Comunitários de Desenvolvimento – uma rede sob controle da comunidade*, Fortaleza, Sem editora.

Morin, Edgar (1975) *O Paradigma Perdido: A Natureza Humana*. Sintra, Publicações Europa-América.

Morin, Edgar and Bocchi Gianluca (1990), *Os problemas do fim de século*. Porgugal, Editorial Noticias.

Morin, Edgar and Jean-Louis Le Moigne et all (2007) (orgs.) *Inteligência da Complexidade – Epistemologia e Prática*, Liboa, Piaget.

New Economics Foundation (2000) *Prove It!: Measuring the Effect of Neighbourhood Renewal on Local People*, Groundwork, NEF, London.

Polanyi, Karl (1957), *The great transformation*. Boston, Beacon Press.

Polanyi, Karl (1980), *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda.

Primavera, Heloísa (2002), “Redes de trueque en América latina: ¿quo vadis?”, *Revista Crítica del Presente* (online), 7. Disponível em: <http://www.nodulo.org/ec/2002/n007p04.htm>

Primavera, Heloísa (2002), *Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque*, (online) Disponível em: <http://redlases.wordpress.com/archivos/>

Primavera, Heloísa (2003), *Redes de troca, moeda social e Economia Solidária na Argentina: o novo e o velho*, (online) Disponível em: <http://redlases.wordpress.com/archivos/>

Primavera, Heloísa (2004) *Todo/nada, siempre/nunca, distinto/igual : participación ciudadana y nuevas redes sociales*. (online). Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd29/primaverah.pdf>

Primavera, Heloísa (2006), *Finanças solidárias e moedas sociais: Entrevista especial com Heloísa Primavera*. (online). Disponível em: http://redlases.files.wordpress.com/2008/02/pt2006_unisinos_entrevistayc_hp.pdf

Primavera, Heloísa (2007), *Complementary Currencies Systems, barter clubs and democracy. Lessons from Argentina and Brazil*. (online) Disponível em: <http://redlases.wordpress.com/archivos/>

Primavera, Heloísa (2012), “ Building citizenship with complementary currencies. Contribution toward Tunisia without poverty and inequality”, (online). Disponível em <http://zen-solutions.net/beta/aid.tn.portal.backend/index.php/fr/2012-12-14-15-33-30/leforum/2012-11-29-08-54-28/2012-11-29-09-22-19?showall=&start=1>

Primavera, Heloísa (2012a) “ Building citizenship with complementary currencies. Contribution toward Tunisia without poverty and inequality”, comunicação apresentada no Forum Social Mundial na Tunísia, Novembro de 2012. Disponível em: <http://zen-solutions.net/beta/aid.tn.portal.backend/index.php/fr/2012-12-14-15-33-30/leforum/2012-11-29-08-54-28/2012-11-29-09-22-19?showall=&limitstart=>

Primavera, Heloísa *et al* (2002), *Onde está o dinheiro?*, Porto Alegre, Dacasa Editora.

Rigo, A. S. & Jeová Torres (2012), “O desafio do uso de moedas sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) no Brasil: um Estudo de Caso do Banco Palmas”, comunicação apresentada no VI ENAPEGS (*Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*), realizada pela PUC SP, 21 a 23 de Maio de 2012, São Paulo.

Sachy, Marco (2013), “The New Frontier in Payment Systems: Virtual Currency Schemes, the C3 Uruguay case and the Potential Impact on SSE” (online) comunicação apresentada na *International Conference on potential and limits of Social and Solidarity Economy*, realizado pela UNRISD, NGLS e parceiros, Maio de 2013, Geneva. Disponível em [http://www.unrisd.org/80256B42004CCC77/%28httpInfoFiles%29/B4D3C2960C781DC5C1257B7400319136/\\$file/Sachy.pdf](http://www.unrisd.org/80256B42004CCC77/%28httpInfoFiles%29/B4D3C2960C781DC5C1257B7400319136/$file/Sachy.pdf)

Santos, Boaventura de Souza e Maria Paula Menezes (2010) (orgs), *Epistemologias do Sul*, Portugal, Edições Almedina.

Schwambach, Roberta (2012) “Uma nova engenharia monetária desde o Sul: Banco Palmas e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil”, *Revista de Economia Solidária ACEESA*, 5, pp.121-154.

Singer, Paul (2000), *Para entender o mundo financeiro*, São Paulo, Contexto.

Singer, Paul (2003), “Desenvolvendo Confiança e Solidariedade: as instituições necessárias”, comunicação apresentada no *Ciclo de Seminários 2003: Brasil em desenvolvimento*, organizado pela UFRJ & CEPAL, Rio de Janeiro.

Singer, Paul (2009), *Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego*. Brasília, Edições Ipea.

Souza, André Ricardo, Gabriela Cavalcanti Cunha and Regina Yoneko Dakuzaku (2003) (orgs.), *Uma outra economia é possível – Paul Singer e a Economia Solidária*, São Paulo, Editora Contexto.

Touraine, Alain (2005), *Um novo paradigma – para compreender o mundo de hoje*, Lisboa, Piaget.

Toussaint, Eric (2005), *Your money [or] your life – the tyranny of global finance*, Chicago, Haymarket Books.

Toussaint, Eric (2008), *El Banco del Sur: y la nueva crisis internacional*. Espanha, Ediciones de Intervención Cultural/El Viejo Topo.

Viveret, Patrick (2010a), *Reconsiderer la richesse*. France, Éditions de l'aube.

Viveret, Patrick and Edgar Morin (2010), *Comment vivre en temps de crise?* Montrouge, France, Bayard Éditions.

ANEXOS

ANEXO 01 – DESEMPREGO NA ARGENTINA

Porcentaje de hogares y personas por debajo de la línea de pobreza en el aglomerado GBA, desde mayo 1988 en adelante

Fecha de relevamiento (1)	Aglomerado Gran Buenos Aires		Ciudad de Buenos Aires		Partidos del Conurbano		GBA1		GBA2	
	Hogares	Personas	Hogares	Personas	Hogares	Personas	Hogares	Personas	Hogares	Personas
May-88	22,5	29,8	9,9	12,7	29,4	37,0	21,5	27,0	38,2	46,4
Oct- 88	24,1	32,3	10,3	13,3	30,9	39,3	22,8	29,8	39,8	48,6
May-89	19,7	25,9	9,2	11,2	24,9	31,6	17,5	23,2	32,5	39,3
Oct- 89	38,2	47,3	18,3	22,5	47,8	56,4	39,8	47,5	56,0	64,2
May-90	33,6	42,5	15,9	20,8	42,7	50,9	37,2	44,3	48,0	56,5
Oct-90	25,3	33,7	8,9	13,1	33,6	41,6	26,8	33,7	39,9	48,0
05/91	21,9	28,9	9,2	11,7	28,2	35,2	22,9	28,5	33,1	40,7
10/91	16,2	21,5	6,8	8,1	21,1	26,4	17,0	21,5	25,2	30,7
05/92	15,1	19,3	6,6	8,1	19,4	23,4	15,5	19,0	23,0	26,9
10/92	13,5	17,8	4,9	5,6	17,9	22,3	15,5	18,6	20,3	25,5
05/93	13,6	17,7	4,7	5,4	17,7	22,0	14,3	17,6	21,4	26,2
10/93	13,0	16,8	5,2	6,2	16,6	20,4	11,8	14,3	21,6	26,2
05/94	11,9	16,1	5,1	6,4	15,1	19,5	10,9	14,2	19,5	24,3
10/94	14,2	19,0	5,4	6,7	18,2	23,0	13,0	16,3	23,7	29,1
05/95	16,3	22,2	5,9	7,4	21,0	27,0	17,1	21,1	24,8	32,0
10/95	18,2	24,8	5,8	8,0	23,9	30,5	16,4	20,9	31,0	38,1
05/96	19,6	26,7	7,1	9,1	25,3	32,7	18,8	24,1	31,8	40,1
10/96	20,1	27,9	5,8	7,5	26,6	34,8	19,9	26,0	33,5	42,4
05/97	18,8	26,3	5,0	6,8	24,8	32,7	17,3	23,1	32,7	41,3
10/97	19,0	26,0	5,3	7,5	25,0	32,0	18,0	23,0	31,6	39,4
05/98	17,7	24,3	4,4	6,2	23,7	30,3	16,8	21,7	30,5	37,5
10/98	18,2	25,9	4,4	5,9	24,5	32,4	18,2	24,6	30,6	39,1
05/99	19,1	27,1	5,5	8,8	25,1	33,0	19,4	26,5	30,6	38,5
10/99	18,9	26,7	5,5	8,3	24,7	32,5	17,1	23,2	32,2	40,2
05/00	21,1	29,7	7,2	10,3	26,8	35,7	19,3	26,2	34,4	44,0
10/00	20,8	28,9	6,1	9,5	26,9	35,0	19,0	25,1	34,7	43,2
05/01	23,5	32,7	8,2	10,9	29,9	39,4	20,0	27,9	39,4	48,9
10/01	25,5	35,4	6,3	9,8	33,3	43,2	24,5	33,2	41,7	51,7
05/02	37,7	49,7	13,4	19,8	48,1	59,2	36,8	47,8	58,6	68,4
10/02	42,3	54,3	14,6	21,2	53,5	64,4	41,2	51,7	64,7	74,4
05/03	39,4	51,7	14,3	21,7	50,5	61,3	38,0	48,0	61,6	71,3

Fuente: EPH

(1) El período de referencia de los ingresos corresponde al mes calendario completo anterior al mes de la onda.

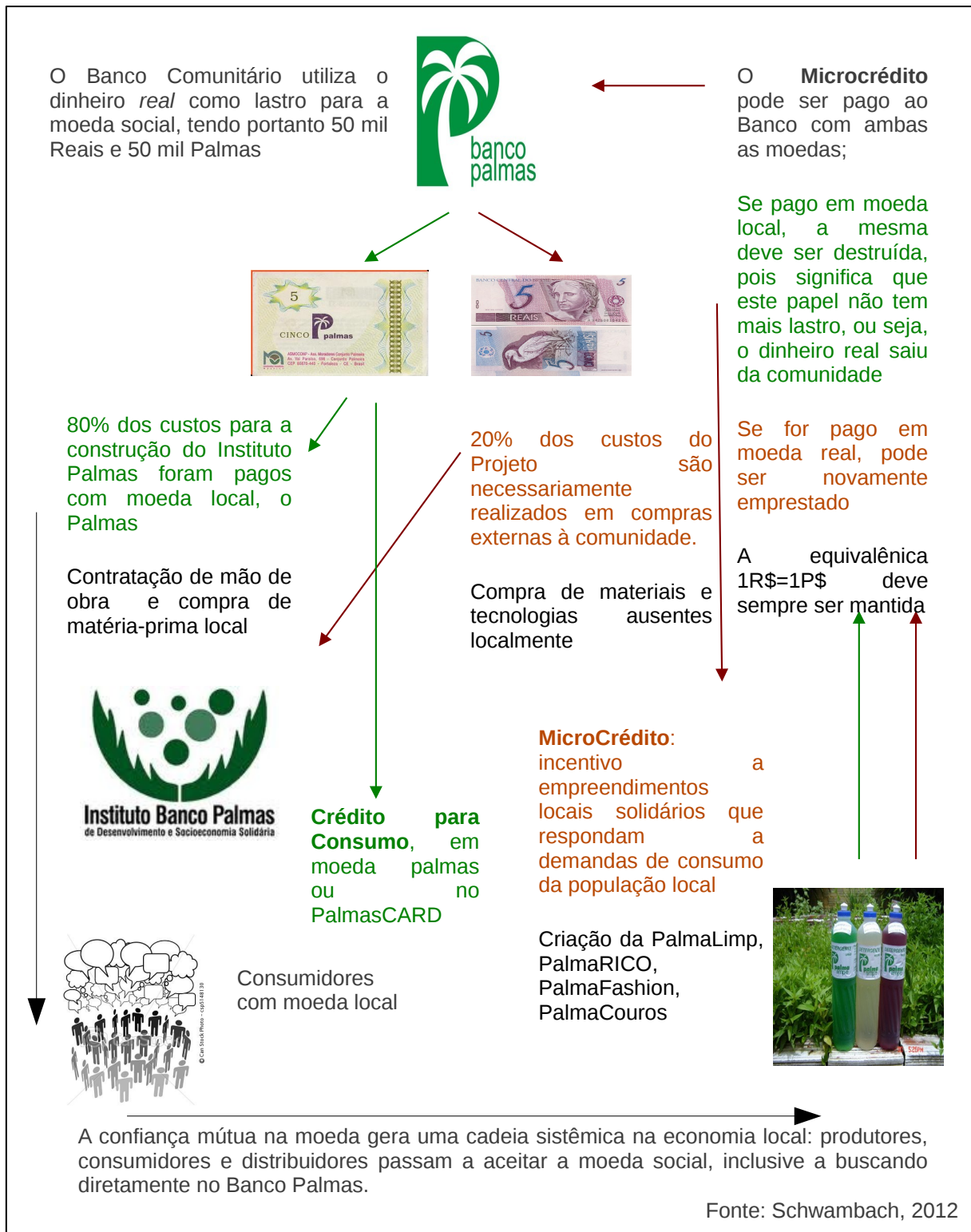
Por ejemplo: en la onda de mayo 2003 los ingresos están referidos a abril 2003.

Nota: El universo sobre el que se efectúan las estimaciones es el de aquellos hogares en los cuales todos los perceptores declararon todas sus fuentes de ingreso, incluidos aquellos que respondieron no haber tenido ingresos en el período de referencia. En mayo 2003 estos hogares representaron el 84% del total y corresponden al 84% de las personas.

GBA1: primer cordón de los partidos del Conurbano. Comprende Avellaneda, General San Martín, Lanús, Lomas de Zamora, Morón (dividido en Morón, Hurlingham e Ituzaingó), Quilmes, San Isidro, Tres de Febrero y Vicente López

GBA2: segundo cordón de partidos del Conurbano. Comprende Almirante Brown, Berazategui, Esteban Echeverría (dividido en Esteban Echeverría y Ezeiza), Gral Sarmiento (dividido en Jose C. Paz, Malvinas Argentinas y San Miguel), Florencio Varela, La Matanza, Merlo,

ANEXO 02 – O PROJETO FOMENTO GRAFICAMENTE



ANEXO 03 – METODOLOGIA DO PLIES

Metodologia para a formulação do Plano Local de Investimento Estratégico		
	Passos Metodológicos	Atividades
F A S E I	Definição de uma equipe de coordenação	Discussão com as lideranças locais para definir a composição da equipe
	Instalação do suporte operacional	Organização de uma sala equipada com telefone, internet, computador, e todo o material necessário para o trabalho dos consultores
	Sistematização da documentação existente	Equipe técnica organiza um book com os estudos, indicadores socioeconômicos, programas e projetos governamentais, bibliografias, publicações existentes sobre o bairro para serem colocados a disposição dos consultores
	Instalação da equipe de consultores	Contratação dos consultores, peritos em desenvolvimento local, nas áreas estratégicas especificadas para elaboração dos programas e projetos do PLIES
	Solenidade de lançamento do PLIES	Encontro com todos os parceiros e a comunidade para o lançamento do PLIES
F A S E II	Reunião de apresentação e nivelamento entre os consultores	Preparação de uma reunião entre todos os consultores e a coordenação técnica para nivelamento das informações e montagem de uma estratégia comum
	Realização de seminários temáticos com a comunidade	Organização de seminários nas diversas áreas temáticas do Plano para ouvir sugestões e diagnóstico da comunidade
F A S E III	Elaboração dos projetos técnicos	Monitoramento e suporte técnico a equipe de consultores para elaboração dos projetos técnicos
	Reuniões de monitoramento	Reuniões semanais de monitoramento com a equipe de coordenação e a equipe de consultores
	Entrega da primeira versão dos projetos	A coordenação técnica recebe a primeira versão dos projetos para preparação dos seminários de validação
	Compatibilização da matriz de projetos com o poder público	Visitas dos consultores a instituições públicas municipais, estaduais e federais. Seminário para compatibilizar matrizes de projetos
F. IV	Realização de seminários de validação do plano	Divulgação, organização e realização de seminários temáticos com a comunidade. Discussão e aprovação dos projetos
F A S E	Reformulação e finalização dos projetos	Apoio e suporte técnico para os consultores na finalização dos projetos
	Entrega da versão final dos projetos	Equipe de coordenação recebe os projetos finalizados de cada consultor
V	Produção do Relatório Final	Organização de um relatório com a carteira de projetos sistematizada
F A S E VI	Elaborar o Sumário do Projeto	Elaboração de uma ficha resumo de cada projeto, contendo as informações básicas
	Seminário de Restituição	Divulgação, organização e realização de um seminário, com a participação da comunidade e do poder público e agências de fomento e de cooperação para apresentação e entrega final do Plano
	Avaliação final	Avaliação do PLIES realizada com a equipe de consultores, a comunidade e outros parceiros envolvidos
	Publicação dos resultados	Organização e publicação de um relatório contendo todo o resultado do trabalho

Adaptado de: Melo Neto & Magalhães, 2003: 29 - 32

ANEXO 04 – PLIES DO CONJUNTO PALMEIRAS

Projetos aprovados no PLIES Conjunto Palmeira				
Projetos Estruturantes	Resumo dos Projetos	Empregos diretos gerados		Valor inicial do investimento (R\$)
		1 ano	2 ano	
PALMAS para o Catador	Consiste em organizar catadores do bairro para recolherem o lixo separado nas casas. Cada catador se encarrega de um quarteirão e as famílias entregam o lixo que é vendido diretamente a fábrica	90	10	60.000,00
PalmaRES	Consiste na plantação de hortaliças em trinta ares (30m ²) de terra. Plantação de tomate, alface, rúcula, coentro, cebolinha. Plantação nos quintais e em terrenos vazios	60	20	18.000,00
Palma EXPORT	- Produção de Calças em Jeans e Brim - Implantação de uma Cooperativa de Produção no Conjunto Palmeiras - Implantação de um Centro de Treinamento - Implantação de cinco Núcleos de Produção	300	200	470.000,00
PalmaTUR	Consiste na criação de uma Agência de Turismo Solidario no Conjunto Palmeiras. A Agência tem como vocação pacotes turísticos para mostrar as experiências de Economia Solidária do Banco Palmas e outras semelhantes existentes no Ceará. Ao mesmo tempo em que explora de forma sustentável nossas praias, serra e sertão.	15	5	70.000,00
Ampliação da Incubadora Feminina	Trata-se de um projeto de ampliação do trabalho da Incubadora Feminina já desenvolvido pelo Banco Palmas. A Incubadora é voltada para recuperação de mulheres em situação de risco. O Projeto objetiva ampliar em 240m ² o galpão de atendimento das mulheres. A Incubadora garante o atendimento médico, psicológico, habilitação profissional, e microcrédito. A Incubadora vai criar uma Cooperativa de Asseio e Manutenção de Ambientes em 2003.	20	40	60.000,00
Consórcio entre famílias	Consiste em um Fundo de Crédito para apoiar consórcios de dez ou mais famílias (que tenham renda mensal de até um salário mínimo) reunidas para produzir ou comercializar um mesmo produto, formando um arranjo produtivo local. A estratégia objetiva dar maior sustentabilidade aos negócios e uma escala maior de produção	100	100	80.000,00
Arte e Cultura de Todo Dia	Consiste na revitalização do Centro Cultural do Conjunto Palmeira promovendo shows culturais no Bairro, Feiras Mix, Cursos e Oficinas	15	15	60.000,00
Palmassa	Consiste na construção de uma pequena indústria de massas (biscoito, macarrão e pães) destinado ao mercado local	10	5	50.000,00
PalmaLimpe	Ampliação da empresa de material de limpeza PalmaLimpe. O projeto objetiva dobrar a capacidade de produção da empresa	10	5	10.000,00
Caixas Recicláveis	Esse projeto consiste em criar uma pequena empresa de caixas de papelão reciclado. Essa empresa vai prioritariamente vender para a PalmaLimpe, remontando a cadeia produtiva local do material de limpeza	8	5	7.000,00
Essências Naturais	Consiste na criação de uma empresa que vai transformar plantas medicinais (hortelã, eucalipto e outros) em essências a serem utilizadas para fabricação de material de limpeza	6	3	4.000,00

Programa de Revitalização dos Negócios do Conjunto Palmeira	Consiste na criação de uma Associação dos Comerciantes e Produtores do Bairro. Capacitação empresarial. Promoção da Cultura da Cooperação e reforço institucional para o Bairro (correios, bancos, casas lotéricas...)	5	30	50.000,00
Sistema Solidário de Compras	Venda de cestas básicas nas mercearias, Cooperativa de Consumidores, construção de um Centro de Armazenagem	15	75	271.920,43
Fortalecimento do Mercado Informal	Feira anual, participação em feiras municipais/Bairros, "Dia do Barato"	60	20	163.000,00
Captação de Recursos para Microcrédito	Criação da OSCIP Banco Palmas, Cooperativa de Crédito, Sistema Contábil informatizado	400	1050	431.666,00
Desenvolvimento Local e Sustentável nas Escolas	Consiste em incluir nos currículos escolares o tema do Desenvolvimento Local Sustentável, capacitando professores e alunos para as ferramentas do DLIS e Economia Solidária	8	5	36.000,00
Educando para a Economia Solidária	Consiste em um curso de longa duração para sensibilizar e capacitar os moradores do Bairro para as práticas de Economia Solidária, Consciência Ambiental e Cidadania	5	5	30.000,00
PalmaCOM – Pólo de Comunicação	Jornal, Portal, Ilha Digital, Gráfica Rápida, Oficina de Serigrafia	15	30	122.920,00
Adaptado de: Melo Neto & Magalhães, 2003: 70-75				

ANEXO 05 – PARCEIROS DO BANCO PALMAS E INSTITUTO BANCO PALMAS

Parceiros do Banco Palmas			
Instituições	Ação Desenvolvida (função)	Quando e como se iniciou	Termos da parceria
GOVERNAMENTAIS			
Secretaria de Trabalho e Ação Social – Governo do Estado	Através do Plano Estadual de Qualificação, financia capacitação profissional para os empreendedores do bairro	A ação iniciou em outubro de 2001, através de um pequeno curso sobre economia solidária e no ano seguinte foram desenvolvidos outros treinamentos	O Banco Palmas concorre a um edital de projetos e posteriormente é assinado um convênio. Através destes recursos são repassados para o Banco
Fundação da Criança e da Família Cidadã – Prefeitura de Fortaleza	Garante alimentação e acompanhamento social para as mulheres do programa Incubadora Feminina, desenvolvido pelo Banco Palmas	A parceria começou em abril de 2002, através de audiências marcadas com o Prefeito de Fortaleza e a presidente da Fundação	Existe um convênio assinado que garante o repasse de recursos e disponibiliza profissionais do município para atuarem na Incubadora
Serviço Nacional de Empregos (SINE)	Instalou dentro do Banco Palmas um Balcão de Empregos, conectando a oferta de empregos das empresas do mercado formal. Diariamente os desempregados que procuram o Balcão são encaminhados para o mercado de trabalho	A ação iniciou em 1999 a partir de uma reunião com o presidente do SINE-CE	Existe um convênio assinado entre a Associação de Moradores e o SINE assegurando ao primeiro a obrigação de conceder o espaço de atendimento e ao segundo garantir os recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento do Balcão
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)	Oferece capacitação profissional e gerenciamento empresarial para os empreendimentos financiados pelo Banco Palmas	A parceria teve início em março de 1999 a partir de reuniões com a diretoria do Instituto	Não existe nenhuma formalidade nesta parceria. A relação se dá de forma pontual e os acordos se fazem diante a necessidade do momento
Projeto PRORENDA/GTZ	Ajudou a estruturar a carteira do Banco Palmas. Ofereceu cursos de capacitação para a equipe de gestão do banco. Oportunizou uma melhor relação com o poder público local	A relação do projeto PRORENDA (GTZ) com a Associação dos Moradores é antiga. Começou no início dos anos 90 com a urbanização do bairro e estendeu-se até a criação do Banco Palmas	Existe um convênio assinado entre o Governo do Estado, GTZ e Associação de Moradores. Através deste convênio são realizadas todas as ações do PRORENDA na área, inclusive repasse de recursos financeiros. OBS.: O PRORENDA encerrou suas atividades em Fortaleza no ano de 2001
Programa Capacitação Solidária	Oferece capacitação em cidadania e economia solidária par aos jovens do Conjunto Palmeira	Início em 2002 através de um edital de projetos lançado pelo Programa. O Banco Palmas apresentou um projeto e foi aprovado	O Programa Capacitação Solidária realiza concurso de projetos para entidades capacitadoras em diversas temáticas. Quando os projetos são aprovados são assinados contratos de parceria que garantem o repasse de recursos para a Entidade

			Comunitária
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Oferece diversas assessorias através de seus núcleos de estudos e extensão universitária: -Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM - Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF -Curso de Economia Doméstica - Curso de Arquitetura e Urbanismo	A parceria é construída ao longo dos anos 90 por ocasião das lutas pela urbanização do bairro. Com o surgimento do Banco Palmas as relações se aproximam pela solicitação dos alunos em fazerem suas monografias e teses de mestrado e doutorado sobre o Banco Palmas	Existe uma informalidade nas relações. A universidade costumeiramente envia seus alunos e professores que fazem assessorias e acompanham os alunos em seus trabalhos acadêmicos sobre o Banco
NÃO GOVERNAMENTAIS			
Redes Cearense e Brasileira de Socioeconomia Solidária	O Banco Palmas participa das redes fazendo intercâmbios de informações, capacitações e metodologias, além de articular produtores e consumidores para as práticas de Economia Solidária	A relação com a Rede Brasileira e Cearense tem início em junho de 2001, momento em que o Banco Palmas participa do encontro de Mendes, no Rio de Janeiro, e é criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária	A participação nas redes é livre, ocorre geralmente através de um fórum eletrônico e reuniões presenciais locais e nacionais
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)	Oferece capacitação profissional e gerenciamento empresarial para os empreendimentos financiados pelo Banco Palmas	A parceria teve início em março de 1999 a partir de reuniões com a diretoria do Instituto	Não existe nenhuma formalidade nesta parceria. A relação se dá de forma pontual e os acordos se fazem diante a necessidade do momento
Serviço Brasileiro de Empresas (SEBRAE)	Assessora o Banco Palmas nas áreas de planejamento estratégico e gestão empresarial e apóia publicações, eventos e seminários organizados pelo Banco	Iniciou em abril de 1998, a partir de negociações realizadas diretamente com a presidência do SEBRAE-CE	Existe um acordo de parceria entre o SEBRAE e o Banco Palmas que descreve uma meta de ações a ser cumprida em três anos. O SEBRAE disponibiliza técnicos e recursos financeiros, quando necessários, para implementações das ações
Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Oferece capacitação nas áreas de cooperativismo e Economia Solidária	A parceria com a ADS iniciou através de uma solicitação do Banco Palmas para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desenvolver um curso de elevação de escolaridade no método Paulo Freire, oportunizando aos trabalhadores do bairro a receberem a certificação de estudos do ensino fundamental. Após este treinamento outros cursos e oficinas se sucederam	A relação com a ADS/CUT se dá de forma informal, planejando-se as capacitações e oficinas de acordo com as necessidades que vão surgindo

Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE	Parceria do Banco Palmas que financiou a compra das barracas para as feiras e assegurou três anos de funcionamento do projeto Incubadora Feminina, garantindo os recursos humanos e pedagógicos	Início desta parceria em maio de 2000 a partir da visita dos assessores do projeto do CESE ao Banco Palmas	Existe um contrato assinado entre as duas instituições que assegura o repasse dos recursos
OXFAM	Parceiro do Banco Palmas que colaborou com a carteira de crédito do Banco e tem apoiado todos os anos diversas atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas	A relação começou em junho de 1998 a partir de uma visita de Oxfam a sede do Banco	Existe um contrato assinado entre as duas instituições, renovado anualmente, que assegura o repasse de recursos financeiros
AGORA XXI	ONG local que oferece assessoria em Economia Solidária e gerenciamento Contábil	A relação com AGORA XXI é recente e data de março de 2001 quando a entidade surgiu. Vale a pena ressaltar que alguns membros da equipe do Banco Palmas também atuam em AGORA XXI	Relações de parceria informal e pontual de acordo com as necessidades do Banco
Associações Comunitárias e Comerciantes locais	Integram a rede local de economia solidária, produzindo e comercializando os produtos feitos no bairro	A parceria com as organizações e os comerciantes do bairro foi constituída ao longo dos anos, desde fevereiro de 1981 quando foi criada a Associação de Moradores	Os comerciantes do bairro são sócios da Associação e participam das lutas do bairro
FONTE: Melo, 2003: 9-12			

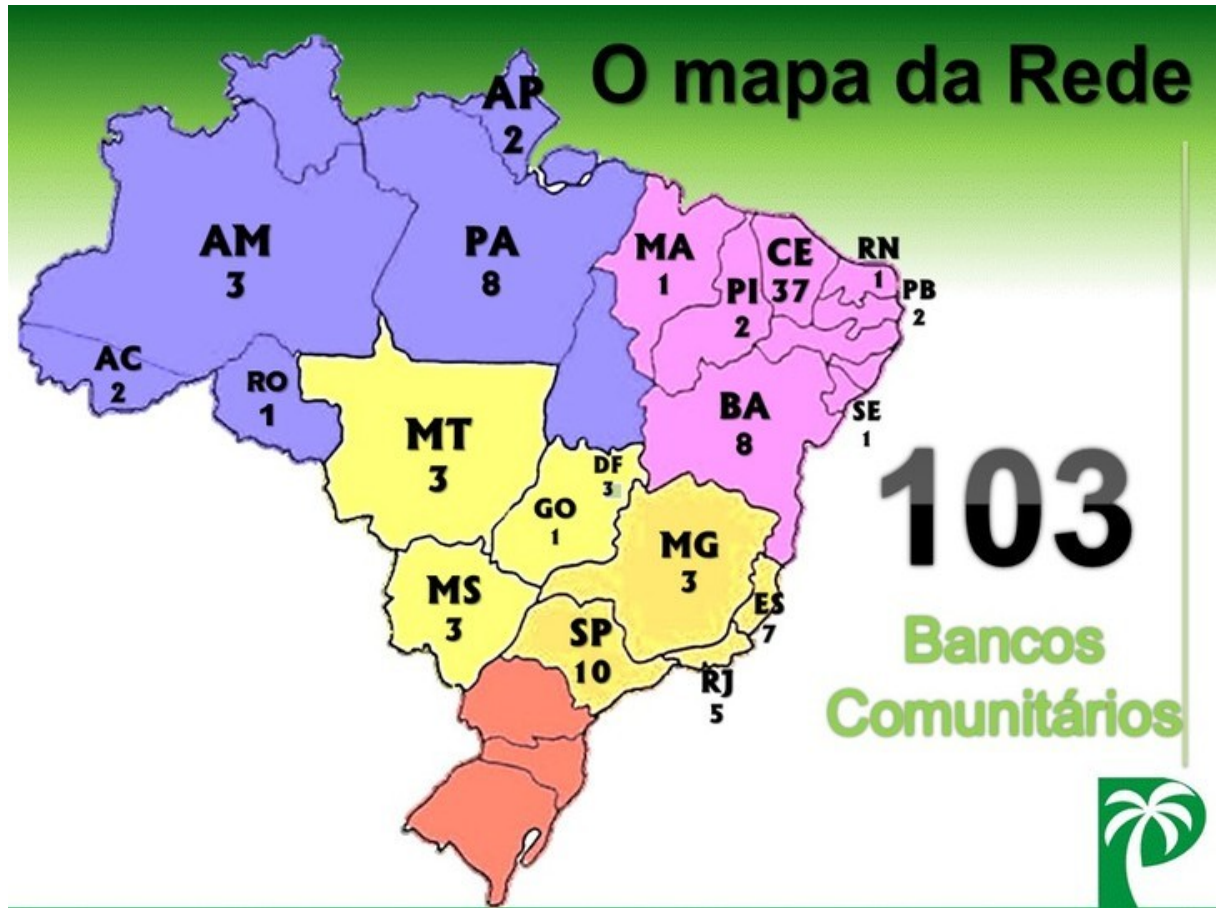
ANEXO 06 – ESTÁGIOS DE INCUBAÇÃO – INCUBADORA FEMININA DO BANCO PALMAS

Estágios de Incubação – Incubadora Feminina do Banco Palmas	
Estágio 1 3 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação balanceada e acompanhamento nutricional e controle de peso - Oficinas sobre cidadania, gênero, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, importância da alimentação equilibrada e hábitos alimentares, higiene pessoal, do ambiente e de alimentos, além de noções de socioeconomia solidária e gestão empreendedora - Capacitação profissional - Atendimento médico, assistência psicológica para recuperarem a auto-estima e recompor suas vidas - Neste estágio, os filhos das mulheres incubadas são encaminhados para as escolas e creches do bairro
Estágio 2 3 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade produtiva no ateliê da incubadora com direito a 50% das vendas realizadas - Atividade no laboratório de agricultura urbana onde aprendem a desenvolver seus componentes, que futuramente serão aplicados nos quintais de suas residências - Elaboração de uma estratégia econômica que garanta sua sustentabilidade econômica fora da incubadora
Estágio 3 Acompanhamento técnico por mais 6 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Acessar o Banco Palmas para por em prática seu plano de negócio - Engajar-se em alguns dos projetos produtivos do Banco - Procurar o Balcão de Empregos e Serviços Solidários que também representa uma alternativa para este público - Implantar o projeto de agricultura urbana em suas casas
Adaptado de Melo, 2003: 28	

ANEXO 07 - MAPA DA REDE DE BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO EM 2010



ANEXO 08 – MAPA DA REDE DE BANCOS COMUNITARIOS DE DESENVOLVIMENTO EM 2013



ANEXO 09 – INFORMACOES LEVANTADAS SOBRE A REDE BRASILEIRA DE BCD

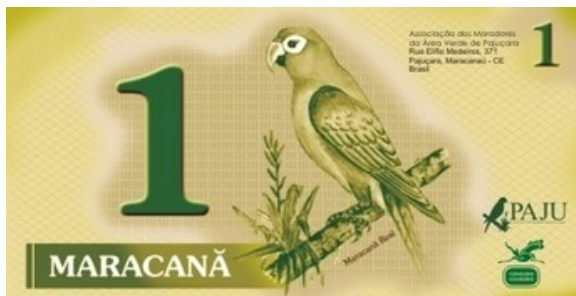
Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento					
Estado	Município	Comunidade de Atuação	Nome do Banco Comunitário	Nome da Moeda Social	Ano de criação
Acre	Rio Branco		Vitória	Arcos-Iris	
Amazonas	Paritins		Paritins	Puxiruns	1998
	Manaus		Liberdade	Tucumã	2004
	Manaus		Conquista	Liberdade	2005
Bahia	Vera Cruz		Ilhamar	Concha	2006
	Simões Filho	Santa Luzia 500 hab	Eco-Luzia	Trilha	2006
	Cairu		Casa do Sol	Tinharé	2006
	Salvador		Guine	Samper	2006
Ceará	Itaitinga		ItaSocial	Ita	2006
	Maranguape	Sapupara 3.000 hab	Itapebussu	Itapebussu	2007
	Ocara		Ocards	Tupi	2007
	Fortaleza	Conjunto Palmeira 30.000 hab	Banco Palmas	Palmas	2007
	Santana do Acaraú	Todo o município 26.000 hab	Banco BASSA	Santana	2007
	Fortaleza		Riosol	Rios	2007
	Fortaleza		Bandesce	Horto	2007
	Fortaleza		Pirambu	Pirambu	2007
	Palmácia	Todo o município 10.000 hab	Banco Serrano	Palmeira	2008
	Maracanaú	Pajuçara 40.000 hab	Paju	Maracanaã	2008
	Maracanaú		Jaçana	Maracana	2008
	Irauçuba	Missi 3.000 hab	BANCART	Ta	2008
	Irauçuba		Amizade	Cactos	2008
	Taua		Quinamuiu	Quinamuiu	2008
	Parmoti		Freio Diogo	Paz	2008
	Beberibe	Todo o município 18.000 hab	BANDESP	Ab	2008
	Paracuru	Boa Esperança e Riacho Doce 3.500 hab	Banco PAR	Par	2008
	Mauriti		Buriti	Grão	2008
	Palhano		Artpalha	Castanha	2008
	Tamboril		Feiticeiro	Acaraú	2008
Monsenhor Tabosa		Serra das Matas	Serra	2008	
Madalena		Bansol	Sol	2008	

	Fortaleza		São Cristóvão	São Cristóvão	2008
	Ibaretama		Serra Azul	Ibaré	2008
	Choró		Sertanejo	Sabia	2008
	Fortaleza		Dendesol	Dendesol	2008
	Caridade		Pe.Quiliano	Caribelos	2008
	Itarema		Tremembé	Ita	2008
	Cascavel		Bandesc	Bento	2008
	Chorozinho		Rio Choró	Castanha	2009
	Acarau		Dunas de Aranaú	Timbauba	2009
	Pacatuba		Pacatubanco	Paca	2009
	Quixadá		Quixadá	Monolitos	2009
	Cancaia		Potira	Potiguara	2009
	Maranguape		Empreendedores	Prata	2009
	Cariacica		SOL	Girassol	2009
Espírito Santo	Vitória	Bairro da Penha, São Benedito, Itararé 22.000 hab	Banco BEM	Bem	2009
	Vila Velha	Bairro Vermelho 10.000 hab	Banco Terra	Terra	2009
	Vila Velha		Verde Vida	Verde Vida	2009
	Vitória		Puã	Puã	2009
	Serra		ABraço	ABraço	2009
	Cariacica		Esperança	Rosa	2010
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro		Cidade de Deus	CDD	2010
	Silva Jardim		Capivari	Capivari	2011
	Niteroi		Preventório	Prevê	2011
	Caxias		Saracuruna	Saracura	2011
Maranhão	Alcantara		Quilombola	Guara	2011
Mato Grosso	Rondonópolis		Cerrado	Bacuri	2011
	Cuiabá		Aroeira	Aroeira	2011
Mato Grosso do Sul	Dourados		Pirapire	Pirapire	2011
	Ponta Porã		ITA	ITA	2011
	Anastácio – Aquidauana		Pantanal	Pantaneira	2011
Minas Gerais	Chapada Gaucha		Chapadense	Veredas	2011
	Uruana de Minas		Sussuarana	Uruana	2011

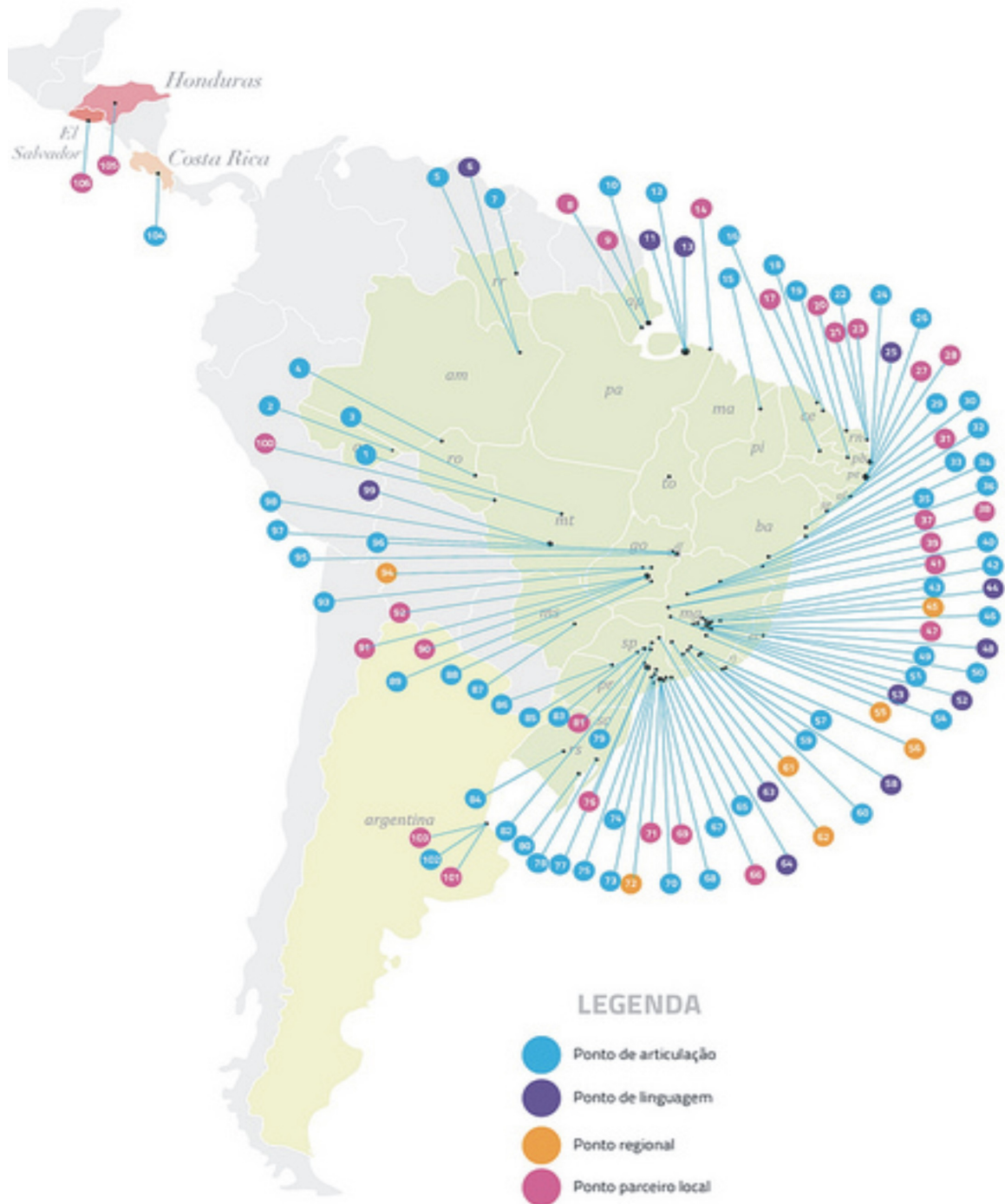
Pará	Belém		Tupinambá	Moqueiro	2011
	Jacundá		Paraíso	Sabia	2011
	Ananideuá		Paar	Paar	2011
	Gurupá		Aldeinha	Mutirão	2011
	Igarapemiri		Miri	Açaí	2011
Paraíba	João Pessoa		Beira Rio	Ribeirinhos	2012
Piauí	Cajueiro da Paria		Caju da Praia	Caju	2012
	Parnaíba		Semear	Semear	2012
	São João do Arraial		Cocais	Cocais	2012
Rio Grande do Sul	São Leopoldo		Pontes Solidárias	Ponte	2012
São Paulo	São Paulo		Apuanã	Apuanã	2012
	São Paulo		Autogestão	Moradias em Ação	2012
	São Paulo		Vista Linda	Vista Linda	2012
	São Paulo		Paulo Freire	Freire	2012
	São Paulo		União Sampaio	Sampaio	2012
Distrito Federal	Estrutural DF		Estrutural	Conquista	2012

Adaptado de: Melo Neto & Magalhães, 2006: 54. Informações adicionais podem ser encontradas em em <http://www.inovacaoparainclusao.com/nuacutemeros-2011.html> ou adicionalmente em <http://www.inovacaoparainclusao.com/anexo-iii---palestra-rede-brasileira-de-bancos-comunitaacuterios.html>

ANEXO 10 – MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL EM IMAGENS



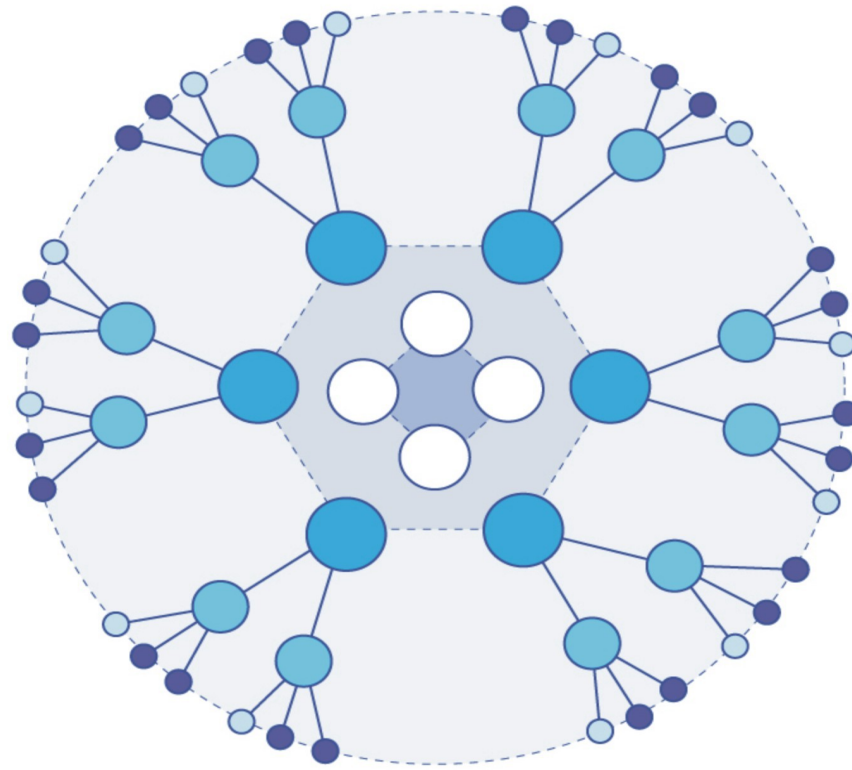
ANEXO 11 – MAPA DE COLETIVOS DO CIRCUITO FORA DO EIXO



IMAGENS RETIRADAS EM 22 DE ABRIL DE 2011 DO SITIO <http://foradoeixo.org.br/>

ANEXO 12 – ORGANOGRAMA DO CIRCUITO FORA DO EIXO⁶⁴

ORGANOGRAMA CIRCUITO FORA DO EIXO

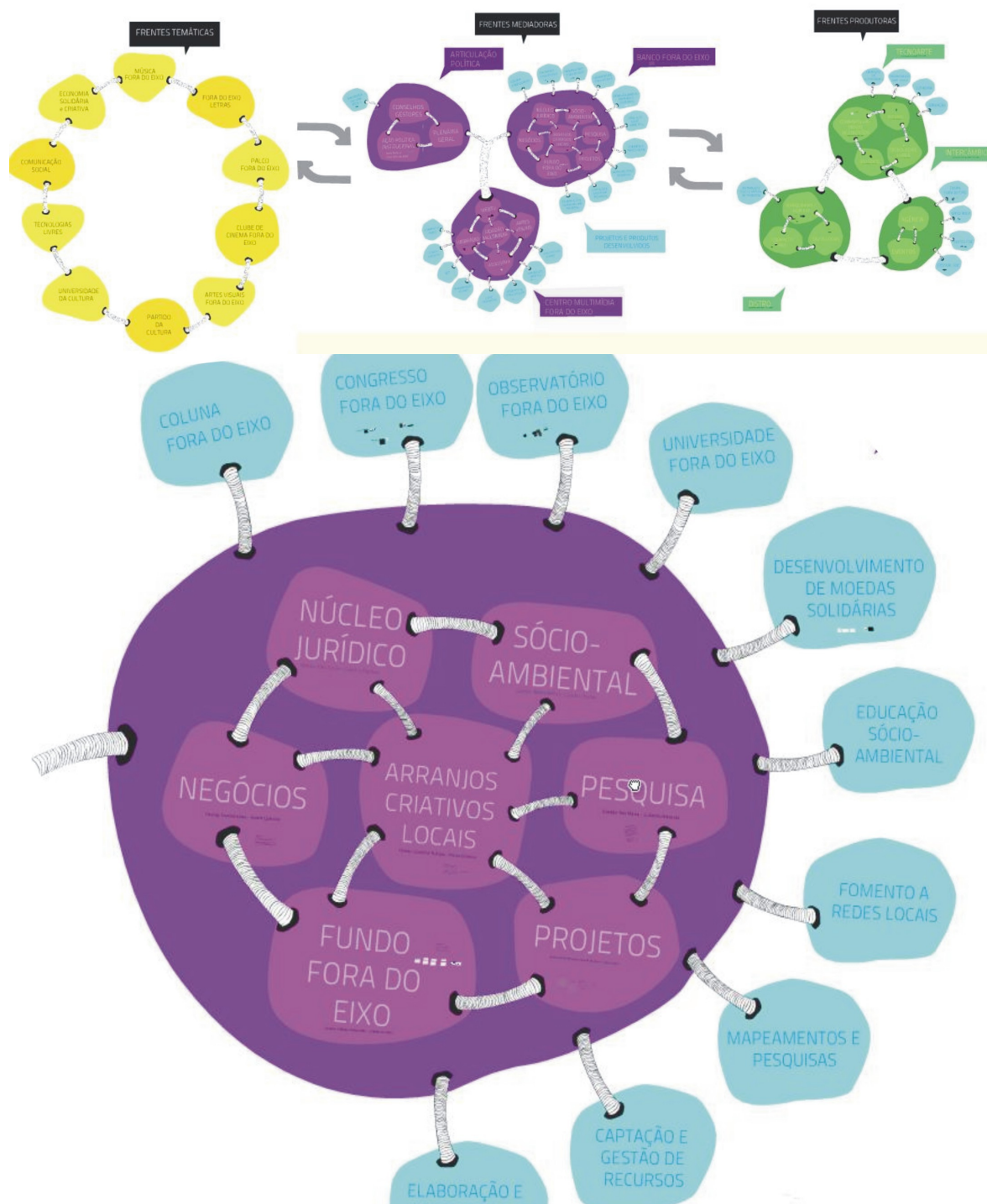


- Ponto Fora do Eixo
- Ponto Parceiro
- Circuito Estadual
- Ponto de Referência regional
- Eixos temáticos
- ◆ Congresso Fora do Eixo
- ⬡ Colegiado Nacional
- Plenária Nacional

64 Disponível em: www.foradoeixo.org

ANEXO 13 – MODO DE ORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO FORA DO EIXO⁶⁵

MODO DE ORGANIZAÇÃO
organização estrutural



65 Disponível em: www.foradoeixo.org

ANEXO 14 - MOEDAS COMPLEMENTARES DA REDE FORA DO EIXO⁶⁶



- Regulamento:
1. Poderão utilizar a moeda cubo card todos os integrados ao sistema de crédito que estiverem regularizados com o Financeiro Central do Instituto Cultural Espaço Cubo. Para isso, basta enviar um e-mail para cubocard@gmail.com e verificar as condições gerais do seu contrato.
 2. A moeda cubo card tem validade por tempo determinado pelo Financeiro Central e divulgado no site oficial do sistema de crédito www.cubocard.blogspot.com
 3. A moeda cubo card é aceita e validada em todos os locais (empresas ou organizações) acordados com o Financeiro Central do Espaço Cubo que por sua vez, divulga essa relação no site oficial do sistema de crédito www.cubocard.blogspot.com
 4. A moeda cubo card é aceita e validada em todos os setores de serviços do Instituto Cultural Espaço Cubo (Cubo comunicação, Cubo sonorização, Cubo discos, Cubo eventos, Cubo vídeo)
 5. O valor do cubo card é o mesmo do real, ou seja, Cc\$ 1 (cubo card) = R\$ 1,00 (real)
 6. A moeda cubo card deve conter os elementos aprovados pelo Financeiro Central do Espaço Cubo para que seja reconhecida como



66 Disponível em: www.foradoeixo.org